



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

IANNE RAÍSSA DE SOUSA GALVÃO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES:
perspectivas a partir da análise dos discursos das vítimas

Recife
2022

IANNE RAÍSSA DE SOUSA GALVÃO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES:
perspectivas a partir da análise dos discursos das vítimas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Centro de Artes e Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Virgínia Leal.

Recife
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Lillian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

G182v Galvão, Ianne Raíssa de Sousa

Violência doméstica e familiar contra as mulheres: perspectivas a partir da análise dos discursos das vítimas / Ianne Raíssa de Sousa Galvão. Recife, 2022. 186f.: il., tab.

Sob orientação de Maria Virgínia Leal.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2022.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Direitos humanos e sociedade. 2. Violência-mulheres. 3. Violência Doméstica. 4. Violência familiar. 5. Políticas públicas. I. Leal, Maria Virgínia (Orientação). II. Título.

400 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2022-181)

IANNE RAÍSSA DE SOUSA GALVÃO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES:

perspectivas a partir da análise dos discursos das vítimas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Aprovada em: 21/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Virgínia Leal (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH – UFPE)

Prof^a. Dra. Soraya Barreto Januário (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH – UFPE)

Prof^a. Dra. Allene Carvalho Lage (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco (PPGEduC/CAA – UFPE)

Recife

2022

À Acordeom, Beija-flor, Estrela, Fênix, Viúva Negra e todas as mulheres vítimas do patriarcado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, fonte de amparo na minha jornada acadêmica e profissional. Agradeço ao meu pai Hermógenes, que sempre acreditou nos meus sonhos, fazendo tudo que estava ao seu alcance para me ajudar a realizá-los. Agradeço à minha mãe Geane, que nunca mediu esforços para proporcionar meu crescimento intelectual e espiritual. Minha mãe que me ensinou a acreditar na educação como transformadora de realidades, e que desde criança me incentivou a leitura e a escrita. O suporte deles me fortalece na caminhada. Agradeço à minha irmã Millena, que é minha inspiração na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Ela faz com que eu tenha fé no futuro e na humanidade. Agradeço ao meu noivo Alexandre, por ter estado ao meu lado na jornada acadêmica do mestrado, por ter se prontificado a ler cada palavra nova, cada seção nova, sempre proferindo palavras de apoio e cuidado. Obrigada pela escuta acolhedora e por ser um dos meus maiores incentivadores.

Agradeço à minha orientadora, a professora Dra. Virgínia Leal, que com toda sua sensibilidade e experiência me fortaleceu no desenvolvimento desta pesquisa, sempre acreditando no meu potencial enquanto militante e pesquisadora. Além de orientadora, tornou-se uma grande inspiração para mim.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da minha pesquisa. Acredito na importância de instituições que financiam a pesquisa no Brasil, considerando que o acesso a educação é essencial para a transformação da sociedade.

Agradeço aos amigos que me deram força durante essa caminhada, em especial à Elba Ravane, que foi minha orientadora do TCC na graduação em Direito e que me ensina sobre empatia e sororidade.

Agradeço a todas as mulheres subversivas. Foram elas que nos trouxeram até aqui!

Eu vejo a importância da questão do grupo para nós mulheres, *né*. Porque uma escutando a outra, isso fortalece. Então... (*pausa*) o que mudou... (*pausa*) é... (*pausa*) o sentimento de não continuar fraca, mas de... (*pausa*) buscar uma força com a outra e buscar força dentro de nós. Isso mudou (ESTRELA. Entrevista tabela 7. [Novembro. 2021]. Entrevistadora: Ianne Raíssa de Sousa Galvão. Recife, 2022. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita na página 156 desta Dissertação).

RESUMO

As mulheres tiveram a maioria de suas histórias contadas por homens e ligadas às histórias de outros homens, nas quais é possível perceber a opressão das mulheres como algo quase universal. Compreender a violência doméstica e familiar contra as mulheres exige um resgate histórico, desde o fortalecimento do patriarcado até as concepções de gênero. No entanto, se a opressão feminina for considerada enquanto elemento histórico e cultural pode ser extinta em contextos históricos futuros. Para que haja a construção de novos saberes que possam romper a visão androcêntrica, onde o masculino é superior ao feminino, é preciso refletir sobre a manifestação das violências contra as mulheres e traçar novas epistemologias. Nesse sentido, esta pesquisa considerou as perspectivas das vítimas para entender de que maneira as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar se constituem diante das violências e das vivências em grupo, utilizando como *corpus* o grupo reflexivo As Marias. Para tanto, traçamos os seguintes objetivos específicos: **identificar** e problematizar os elementos legitimadores da violência doméstica e familiar contra as mulheres; **apresentar** e discutir as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil; e **compreender**, através da Análise de Discurso, as performances do *ethos*, do *pathos* e os saberes conduzidos pelas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da metodologia qualitativa, sendo esta uma forma de explorar e entender os significados que os indivíduos atribuem a um problema social. A análise dos discursos das vítimas foi conduzida pela Análise de Discurso, já que entendemos que a linguagem não é um meio de comunicação que se esgota em si mesma, mas carrega um contexto sócio-histórico entre os interlocutores. Como resultados deste estudo, identificamos que o grupo reflexivo As Marias atuou de forma positiva para as entrevistadas, que relataram que as experiências e saberes partilhados sobre a violência foram importantes para o fortalecimento individual e coletivo. As mulheres externaram que ficaram mais atentas no reconhecimento de situações de violência. Por isso, pretendemos que esta investigação acadêmica possa contribuir para a construção de novas políticas que priorizem as vozes e os saberes das mulheres vítimas de violência na construção de mecanismos para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Palavras-chave: violência contra as mulheres; violência doméstica e familiar; análise de discurso; políticas públicas; direitos humanos.

ABSTRACT

The women had most of their stories told by men and linked to the stories of other men, in which it's possible to perceive the oppression of women as something almost universal. Understanding domestic and family violence against women requires a historical rescue, from the strengthening of patriarchy to conceptions of gender. However, if the female oppression is considered as a historical and cultural element, it can be extinguished in future historical contexts. For the construction of new epistemologies that can break the androcentric view, where the masculine is superior to the feminine, it's necessary to reflect on the manifestation of violence against women and to outline new epistemologies. In this sense, this research considered the perspectives of victims to understand how women victims of domestic and family violence are constituted in the face of violence and group experiences, using the reflective group As Marias as a corpus. To this end, we set out the following specific objectives: to **identify** and problematize the legitimating elements of domestic and family violence against women; **introduce** and discuss public policies to combat violence against women in Brazil; and to **comprehend**, through Discourse Analysis, the performances of ethos, pathos and knowledge conducted by women victims of domestic and family violence. The bibliographic research was carried out using a qualitative methodology, which is a way of exploring and understanding the meanings that individuals attribute to a social problem. The analysis of victims' speeches was conducted by Discourse Analysis, since we know that language is not a means of communication that's exhausted in itself, but carries a socio-historical context between the sender and receiver. As a result of this study, we identified that the reflective group As Marias acted positively for the interviewees, who reported that the shared experiences and knowledge about violence were important for individual and collective strengthening. The women expressed that they were more attentive in recognizing situations of violence. Therefore, we intend that this academic investigation can contribute to the construction of new policies that prioritize the voices and sabers of women victims of violence in the construction of mechanisms to face domestic and family violence against women.

Keywords: violence against women; domestic and family violence; speech analysis; public policy; human rights.

RESÚMEN

Las mujeres tenían la mayoría de sus historias contadas por hombres y vinculadas a las historias de otros hombres, en las que es posible percibir la opresión de las mujeres como algo casi universal. Comprender la violencia doméstica y familiar contra las mujeres requiere un rescate histórico, desde el fortalecimiento del patriarcado hasta las concepciones de género. Sin embargo, si la opresión femenina se considera como un elemento histórico y cultural, puede extinguirse en contextos históricos futuros. Para la construcción de nuevas epistemologías que puedan romper la visión androcéntrica, donde lo masculino es superior a lo femenino, es necesario reflexionar sobre la manifestación de la violencia contra la mujer y perfilar nuevas epistemologías. En este sentido, esta investigación consideró las perspectivas de las víctimas para comprender cómo las mujeres víctimas de violencia doméstica y familiar se constituyen frente a la violencia y las experiencias grupales, utilizando como corpus el grupo reflexivo As Mariás. Para ello, nos planteamos los siguientes objetivos específicos: **identificar** y problematizar los elementos legitimadores de la violencia doméstica y familiar contra las mujeres; **presentar** y discutir políticas públicas para combatir la violencia contra las mujeres en Brasil; y **comprender**, a través del Análisis del Discurso, las actuaciones de ethos, pathos y saberes dirigido por mujeres víctimas de violencia doméstica y familiar. La investigación bibliográfica se llevó a cabo utilizando una metodología cualitativa, que es una forma de explorar y comprender los significados que los individuos atribuyen a un problema social. El análisis de los discursos de las víctimas se realizó mediante Análisis del Discurso, ya que entendemos que el lenguaje no es un medio de comunicación que se agote en sí mismo, sino que porta un contexto socio-histórico entre el emisor y el receptor. Como resultado de este estudio, identificamos que el grupo reflexivo As Mariás actuó positivamente para las entrevistadas, quienes relataron que las experiencias y conocimientos compartidos sobre la violencia fueron importantes para el fortalecimiento individual y colectivo. Las mujeres expresaron que estaban más atentas en reconocer situaciones de violencia. Por ello, pretendemos que esta investigación académica pueda contribuir a la construcción de nuevas políticas que prioricen las voces y los saberes de las mujeres víctimas de violencia en la construcción de mecanismos para enfrentar la violencia doméstica y familiar contra las mujeres.

Palabras clave: violencia contra la mujer; violencia doméstica y familiar; análisis del discurso; políticas públicas; derechos humanos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	O ciclo da violência doméstica e familiar	64
Figura 2 –	Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	96
Figura 3 –	Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	101
Figura 4 –	O <i>ethos</i> efetivo	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Dados das reuniões do grupo reflexivo As Marias	117
Tabela 2 –	Perfil etnográfico das participantes da pesquisa	120
Tabela 3 –	Respostas da primeira pergunta	124
Tabela 4 –	Respostas da segunda pergunta	132
Tabela 5 –	Respostas da terceira pergunta	140
Tabela 6 –	Respostas da quarta pergunta	148
Tabela 7 –	Respostas da décima terceira pergunta	156
Tabela 8 –	Respostas da décima quarta pergunta	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agende	Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento
Avocaci	Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos
Cepia	Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Cladem/BR	Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CMM	Conferência Mundial sobre as Mulheres
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
CPMIVCM	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher
CRM	Centros de Referências da Mulher
CRMMBC	Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru (CRMMBC)
DEAM	Delegacia de Atendimento à Mulher
EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
IMP	Instituto Maria da Penha
LMP	Lei Maria da Penha
MPU	Medida Protetiva de Urgência
NTUCRM	Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Organismo de Proteção à Mulher
PMMP	Patrulha Municipal Maria da Penha
PNEVM	Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
POP	Procedimento Operacional Padrão
RAM	Rede de Atendimento à Mulher
REVM	Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
SEM	Secretaria Especial da Mulher
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VVDFM	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	20
2.1	ABORDAGEM DA PESQUISA	20
2.1.2	Objetivos e finalidade	22
2.1.3	Percursos metodológicos da pesquisa	24
2.1.4	Cenário de Investigação	25
2.1.5	Características das participantes e critério de inclusão e exclusão	26
2.1.6	Técnicas de coleta e registro dos dados (Entrevista)	28
2.1.7	Análise e interpretação dos discursos	29
2.2	EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS FEMINISTAS	34
3	COMPREENSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES	42
3.1	ELEMENTOS LEGITIMADORES DA VIOLÊNCIA: GÊNERO E PATRIARCADO	42
3.2	O CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	58
3.3	DA CULTURA DO SILENCIAMENTO À DENÚNCIA: LEGISLAÇÕES E NORMATIZAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES NO BRASIL	67
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES	82
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL	82
4.1.2	Princípios e diretrizes nacionais das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres	94
4.2	A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	100
4.3	O CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER MARIA BONITA DE CARUARU/PE	108
5	ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	114

5.1	O GRUPO REFLEXIVO AS MARIAS E O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	114
5.2	O QUE DIZEM AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?	121
5.2.1	Análise e interpretação: o <i>ethos</i>	122
5.2.2	Análise e interpretação: o <i>pathos</i>	145
5.3	PERSPECTIVAS DA NOÇÃO DE VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE SABERES A PARTIR DAS ÓTICAS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	155
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERÊNCIAS	171
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	178
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO (TECLE)	179
	APÊNDICE C – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE	181
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS	182
	ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA	183
	ANEXO C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	184

1 INTRODUÇÃO

A inquietação para escrever sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres e as formas de saberes construídos pelas próprias vítimas surgiu quando comecei a trabalhar com mulheres vítimas de violência no Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru (CRMMBC), no ano de 2018.

A experiência de ouvir, acolher e orientar juridicamente mulheres em situação de violência foi um divisor de águas na minha vivência profissional e acadêmica. Pude refletir sobre a disparidade dos discursos legislativos e os discursos das vítimas, assim como a importância do compartilhamento de histórias para o fortalecimento individual e coletivo das mulheres.

É sabido que a violência é presente na vida das mulheres desde a antiguidade, a oportunidade de acolher diariamente mulheres em situação de violência me permitiu refletir sobre as percepções da figura da mulher através da nossa sociedade fundada em pilares sexistas e patriarcais.

Sociedade que só iniciou as discussões públicas sobre os direitos das mulheres após a Revolução Francesa (1789). A emergência da incorporação dos direitos das mulheres aos Direitos Humanos teve como marco a fundação da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1945, que através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) traz a necessidade do comprometimento pela proteção da dignidade humana.

Nesse sentido, compreendo que para a efetivação dos Direitos Humanos, e consequentemente o desenvolvimento social global, a efetividade dos direitos das mulheres e a busca pela erradicação da violência são elementos indissociáveis.

Para contribuir com estudos nessa temática, a presente pesquisa investiga conhecimentos produzidos sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres através da metodologia qualitativa. Na concepção de Creswell (2007, p.26), “A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

Com a pesquisa qualitativa é possível perceber uma construção filosófica que se concentra nas necessidades de grupos e indivíduos, por isso é muito utilizada em estudos feministas, considerando o aspecto reivindicatório.

O estudo realizado utiliza a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiestruturada. Essa abordagem foi escolhida com o objetivo de “permitir que, para cada área substancial, o entrevistador apresente experiências de forma geral ou comparativa, e ao mesmo tempo, relate situações e episódios relevantes” (FLICK, 2013, p. 118).

Nesse sentido, organizamos a pesquisa com o objetivo geral de compreender de que maneira as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar se constituem diante das violências e das vivências no grupo reflexivo As Marias. Para tanto, têm-se os seguintes objetivos específicos: identificar e problematizar os elementos legitimadores da violência doméstica e familiar contra as mulheres; apresentar e discutir as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil; compreender, através da Análise de Discurso, as performances do *ethos*, do *pathos* e os saberes conduzidos pelas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Considerando esses objetivos, compreendemos que as epistemologias feministas são necessárias para a produção de conhecimento e protagonismo de pesquisas que transformam o olhar social sobre o tema. É nesse sentido que as epistemologias feministas contribuíram para as construções de saberes que objetivam a ruptura da dominação patriarcal.

Segundo Olesen (2006), a pesquisa feminista preocupa-se em descobrir como fazer com que as vozes das mulheres sejam ouvidas, isso sem explorar ou distorcer as vozes. É justamente a questão levantada por esta pesquisa, que apresenta a violência através das perspectivas e óticas das próprias vítimas de violência.

Para tanto, a investigação dos discursos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar foi conduzida através da Análise de Discurso (AD), seguimos o percurso do reconhecimento a partir do campo da linguagem, entendendo que a fala não é um meio de comunicação que esgota sua significação em si mesma, mas que carrega o contexto sócio-histórico dos interlocutores.

Essa perspectiva é defendida por Charaudeau (2019), que considera que um ato de linguagem pode conduzir a diferentes leituras, “o que nos leva a considerá-lo como um objeto duplo, constituído de um Explícito (o que é manifestado) e de um

Implícito (lugar de sentidos múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação” (CHARAUDEAU, 2019, p.17).

Podemos compreender as circunstâncias de discurso como o conjunto dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem. Esses saberes supostos são a respeito do mundo, das práticas sociais partilhadas, e sobre os filtros construtores de sentido.

Para analisar os discursos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, escolhemos como cenário de investigação o grupo reflexivo As Marias. O grupo faz parte das ações de cunho educativo e preventivo do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru (CRMMBC), sendo importante compreender se as práticas educativas construídas no grupo têm atuado como instrumentos de ruptura do ciclo da violência doméstica e familiar.

Os estudos da pesquisa tiveram como marco temporal as reuniões do grupo que ocorreram nos anos de 2018 e 2019, por isso não consideramos os aspectos e consequências ocasionadas pela pandemia da COVID-19, que teve início no ano de 2020.

Ainda, cabe reforçar que as atividades e dinâmicas do grupo também buscavam o resgate da autoestima e empoderamento das participantes. Para Lagarde (2000) a autoestima faz parte da identidade pessoal e é marcada pela condição de gênero que afeta a vida das mulheres de forma individual e coletiva. Sendo assim, necessário repensar a autoestima a partir do feminismo.

Com a finalidade de cumprir os objetivos da pesquisa, observando o caráter feminista que ela exige, estruturamos a dissertação em quatro seções. A primeira apresenta os aspectos teórico-metodológicos do estudo, destacando a abordagem da pesquisa, o cenário de investigação, as características das participantes e as análises através da AD e epistemologias feministas.

Nesta seção apresentamos os critérios de inclusão das participantes da pesquisa. A escolha do quantitativo de mulheres foi dada a partir da quantidade de participantes nas reuniões, que variava de 3 a 30 mulheres por reunião. Por isso, buscou-se um número mínimo de participantes por encontro, utilizando o critério de assiduidade e o histórico da condição de vítima de violência.

Realizamos as entrevistas com 5 mulheres vítimas de violência que participaram do grupo reflexivo As Marias, que foram ou são atendidas pelo

CRMMBC e que são ou foram munícipes de Caruaru/PE. O perfil das mulheres foi bem diversificado, sendo 3 residentes na zona urbana e 2 na zona rural; 2 mulheres brancas e 3 pardas/negras. No tocante à escolaridade, foram escolhidas 2 mulheres com ensino superior, 2 mulheres com grau de instrução até o ensino médio e 1 mulher não alfabetizada.

Após apresentar os aspectos teórico-metodológicos, conduzimos a segunda seção da pesquisa, na qual fazemos um resgate histórico da mulher na sociedade, desde o fortalecimento do patriarcado até as concepções de gênero. Para tanto, utilizamos os estudos de Lagarde (2000, 2002, 2005, 2007, 2008), Saffioti (1976, 2001, 2015) e Scott (1992, 1992), assim como de outras autoras que dialogam sobre gênero e violência contra as mulheres.

Na segunda seção também apresentamos as principais leis que versam sobre a violência doméstica e familiar no Brasil, considerando que as legislações são mecanismos essenciais no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Já na terceira seção trazemos as políticas públicas como papel fundamental no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Além de promover ações e políticas para concretizar os direitos das mulheres, as políticas públicas também são mecanismos que conduzem para que as discussões sobre gênero e violência possam alcançar mais mulheres.

Ainda nesta terceira seção, apresentamos o ciclo de políticas públicas, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Centro de Referência da Mulher Maria Bonita, com a finalidade de discutir sobre a aplicabilidade da política para as mulheres. Por isso, utilizamos principalmente as pesquisas de Farah (2004, 2016), como também os planos e as diretrizes nacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Com as reflexões sobre gênero, violência e políticas públicas foi possível alicerçar o trabalho para as análises dos discursos das mulheres vítimas de violência na quarta seção desta pesquisa, na qual apresentamos o grupo reflexivo As Marias e o *corpus* da pesquisa, as análises do *ethos*, *pathos* e as perspectivas da noção de violência e construção de saberes a partir das óticas das mulheres vítimas de violência.

As seções abordaram elementos importantes para o alcance dos objetivos desta pesquisa, e como resultado identificamos que o grupo reflexivo As Marias atuou de forma positiva para as 5 entrevistadas. Entre as participantes, 4 relataram que as experiências e saberes partilhados no grupo foram importantes para o fortalecimento diante das violências. Apenas 1 mulher externou que não viu mudança significativa, mas que sentia falta dos encontros, que eram momentos bons. Com isso, percebemos após a vivência e as dinâmicas no grupo que as participantes sentiram-se mais seguras e atentas em situações de violência.

Nesse sentido, pretendemos que esta investigação acadêmica possa contribuir para a construção de novas políticas que priorizem as vozes e os saberes das mulheres vítimas de violência na construção de mecanismos para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ninguém escolhe o seu tema de pesquisa; é escolhido por ele (SAFFIOTI, 2015, p.45).

Destacamos que o percurso para o desenvolvimento desta pesquisa é, também, o reflexo das escolhas científicas e ideológicas realizadas pela pesquisadora e sua orientadora.

2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

O trabalho buscou a construção de conhecimentos, visando apresentar novos significados sobre o tema da violência contra as mulheres e suas formas de contribuição à pesquisa acadêmica. Assim, surge a necessidade de refletir sobre o conhecimento científico, que muitos pesquisadores ainda consideram a ciência engessada, indicando como a ciência deve ser feita para ser ciência, é o que observa Koche (2011, p.34):

Um conhecimento, para ser aceito como científico pela comunidade científica deverá, necessariamente, satisfazer a critérios que justifiquem a sua aceitação. E quais são esses critérios? Tradicionalmente se responde a essa questão afirmando que um conhecimento é aceito como científico quando segue o método científico. Isso pressupõe que deva haver um método, um procedimento dotado de passos e rotinas específicas, que indica como a ciência deva ser feita para ser ciência.

Nesse paradigma de construção de conhecimento científico, é transcendente compreender sobre saberes outros que tratam do tema apresentado; esses outros conhecimentos são produzidos pelas próprias partes que vivenciam essas construções. Corroborando esse pensamento, Nunes (2001, p.307) afirma que “ignorar estes temas implica silenciar aspectos determinantes do conhecimento da sociedade e da cultura, das formas de poder, das formas de exclusão e de opressão que não podem ser ditas pelo conhecimento fundado na teoria convencional”.

Assim sendo, optamos por realizar uma pesquisa que busca validar outros saberes como construção para o fim da violência contra as mulheres, apresentando epistemologias diversas.

A proposta é sair da hierarquização do saber e organizar novas formas de diálogos e ação. Para Nunes (2010, p. 280), “nenhum saber poderá, assim, ser elevado à condição de padrão a partir do qual será aferida a validade dos outros saberes sem considerar as condições situadas da sua produção e mobilização e as suas consequências”.

Com isto, pode-se perceber a oposição à soberania epistêmica, que subalterniza outros conhecimentos. Nunes (2010, p. 263) afirma que “a caracterização dos diferentes saberes e modos de conhecer a definição das condições da sua validação passam, nessa concepção, por um caminho que recusa a ambição legislativa da epistemologia e a possibilidade de qualquer forma de soberania epistêmica”.

A partir dessas considerações, vale apresentar o aporte metodológico da construção da pesquisa. O presente estudo pode ser classificado como de natureza qualitativa, em que a análise das informações orienta-se ao longo das reflexões e da coleta de informações, sejam elas teóricas, documentais e entrevista, relacionando com o objetivo da discussão. Nesse seguimento, afirma Creswell (2007, p.26):

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. O relatório final escrito tem uma estrutura flexível. Aqueles que se envolvem nessa forma de investigação apoiam uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação.

A pesquisa qualitativa traz uma concepção filosófica que se concentra nas necessidades de grupos e indivíduos, principalmente naqueles marginalizados. Com isso, perspectivas teóricas também apresentam suposições filosóficas, o que é muito utilizado nos estudos feministas, discursos racializados, teoria crítica, etc; e nesse

tocante, é interessante compreender a concepção reivindicatória/participatória na pesquisa. Para Creswell (2007, p.32):

Uma concepção reivindicatória/participatória defende que a investigação da pesquisa precisa estar interligada à política e à uma agenda política. Por isso, a pesquisa contém uma agenda de ação para a reforma que pode mudar as vidas dos participantes, as instituições nas quais os indivíduos trabalham ou vivem e a vida do pesquisador. Além disso, precisa-se tratar de questões específicas, relacionadas a importantes questões sociais atuais, como capacitação, desigualdade, opressão, dominação, supressão e alienação.

Desse modo, é possível observar que esta pesquisa não está atrelada apenas às estatísticas, e sim, estimulada no enfrentamento à violência contra as mulheres, observando as problemáticas desse fenômeno e toda complexidade de intervenção. Além disso, busca construir novas perspectivas de enfrentamento através dos saberes das mulheres que vivenciam as violências na pele e também na alma.

2.1.2 Objetivos e finalidade

A pesquisa desenvolvida é do tipo exploratória e explicativa, organizada com a finalidade de entender de que maneira as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar se constituem diante das violências e da vivência no grupo reflexivo As Marias. Para tanto, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar e problematizar os elementos legitimadores da violência doméstica e familiar contra as mulheres;
- b) apresentar e discutir as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil;
- c) compreender, através da Análise de Discurso, as performances do *ethos*, do *pathos* e os saberes conduzidos pelas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Dessa maneira, cabe apontar a defesa de que os indivíduos procuram entender o mundo em que vivem e trabalham, dirigindo alguns objetos de estudos em busca dessa complexidade do conhecimento. Com isso, Creswell (2007, p. 31) afirma:

O objetivo da pesquisa é confiar o máximo possível nas visões que os participantes têm da situação a qual está sendo estudada. As questões tornam-se amplas e gerais, para que os participantes possam construir o significado de uma situação caracteristicamente baseada em discussões ou interações com outras pessoas. Quanto mais aberto o questionamento, melhor, enquanto o pesquisador ouve atentamente o que as pessoas dizem e fazem nos ambientes em que vivem.

Em relação à pesquisa exploratória, ela pode orientar o levantamento dos estudos sobre violência contra as mulheres, as legislações, as políticas públicas de enfrentamento, ressaltando a grande relevância da temática para os Direitos Humanos. Neste sentido, Gil (2008, p.27) orienta:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. [...] Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. [...] O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Ao fazer uso da pesquisa exploratória, é possível destacar as potencialidades do contexto patriarcal, das políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar e novas formas de saberes para sua ruptura.

2.1.3 Percursos metodológicos da pesquisa

Como já mencionado, a pesquisa é qualitativa, sendo importante pontuar que o estudo é realizado através de pesquisa bibliográfica e entrevista. No que é relativo à pesquisa bibliográfica, cabe afirmar que ela se faz necessária na medida em que proporciona o acesso ao conhecimento disponível através de outras teorias já produzidas. É o que Koche (2011, p. 122) apresenta:

A pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação. O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.

A revisão de literatura também é utilizada na metodologia da pesquisa realizada, permitindo que a/o investigadora/o conheça seu objeto de estudo a partir do desconhecimento deste. É na revisão de literatura que é obtido um acervo de contribuições teóricas que capacita a/o investigadora/o. Eis o que aduz Koche (2011, p. 131):

E a forma mais fecunda para se obter conhecimento é através da revisão da literatura pertinente ao tema que se propõe investigar. O objetivo da revisão da literatura é o de aumentar o acervo de informações e de conhecimentos do investigador com as contribuições teóricas já produzidas pela ciência para que, sustentando-se em alicerces de conhecimentos mais sólidos, possa tratar o seu objeto de investigação de forma mais segura. A revisão da literatura qualifica e capacita o investigador, fornecendo-lhe a base teórica disponível na ciência para que possa perceber, à luz das teorias, os diferentes aspectos presentes no problema investigado.

Além da apresentação do método qualitativo, a pesquisa se configura em qualitativa feminista. Para Olesen (2008, p. 219), “o trabalho feminista prepara o terreno para outras pesquisas, outras ações e políticas que transcendem e transformam”. Com isso, a pesquisa qualitativa feminista traz consigo a capacidade de reunir os mais variados métodos, produzindo conhecimento e o protagonismo desse estudo produzido.

Nesse sentido, é bom ressaltar que a pesquisa realizada está inserida no campo das ciências sociais, as quais permitem uma metodologia onde não se pode estabelecer leis universais, já que os fatos sociais são condicionados culturalmente. Santos (2008, p.36) discorre com propriedade sobre o papel metodológico das ciências sociais:

As ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões confiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire.

Nesse seguimento, como é possível a construção de conhecimentos sociais? Para Santos (2008, p. 28), é preciso conhecer, que significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou.

Por conseguinte, para a determinação sistêmica do conhecimento estudado, a entrevista é de extrema importância. Nessa perspectiva, Gaskell e Bauer (2008, p.73) preconizam que “Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou empreendimento cooperativo, em que as palavras são o principal meio de troca”. O que corrobora a própria pesquisa qualitativa, na qual, segundo Flick (2013, p.62), a interpretação pode envolver a análise das declarações da entrevista, assim como as anotações feitas a partir da observação.

Assim, buscamos enaltecer o conhecimento social através da análise das entrevistas realizadas, construindo saberes sobre a violência contra as mulheres pelos sentidos das próprias mulheres vítimas. Perseguimos métodos científicos com o desejo de que o resultado, de alguma forma, contribua para o conhecimento sobre a violência contra mulher e novas formas de rupturas do patriarcado.

2.1.4 Cenário de Investigação

Considerando o interesse em analisar os discursos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, o cenário de investigação foi o grupo reflexivo As Marias e suas participantes.

O grupo reflexivo As Marias faz parte das ações de cunho educativo e preventivo do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru (CRMMBC). Nesse sentido, surge a necessidade de entender se as práticas educativas construídas no grupo têm atuado como instrumento de promoção dos Direitos

Humanos das mulheres, com a condução para a quebra do ciclo da violência doméstica e familiar.

A compreensão dos discursos das mulheres vítimas de violência participantes deste grupo pode guiar mudanças sociopolíticas e formar uma cultura de direitos humanos, humanização e fortaleza às mulheres vítimas de violência. Pretende-se que a investigação acadêmica desses saberes possa contribuir para a construção de epistemologias feministas para construção de novas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

No tocante à análise, foram identificadas as atas e os relatórios do grupo reflexivo As Marias, dos anos de 2018 e 2019, para registrar um perfil das participantes e das atividades realizadas. Em seguida, foram realizadas entrevistas com 5 mulheres que fizeram parte deste grupo, documentando as vivências e o significado subjetivo da violência.

As mulheres escolhidas representam a amostragem da pesquisa, que vão traçar os paradigmas e vivências no grupo reflexivo. Segundo Gaskell e Bauer (2008, p. 41), “a amostragem refere-se a um conjunto de técnicas para se conseguir representatividade. A exigência-chave é o referencial de amostragem que operacionaliza a população estudada”.

2.1.5 Características das participantes e critério de inclusão e exclusão

Para a realização das entrevistas, destacamos a amostragem por conveniência, selecionando um grupo específico, e optamos por contemplar mulheres múltiplas e de realidades distintas, tendo como critérios de inclusão para a pesquisa:

- a) 5 mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;
- b) as 5 mulheres foram ou são atendidas pelo Centro de Referência da Mulher Maria Bonita;
- c) as 5 mulheres foram participantes do Grupo reflexivo As Marias;
- d) as 5 mulheres são ou foram munícipes de Caruaru.

A escolha do quantitativo de mulheres foi dada a partir da quantidade de participantes nas reuniões, que variava de 3 a 30 mulheres por reunião. Por isso,

buscou-se um número mínimo de participantes por encontro, utilizando o critério de assiduidade e o histórico da condição de vítima de violência.

O histórico de violência se refere às violências que perpassaram a vida dessas mulheres por mais de 2 anos. Considerando as 5 participantes selecionadas, todas foram vítimas de violência em seu seio familiar, sendo 4 delas vítimas de seus ex-companheiros, e 1 de seu tio e familiares próximos.

Outro dado importante consiste no fato de que 2 entrevistadas foram acolhidas na casa-abrigo do Estado de Pernambuco, que realiza a proteção de mulheres em risco iminente de morte.

Entre as mulheres escolhidas para participarem da entrevista, têm-se 3 residentes na zona urbana e 2 na zona rural. O perfil étnico corresponde à 2 mulheres brancas e 3 pardas/negras. No tocante à escolaridade, foram escolhidas 2 mulheres com ensino superior, 2 mulheres com grau de instrução até o ensino médio e 1 mulher não alfabetizada.

O perfil que se pretende buscar é múltiplo, tentando compreender a amostragem do grupo reflexivo e trazer reflexões sobre a pluralidade de mulheres que estão em condições de vítimas de violência doméstica e familiar.

No que se relaciona aos critérios de exclusão, são estes:

- a) mulheres que não foram vítimas de violência doméstica e familiar;
- b) mulheres que não foram atendidas pelo Centro de Referência da Mulher Maria Bonita;
- c) mulheres que não participaram do Grupo reflexivo As Marias;
- d) mulheres que só participaram de 1 reunião do Grupo reflexivo As Marias;
- e) mulheres que participaram do Grupo, mas que não residiam em Caruaru;
- f) mulheres não indicadas pelo Centro de Referência da Mulher;
- g) mulheres menores de 18 anos.

Mulheres que não demonstraram assiduidade ou interesse em participar das reuniões do grupo reflexivo As Marias não foram consideradas para escolha das participantes.

2.1.6 Técnicas de coleta e registro dos dados (Entrevista)

O recrutamento das voluntárias foi realizado através de ligação telefônica para cada mulher participante, e foi marcada uma data para a ouvida individual através de ligação telefônica.

As entrevistas aconteceriam de forma presencial; contudo, com a pandemia da COVID-19, o Comitê de Ética e Pesquisa da UFPE não recomendou a realização de entrevistas presenciais, já que poderiam ocasionar riscos à saúde das participantes. Por isso foram realizadas de forma remota.

A pesquisadora também cogitou a possibilidade da realização das entrevistas por meio de chamada de vídeo, mas duas entrevistadas externaram que não possuíam um aparelho celular com qualidade de vídeo boa e que não sabiam técnicas de manuseio para esse tipo de abordagem.

Considerando um padrão entre todas as entrevistadas, foi preferível realizar as entrevistas através de ligação telefônica. Entretanto, cabe registrar que se houvesse a captura de imagem, a análise do discurso das participantes seria mais completa, já que seriam analisados outros aspectos além da fala, ou da linguagem verbal oral.

O passo a passo para coleta de dados foi da seguinte forma: a) ligação para as mulheres selecionadas e marcação da entrevista individual por meio de ligação telefônica; b) realização das entrevistas semiestruturadas com as participantes, que foram gravadas via áudio; c) transcrição ortográfica dos áudios das entrevistas.

Foi escolhida a entrevista semiestruturada e episódica, cujo objetivo para Flick (2013, p. 118), “é permitir que, para cada área substancial, o entrevistador apresente experiências de forma geral ou comparativa, e ao mesmo tempo, relate situações e episódios relevantes”.

A entrevista qualitativa semiestruturada e episódica deve combinar convites que narrem acontecimentos relevantes ao tema em estudo com perguntas mais gerais de relevância pontual. Para isso, Gaskell e Bauer (2008, p. 118) afirmam que a entrevista episódica se baseia em um guia de entrevista com o fim de orientar o entrevistador para os campos específicos a respeito dos quais se buscam narrativas e respostas.

Assim, o roteiro de questões (anexo) possibilitou a realização das entrevistas, que foram individuais, valorizando a experiência única de cada mulher entrevistada.

É necessário pontuar o anonimato das entrevistadas, considerando serem mulheres vítimas de violência e munícipes de Caruaru. Nesse sentido, Flick (2013, p. 211) aduz que “a confidencialidade e o anonimato podem ser particularmente relevantes se a pesquisa envolver vários participantes em um local específico.”

As entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio, com prévia autorização, e assim, transcritas na íntegra. Como já mencionado, devido ao anonimato, a identificação das entrevistadas foi feita através de um codinome de escolha da própria entrevistada.

A entrevista individual permite que se alcance o objetivo principal de analisar os sentidos e compreensões individuais. Para isso, Gaskell e Bauer (2008, p. 119) indicam que “na entrevista episódica seja perguntado ao entrevistado que relembre uma situação específica”. Com isso, é dada atenção à construção de sentidos e visões de mundo, bem como à relevância social do tema proposto.

Nesta perspectiva de análise da entrevista, propomos investigar as compreensões das mulheres sobre a violência e suas formas de ruptura. Para tanto, Gaskell e Bauer (2008, p.245) trazem que é preciso reconhecer que as maneiras como nós compreendemos o mundo são histórias e culturalmente específicas, ou seja, o discurso pode ser visto como prática social.

A entrevista semiestruturada viabiliza a produção de um estudo sobre os conhecimentos construídos dentro do grupo reflexivo, onde as participantes externaram suas próprias óticas sobre a violência doméstica e familiar. Essas compreensões podem contribuir para ações específicas dos organismos de políticas públicas na proteção dos Direitos Humanos das mulheres.

2.1.7 Análise e interpretação dos discursos

A análise e interpretação dos dados seguem o percurso de reconhecimento a partir do campo da linguagem, compreendendo que a fala não produz somente o explícito, como um meio de comunicação que esgota sua significação em si mesma, mas que carrega o contexto sócio-histórico e as relações que se estabelecem entre o emissor e o receptor. É o que preconiza Charaudeau (2019, p.17):

O ato da linguagem não esgota sua significação em sua forma explícita. Este explícito significa outra coisa além do seu próprio significado, algo que é relativo ao contexto sócio-histórico. Um dado ato de linguagem pressupõe que nos interroguemos ao seu respeito sobre as diferentes leituras que ele é suscetível de sugerir. O que nos leva a considerá-lo como um objeto duplo, constituído de um Explícito (o que é manifestado) e de um Implícito (lugar de sentidos múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação).

O sujeito que interpreta a linguagem geralmente cria hipóteses sobre o saber do sujeito enunciador, sobre os pontos de vista em relação a seus enunciados e sobre seus próprios pontos de vista em relação ao locutor.

É nesse sentido que Charaudeau (2019) define as circunstâncias de discurso como o conjunto dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem. Esses saberes supostos são a respeito do mundo, das práticas sociais partilhadas, e sobre os filtros construtores de sentido.

Por isso, compreendemos que o ato de linguagem não é um ato de comunicação simples, resultado de uma reprodução de uma mensagem enviada por um emissor e recebida por um receptor. A linguagem deve ser vista como um encontro dialético, com processos de produção e interpretação.

É importante refletir que comunicar não é apenas transmitir uma informação, mas também produz efeitos em seu interlocutor. Na concepção de Charaudeau (2019, p.68):

Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir efeitos de sentido visando um público imaginado por ele, o locutor – seja ao falar ou a escrever – utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor.

É nessa perspectiva que esta pesquisa apresenta as interpretações das falas das mulheres vítimas de violência através da Análise de Discurso (AD). Para tanto, cabe fazer uma explanação bibliográfica sobre essa análise.

Sobre o discurso, Mainguenu (2015, p.27) aduz que:

O discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, especiais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a

atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário (fenômeno da “modalização”).

O discurso pode ser compreendido como um traço de atividade discursiva, podendo ser oral, escrita, virtual, que relacione dispositivos de comunicação, ou seja, que exista um locutor e um receptor. Para que ocorra a análise, é preciso ter um *corpus* de pesquisa, o qual, segundo Maingueneau (2015, p.39) “pode ser constituído por um conjunto mais ou menos vasto de textos ou de trechos de textos, até mesmo por um único texto”.

Na presente pesquisa o *corpus* a ser analisado é formado pelas entrevistas realizadas com 5 mulheres que já vivenciaram a violência doméstica e familiar e que participaram das construções coletivas do grupo reflexivo As Marias.

Nessa direção, interessa-nos compreender como cada mulher participante constrói discursivamente seu *ethos* e o *pathos* em seus depoimentos. As análises realizadas propõem observar e discutir as marcas linguisticamente inscritas nas entrevistas para a criação identitária de uma autoimagem da mulher vítima de violência doméstica e familiar, bem como para a projeção de suas emoções e sentimentos em suas falas.

A compreensão do discurso leva à noção sobre a retórica, que, nos estudos da retórica clássica do *ethos*, era ligado à eloquência e à oralidade. Na teoria Aristotélica, a partir da fala do orador, o auditório deve atribuir certas propriedades a ele, existindo três provas de persuasão: o *ethos*, que se refere ao caráter moral do orador, o *pathos*, que é a forma como se dispõe o ouvinte, e o *logos*, sendo o próprio discurso que o orador demonstra ou parece demonstrar.

A noção de *ethos* pode mudar a depender do conceito de cada autor ou corrente específica, mas tratando-se das ciências da linguagem, existe um acordo implícito sobre idéias fundamentais do *ethos*. É o que explica Maingueneau (2020. p.13):

O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói mediante o discurso, não se trata de uma “imagem” do locutor externa à fala; ele está vinculado a um processo interativo de influência de outros; é uma noção híbrida (sócio/discursiva), um comportamento social avaliado, que só pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação histórica e socialmente determinada.

Nessa concepção, o destinatário do discurso constrói a figura do locutor apoiando-se em representações sociais estereotipadas que a enunciação reforça ou transforma. Cada mulher entrevistada se projeta em uma imagem diferente, apesar de todas terem vivenciado violência doméstica e refletido as mesmas dinâmicas no Grupo reflexivo As Marias. A noção da construção do *ethos* é fundamental para compreensão de como a violência pode constituir uma mulher e como ela se apresenta para o outro.

Cabe apontar que a construção do *ethos* pode ser realizada além do texto, com os gestos, as roupas, a forma de se comportar durante o discurso. Ocorre que esta pesquisa analisa somente o *ethos* constituído através da fala, isto porque as entrevistas presenciais não foram recomendadas pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPE, devido à pandemia ocasionada pela COVID-19, tendo sido realizadas através de ligação telefônica, conforme já explicamos anteriormente.

Sobre a reflexão do *pathos*, a AD não pode identificar a emoção como realidade manifesta, mas tentar estudar o processo discursivo de como a emoção pode ser performada pelo sujeito. A emoção não é entendida como um efeito produzido pelo locutor, mas um efeito visado. É nesse sentido que reflete Charaudeau (2010, p.06):

O fato das emoções se inscreverem em um quadro de racionalidade não basta para explicar sua especificidade. Não somente o sujeito deve perceber algo, não somente este algo deve ser acompanhado de uma informação, ou seja, de um saber, mas é necessário, além disso, que o sujeito possa avaliar este saber, possa se posicionar em relação a este saber para poder vivenciar ou exprimir a emoção.

É importante salientar que a análise discursiva dessas declarações deve levar em conta primordialmente os sentidos mobilizados para a constituição de identidades femininas e expressões de afeto. Nessa senda, Maingueneau (2015, p. 29) defende:

O sentido de que se trata aqui não é um sentido diretamente acessível, estável, imanente a um enunciado ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado: ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais dominadas. Essa construção de sentido é, certamente, obra

de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis.

É nessa perspectiva que o discurso não pode ser considerado como um dado, mas como um objeto de conhecimento, em busca de um interesse específico. E por isso Maingueneau (2015) entende que os analistas de discurso devem refletir sobre o sentido e o efeito das categorizações dos usuários.

O analista de discurso precisa considerar igualmente aquilo que, numa configuração sócio-histórica determinada, torna esses traços possíveis: técnicas, seguramente, mas também lugares institucionais, grupos, crenças, projeto políticos (MAINGUENEAU, 2015, p.151).

Ainda, o estudo proposto tem um caráter crítico, considerando que o discurso é recorrente das estruturas e organizações sociais, por isso, também são práticas sociais.

Para além da relação do texto e do contexto, o discurso também pode ser utilizado para romper ou fortalecer estruturas sociais. As análises dos discursos das entrevistadas também têm esse caráter, na medida em que pretendem trazer novos saberes sobre a construção das mulheres que vivenciaram violência doméstica, e que esses saberes possam auxiliar na ruptura do patriarcado. Sobre esse aspecto de valor social:

Conhecimentos que não se referem unicamente aos aspectos formais do discurso, como sua estrutura e textura, ou como os tipos e gêneros, mas também aos recursos e estratégias através das quais são construídas representações dos acontecimentos e da ordem social. E, em último caso, conhecimentos sobre quais são os efeitos sociais e políticos dos discursos e qual é o valor que socialmente se lhes atribui (ordem social dos discursos) (MARTÍN, 2004, p.211).

As mulheres participantes das entrevistas trazem consigo toda a carga histórica, desde a infância, a vivência da violência e até as conduções de seus casos judiciais. A análise de discurso entende as dimensões das práticas sociais no discurso. É o que Martín (2004, p.214-215) aponta:

O discurso como prática social. A partir da escola francesa de análise do discurso e, mais tarde, da chamada linguística crítica, foi dada uma ênfase especial a terceira dimensão que hoje é incorporada à definição de discurso.

Nesse caso, aponta-se para a relação dialética que existe entre as estruturas e as relações sociais que, se por um lado configuram o discurso, por outro são por ele influenciadas, consolidadas ou questionadas.

Compreendemos que o discurso se manifesta através da linguagem e que o locutor constrói uma imagem para o seu destinatário através de atos de enunciação. Seguindo o estudado por Mainguenu (2008, p.12):

A ideia de que, ao falar, um locutor ativa em seus destinatários uma certa representação de si mesmo, procurando controlá-la, é particularmente simples, é até trivial. Portanto, com frequência somos tentados a recorrer a essa noção de *ethos*, dado que ela constitui uma dimensão de todo ato de enunciação.

Os discursos apresentados pelas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar podem refletir realidades próximas às de outras mulheres que também vivenciaram a violência. Como está exposto ainda nesta pesquisa, é notório o fortalecimento da proteção jurídica e do enfrentamento à violência contra as mulheres, mas também é preciso ouvir os saberes das vítimas que já foram silenciadas por muito tempo.

É com essa discussão que se pauta a interpretação das entrevistas a partir da AD, apresentando como cada participante projeta um *ethos* e como performa para constituir um *pathos*.

2.2 EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS FEMINISTAS

As pesquisas buscam construir e organizar o conhecimento, tendo como norteadores os interesses e filiações teóricas de cada pesquisador. A forma como a investigação é conduzida e os métodos que são empregados podem levar a resultados diversos. Este trabalho, portanto, tem como objetivo norteador a contribuição de novos conhecimentos sobre o tema da violência doméstica e familiar, e para tanto traz as investigações pela ótica das mulheres vítimas de violência.

Apresentar as formas de construções de saberes do grupo reflexivo As Marias reafirma a necessidade de recursos metodológicos feministas empregados nesta

pesquisa. Os aspectos políticos-ideológicos do feminismo estão presentes na construção desses conhecimentos. As pesquisadoras Narvaz e Koller (2006, p.648) elucidam essa importância:

Entendendo que toda atividade humana, na medida em que está implicada, é política, é preciso que explicitemos nossos pressupostos teórico-epistemológicos e, ao fazê-lo, assumamos os aspectos político-ideológicos inerentes às nossas práticas. Quer na pesquisa, quer na academia ou na clínica, estes aspectos têm sido comumente negligenciados ou mesmo recusados, sob a também ideológica pretensão de neutralidade e objetividade.

Quando enfatizamos a necessidade uma pesquisa realizada através das epistemologias feministas estamos dizendo que as feministas denunciam o privilégio masculino ao longo de toda a história da humanidade, enquanto o feminino era desvalorizado e muitas vezes negligenciado socialmente.

Antes de problematizar sobre os aportes epistêmicos de uma pesquisa feminista, cabe apontar as ondas ou gerações dos feminismos, que ocorreram em épocas diferentes, com contextos históricos e políticos diversos, mas que são importantes na identificação e fortalecimento das lutas.

A primeira geração do movimento feminista teve influência do movimento sufragista, e as lutas eram pautadas pela garantia de direitos, inclusive o voto para as mulheres e contra as discriminações. É o que afirmam Narvaz e Koller (2006, p.649):

A primeira geração (ou primeira onda do feminismo) representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. O movimento sufragista (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nessa fase de surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado.

Podemos mencionar Elizabeth Stanton (1815-1902) como uma grande ativista da primeira onda do feminismo, que lutou pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos. No Brasil referenciamos Nísia Floresta (1810-1885), educadora, poeta e escritora.

Já a segunda geração, que ocorreu entre 1960 e 1970, buscava a igualdade, trazendo a discussão sobre a noção de equidade no debate entre igualdade e diferença. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres (...) (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 249).

Nessa geração destacamos Simone de Beauvoir (1908-1986), que com a publicação de “O segundo Sexo” abordou que ser mulher não é uma determinação biológica, mas uma construção social. Lélia Gonzalez (1935-1994) também possui grande expressividade na segunda geração no Brasil, problematizando o protagonismo negro e a formação social e cultural do país.

Em seguida, surgiu a terceira geração do feminismo, onde foi possível ter o debate sobre a diversidade e subjetividade, colocando os estudos sobre as mulheres realizados pelas próprias mulheres. Um ponto importante é justamente as relações entre teoria, política e militância feminista, que passaram a ficar mais estreitas nessa fase. Para Narvaz e Koller (2006, p.649):

O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos.

Na terceira geração temos o destaque para os estudos de Judith Butler (1956), que defende que o gênero é fluido e performativo. É também uma das pioneiras da teoria *queer*. No Brasil, a interseccionalidade fez parte dos debates da terceira onda, e podemos sugerir as leituras da filósofa Djamila Ribeiro (1980).

Ainda, há a quarta geração do feminismo, que tem o início aproximadamente nos anos 2012, e encontra algumas divergências acadêmicas. Contudo, é importante trazer a esta pesquisa referência informativa sobre esse debate, considerando que a quarta onda já possui algumas características específicas, como o uso em massa de redes sociais e da tecnologia, sendo um ativismo digital. Essa

geração busca reflexões sobre corpo e identidade, como a gordofobia¹ e visibilidade trans, levantando, inclusive, debates recentes como estupros coletivos e assédios em transportes públicos.

Em relação a esta pesquisa acadêmica, ressaltamos a terceira geração do feminismo, que traz o desafio da necessidade de ligação entre os discursos das ruas, da militância e da ciência. A perspectiva de uma pesquisa epistemológica feminista é transformar a sociedade. Nesse sentido Castañeda (2019, p.35) reflete que:

A pesquisa feminista ocorre na articulação entre teoria (s), epistemologia (s) e metodologia (s) feministas; A partir dela, gera conhecimentos, conceitos, categorias, questionamentos e hipóteses, que levam a ampliar os horizontes acadêmicos, ao mesmo tempo que os oferece à sociedade para sua transformação (tradução nossa).²

A pesquisa acadêmica feminista tece críticas à ciência arcaica, pensada e articulada por homens, inclusive, como forma de controle ao feminino. A ciência deve ser vista também enquanto elemento político. Para Olesen (2006, p.221):

Esses estudos elevam a questão da pesquisa sobre mulher à categoria de uma importante crítica da ciência, e da elaboração e do controle (contemporaneamente e historicamente dominados pelo sexo masculino) de políticos – uma crítica que não diz respeito apenas às mulheres, mas também aos processos políticos.

Ainda nessa perspectiva, precisamos reconhecer que a pesquisa científica era notoriamente validada quando realizada por homens, inclusive o próprio conhecimento sobre as violências contra mulheres era pesquisado e escrito, em sua maioria, por homens.

O objetivo dos historiadores das mulheres, mesmo quando estabeleceram a identidade separada das mulheres, era integrar as mulheres à história (SCOTT, 1992, p.85). Por isso há tanta representatividade em mulheres fazerem ciência com suas próprias vivências e lutas.

¹ A gordofobia pode ser entendida como aversão à gordura e às pessoas que estão acima do peso ideal regulado pelo Índice de Massa Corporal (IMC). Essa aversão pode ocasionar discriminação e preconceito.

² Citação original: La investigación feminista se produce en la articulación entre teoría(s), epistemología(s) y metodología(s) feministas; a partir de ella genera conocimientos, conceptos, categorías, preguntas e hipótesis, que conducen a ampliar los horizontes académicos, al mismo tiempo que los ofrece a la sociedad para su transformación.

Dito isto, surge a necessidade de fortalecer as mulheres na ciência, e mais que isso, reforçar os recursos metodológicos feministas. Castañeda (2008, p.41) traz essa concepção da ciência e da dominação patriarcal:

As implicações dessa condição de gênero são muitas. A literatura especializada apresenta-nos as dificuldades que os primeiros cientistas tiveram de superar para ter acesso, primeiro aos estudos universitários, depois aos espaços de investigação institucionalizados. Também ilustra o árduo caminho que percorreram para ampliar sua presença na atuação profissional, bem como obter o reconhecimento por suas contribuições (tradução nossa).³

Os estudos acadêmicos trazem a importância das mulheres como sujeitas da construção da história, e também como objetos dos próprios estudos. Scott (1992, p.77) ao abordar esse tema afirma:

A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudos, sujeitos da história. Tem tomado como axiomática a ideia de eu o ser humano universal poderia incluir as mulheres e proporcionar evidência e interpretações sobre as várias ações e experiências das mulheres no passado.

Diante disso, a epistemologia feminista vem de forma a contribuir com a pesquisa acadêmica, trazendo nuances para o fim da dominação patriarcal da ciência e uma visão das subjetividades de cada mulher, principalmente quando envolvem o objeto de pesquisa. Castañeda (2008, p. 36) afirma que “a epistemologia é o ramo da filosofia que estuda a definição de conhecimento e a produção de conhecimento (tradução nossa)”.⁴

Para adentrar ainda mais na importância da epistemologia feminista na academia, esta pesquisa utiliza o termo “mulheres” sendo mais apropriado para expressar a subjetividade do que o termo “mulher”, haja vista a pluralidade de vivências e percepções que cada mulher pode ter sobre uma mesma situação. Nesse seguimento, Castañeda (2008, p.54) expõe que:

³ Citação original: Las implicaciones de esa condición de género son muchas. La literatura especializada nos presenta las dificultades que debieron sortear las primeras científicas para acceder, primero a los estudios universitarios, después a los espacios institucionalizados de investigación. Nos ilustran también respecto al árduo camino que han debido recorrer para ampliar su presencia en el desempeño profesional, así como para obtener el reconocimiento a sus contribuciones.

⁴ Citação original: La epistemología es la rama de la filosofía que estudia la definición del saber y la producción de conocimiento.

A crítica do privilégio epistêmico das mulheres abriu caminho para outra tendência dentro da epistemologia feminista: aquela influenciada pelo pós-modernismo e pelo pós-estruturalismo. Os representantes dessa tendência refutam o conceito de "mulher" para reivindicar a pluralidade das "mulheres", que carrega consigo uma pluralidade de perspectivas, que se torna uma esfera epistêmica fundamental porque permite dissociar a relação naturalizada entre sujeito e perspectiva que persiste em a teoria do ponto de vista feminista (tradução nossa).⁵

A metodologia feminista busca produzir conhecimentos com a finalidade de erradicar elementos estruturais de desigualdade entre as mulheres. Castañeda (2008, p.84) entende que a metodologia feminista se constitui da seguinte forma:

O desenho de metodologias que intencionalmente busquem produzir conhecimentos que levem à erradicação dos elementos estruturais sobre os quais se construiu a desigualdade das mulheres trouxe consigo a redefinição dos procedimentos científicos (tradução nossa).⁶

Uma das principais pontuações da metodologia feminista é que, segundo Olesen (2006, p. 226), para compreender esse mundo, “a pesquisadora não pode objetivar a mulher como a sociologia tradicionalmente o faria, separando o sujeito do objeto, a pesquisadora do participante”.

Ainda, a pesquisa feminista preocupa-se com a/o investigadora/o e como ela/e conduz a relação com as pessoas participantes da pesquisa. A relação desigualdade poder entre o/a investigador/a e o/a investigado/a é trabalhada de forma a que a perspectiva do/a último/a seja validada e reconhecida como fundamental, considerando-se os/as participantes especialistas das suas próprias experiências (NARVAZ e KOLLER, 2006, p.651).

Como uma das preocupações dessa pesquisa é fortalecer a voz das mulheres subalternizadas, a epistemologia e metodologia feministas trazem o aporte

⁵ Citação original: La crítica al privilegio epistémico de las mujeres abrió paso a otra tendencia dentro de la epistemología feminista: la influenciada por el pos modernismo y el pos estructuralismo. Las representantes de esta tendencia refutan el concepto “mujer” para vindicar la pluralidad de las “mujeres”, la cual lleva consigo una pluralidad de perspectivas, misma que se convierte en un ámbito epistémico fundamental pues permite disociar el acción naturalizada entre sujeto y perspectiva que persiste en la teoría del punto de vista feminista.

⁶ Citação original: Diseñar metodologías que intencionalmente busquen producir conocimientos que conduzcan a la erradicación de los elementos estructurales sobre los que se ha levantado la desigualdad de las mujeres ha traído consigo la redefinición de los procedimientos científico.

condizente à sua consecução. Dentro dessa perspectiva, Olesen (2006, p.235) preocupa-se com a forma da pesquisa, e aduz que “descobrir como fazer com que as vozes das mulheres sejam ouvidas, sem explorar ou distorcer as vozes, é uma questão igualmente importante”.

A nova identidade coletiva das mulheres na academia anunciava uma experiência compartilhada de discriminação baseada na diferenciação sexual e também admitia que as historiadoras, como um grupo, tinham necessidades e interesses particulares que não poderiam ser subordinados à categoria geral dos historiadores (SCOTT, 1992, p. 69).

As pesquisas acadêmicas feministas e as intervenções são realizadas a partir do diálogo, e para isso há maneiras de reverter as posições de hierarquia social entre as/os protagonistas da pesquisa. Castañeda (2019, p. 21) sobre este ponto aduz que:

Na primeira delas, reelabora-se a posição do pesquisador como sujeito ativo do processo, reconhecendo também as pessoas com quem se realiza a pesquisa como sujeitos que possuem conhecimentos distintos dos acadêmicos sobre as questões abordadas na questão (tradução nossa).⁷

Nesse sentido, realizar justiça social para mulheres com contextos diferentes é uma das finalidades da pesquisa epistemológica feminista. A pesquisa qualitativa feminista pode transformar disciplinas tradicionais e estruturar a ciência. Assim como reflete Castañeda (2008, p.19), “Uma peculiaridade da pesquisa feminista é que ela pode ser caracterizada, mas não necessariamente definida. É reivindicado como um campo informativo, flexível, dinâmico e livre (tradução nossa)”.⁸

Ainda, a incorporação do gênero da investigação acadêmica permite visibilizar as mulheres como sujeitas de direitos, de suas vidas e participantes da construção social e cultural. Lagarde (2000, p.26) reflete sobre essa questão:

Essa visão, em que se reconecta a possibilidade de aprender algo com as outras mulheres, tem pelo menos duas bases: uma consiste em reconhecer os saberes das mulheres e os saberes específicos de

⁷ Citação original: Em la primera de ellas se reelabora la posición de quien investiga como sujeto activo del proceso, reconociendo también a las personas con quien es se lleva a cabo la investigación como sujetos que pose en conocimientos distintos a los académicos respecto a los temas que se abordan en la indagación.

⁸ Citação original: Una particularidad de la investigación feminista es que se la puede caracterizar, mas no necesariamente definir. Se reivindica como un campo en formación, flexible, dinámico y libre.

cada uma; A outra é dar às mulheres status de autoridade por sua sabedoria intelectual, seu conhecimento, suas habilidades subjetivas de viver, suas descobertas e descobertas. Implica também tornar visíveis as contribuições de cada mulher para a sua própria vida e para o seu mundo. Como o esforço é grupal e coletivo, ao valorizar e reconhecer cada mulher e suas contribuições, contribuimos para a construção da autoridade das mulheres: dimensão simbólica legítima da identidade, fundamento da autoestima pessoal e coletiva (tradução nossa).⁹

Desse modo, a metodologia e epistemologias feministas conduzem a construção de conhecimentos que objetivam o fim da opressão de gênero, levando em consideração o feminismo e os movimentos de mulheres que trazem dinamismo interdisciplinar. Compreendemos que a construção de saberes desta pesquisa é feita por mulheres para fortalecer novos saberes sobre a violência contra as mulheres.

Nesse viés, observando os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, a próxima seção inicia as reflexões sobre as compreensões da violência doméstica e familiar contra as mulheres, necessárias para alcançar um dos objetivos deste trabalho. As discussões sobre gênero, patriarcado e violência são importantes norteadoras das análises dos discursos das mulheres entrevistadas.

⁹ Citação original: Esta visión en que se reconoce la posibilidad de aprender algo de las otras, tiene por lo menos dos bases: una consiste en reconocerlos saberes de las mujeres y los saberes concretos de cada una; la otra consiste en conceder rango de autoridad a las mujeres por sus abiduría intelectual, sus conocimientos, sus habilidades subjetivas para vivir, sus hallazgos y sus descubrimientos. Implica también visibilizar de los aportes de cada mujer a su propia vida y a su mundo. Como eles fuerzo es grupal y colectivo, al valorar y reconocer cada mujer y sus aportes, contribuimos a crer la autoridad de las mujeres: dimensión simbólica legítima de identidad, cimientto de autoestima personal y colectiva.

3 COMPREENSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

Seguir receita tal, a receita cultural, do marido, da família, cuida, cuida da rotina. Só mesmo rejeita bem conhecida receita quem, não sem dores, aceita que tudo deve mudar. Que um homem não te define. Sua casa não te define. Sua carne não te define. Você é seu próprio lar (Música “Triste, Louca ou Má” de Francisco, el Hombre, 2016).

Compreender a violência doméstica e familiar contra as mulheres exige um resgate histórico, desde o fortalecimento do patriarcado até as concepções de gênero. As mulheres tiveram suas histórias contadas na maioria dos relatos por homens e ligadas às histórias de outros homens, no qual é possível perceber a opressão das mulheres como algo quase universal.

No entanto, se a opressão feminina for considerada enquanto elemento histórico e cultural pode ser extinta em contextos históricos futuros. Para que haja a construção de novas epistemologias que possam romper a visão androcêntrica, onde o masculino é superior ao feminino, é preciso voltar ao passado e refletir sobre a construção das violências contra as mulheres. É o que faremos a seguir de modo sumário.

3.1 ELEMENTOS LEGITIMADORES DA VIOLÊNCIA: GÊNERO E PATRIARCADO

Destacamos um dos primeiros elementos sobre a exploração das mulheres na história da humanidade, nas sociedades primitivas aproximadamente XIV a.C, que foi a coisificação da mulher mediante instrumento de troca ou de poder. As mulheres eram removidas de forma forçada das suas tribos, como punição à tribo que perdesse alguma batalha.

Há relatos de estupros e casamentos arranjados como instrumentos de poder para quem detinha “a posse” da mulher, significando uma moeda de troca. É nesse sentido que Lerner (2019, p. 51) argumenta:

A “troca de mulheres” é a primeira forma de comércio, na qual as mulheres são transformadas em mercadorias e “coisificadas”, ou seja, consideradas mais coisas do que seres humanos. A troca de mulheres, de acordo com Lévi-Strauss, marca o começo da subordinação das mulheres. Isso, por sua vez, reforça uma divisão sexual do trabalho que institui a dominação masculina.

Uma das justificativas do comércio de mulheres se encontrava na certeza de que seriam coagidas com maior facilidade, principalmente por meio de estupros. Era mais eficaz que a tribo conseguisse maiores informações violentando uma mulher em detrimento da realização de tortura com algum homem.

Caso fosse esposa ou mãe, existia o entendimento que isso faria com que a mulher fosse leal a sua tribo, justificando os laços que possuía com seus familiares. Foi percebido então a sexualidade e o poder reprodutivo da mulher como fortes armas de comércio e controle. Lerner (2019, p.112-113) enfatiza que:

A sexualidade e o poder reprodutivo das mulheres se tornaram mercadorias a ser comercializadas ou adquiridas para servir a famílias; então, as mulheres eram consideradas um grupo com menos autonomia que os homens. Em algumas sociedades, como na China, as mulheres continuaram sendo estranhas marginalizadas em relação ao grupo de seus parentes. Enquanto os homens “faziam parte” de uma família ou linhagem, as mulheres “pertenciam a” homens que adquirissem direitos sobre elas.

Entende-se as mulheres como fantoches nesse processo de escravização, sendo a sexualidade utilizada enquanto valor econômico e social.

Outro elemento histórico que consideramos importante abordar é no período do Código de Hamurabi, século XV a.C., onde é possível notar a posse dos homens sobre a virgindade das mulheres, e consequentemente sobre o controle da natalidade. Quanto às obrigações sexuais, a virgindade da noiva era condição para o casamento, e qualquer acordo poderia ser cancelado, caso fosse descoberto que ela não era mais virgem (LERNER, 2019, p.153).

A subordinação forneceu não somente o controle da sexualidade das mulheres, mas a construção da família patriarcal como um modelo estrutural. A autora Lerner (2019, p. 126) aponta que:

Na sociedade mesopotâmica, bem como em qualquer outro lugar, a dominância patriarcal na família tomava várias formas: a autoridade absoluta de um homem sobre seus filhos; a autoridade sobre a esposa limitada por obrigações recíprocas com os parentes dela; e o concubinato.

É nesse contexto que a família patriarcal refletia o Estado arcaico que compreendia a natureza no sexo, reconhecendo o papel e a obediência da família como peças fundamentais para o controle público.

Mais adiante, na criação do Gênesis, a mulher foi atribuída ao pecado, justamente o que separa o homem de Deus. A criação da mulher a partir do corpo do homem traz algumas reflexões. Lerner (2019, p.227) entende que “As metáforas de gênero mais fortes na Bíblia foram as da Mulher, criada a partir da costela do Homem, e de Eva, a sedutora, fazendo com que a humanidade caísse na desgraça”.

Em relação à questão patriarcal da função materna da mulher, a bíblia traz passagens que fundamentam a crença. Define-se, portanto e com clareza, a procriação como emanada de Deus, que abre o ventre das mulheres e abençoa as sementes dos homens. Sendo assim, ainda que dentro da referência patriarcal, honra-se a função procriadora de esposa e de mãe (LERNER, 2019, p.233).

Ainda, referenciando a bíblia de forma histórica, a serpente do paraíso de Adão e Eva foi associada ao pecado da sexualidade, já que a sexualidade da mulher era para servir à função maternal e à subordinação ao marido. E por desobediência a Deus e pela descoberta da sexualidade, a dor do parto foi colocada às mulheres como forma punitiva. Um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido (SAFFIOTI, 2015, p.51).

Essas reflexões são norteadoras para a compreensão histórica do patriarcado, que já era utilizado como forma de opressão às mulheres na antiguidade, perpassando pelo período do Código de Hamurabi e sendo legitimado através de relatos bíblicos.

Historicizando para a realidade do Brasil, a colonização do país pelos europeus ocorreu também através do comércio das mulheres, reforçando os estigmas da família patriarcal. Os colonos utilizavam o nome de Deus para tornar as mulheres submissas e controlar os costumes femininos.

A socióloga Heleieth Saffioti aborda os aspectos da mulher na sociedade brasileira através do viés Marxista em sua obra “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade (1976)”. Apesar de representar a segunda geração do feminismo, e na visão de Pinto (2014) adotar a postura de um “feminismo bem-comportado”, foi pioneira para as reflexões sobre o feminismo no Brasil, e ainda hoje é uma referência forte nas pesquisas sobre feminismo no país.

Para a autora, a Igreja Católica teve um papel importante no fortalecimento da cultura patriarcal no Brasil, já que formava as mulheres como sedentárias, submissas, religiosas e com uma restrita participação cultural. Tudo justificado em nome de Deus. Segundo Saffioti (1976, p. 102):

Em nome de Deus, contudo, iam os jesuítas conquistando os elementos dominados da família senhorial da Colônia. Como representavam a única força capaz de se contrapor aos excessos da autoridade do patriarca, sancionavam positivamente o regime e, hábil e sutilmente, doutrinavam os meninos nas escolas e as mulheres nas capelas e igrejas. Neste sentido, a atuação dos jesuítas sobre a mulher não foi senão negativa, porquanto não lhe ofereceu nenhum instrumento de libertação, mas ensinou-a a submeter-se à Igreja e ao marido, segundo os preceitos do apóstolo Paulo.

No período de colonização do Brasil, eram raras as vindas de famílias constituídas, geralmente eram homens isolados que vinham ao novo território em busca de fortunas. Com isso, as mulheres encontradas aqui eram vistas com teor sexual e com uma maior condição de submissão. É o que revela Saffioti (1976, p.91):

Apenas excepcionalmente a colonização se fazia através da vinda de grupos familiares constituídos. Via de regra, são indivíduos isolados que aqui aportam deixando ou não família à espera da fortuna a ser conquistada na nova terra. As facilidades sexuais proporcionadas pela existência de mulheres submissas e de condição social inferior assumiram importante papel no prolongamento e mesmo eternização da espera, por parte da família do colono, de seu regresso à Europa. Excetuando-se, pois, a pouca extensa e deficiente organização da família patriarcal da camada dominante, tudo é licença de costumes. A própria organização familiar do branco supunha a não-organização de uma família escrava. Dada a socialização da mulher branca para o desempenho dos papéis de dona-de-casa e mãe de família legalmente constituída, necessária se fazia a existência de uma classe de mulheres, com as quais os jovens brancos pudessem praticar as artes do amor anteriormente ao casamento. Assim, a

escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas ainda àquelas impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia, precipuamente, o papel de mãe da prole legítima.

É possível perceber uma sociedade constituída através das opressões de classe, gênero e raça, baseada também nas relações de trabalho. À mulher branca era atribuído o papel de mãe da prole legítima, e às mulheres negras e indígenas à escravidão e ao sexo.

A partir dessas concepções de classe, gênero e raça na sociedade brasileira, Carneiro (2019) denuncia a conjuntura brasileira das mulheres na medida em que as explorações das mulheres brancas e negras foram diferentes em um mesmo contexto histórico. As mulheres naturalmente brasileiras eram índias, e as escravizadas compreendiam mulheres negras trazidas da África, sendo as brancas importadas da Europa ao Brasil, e por isso, detinham um maior valor social. Carneiro (2019, p. 92) explica que:

O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado é a miscigenação, a partir do que foram criadas as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira. A apropriação sexual da mulher branca pelo homem negro na contemporaneidade, nos termos colocados por Joel Rufino, foram o mito da ascensão social do homem negro, escondendo no subterfúgio da primazia estética e social da mulher branca o desejo de pertencimento e aliança com um mundo restrito aos homens brancos, ao qual homens negros em suposto processo de ascensão social, para adentrar, utilizam-se de mulheres brancas como avalistas.

Percebe-se através dessa reflexão que no Brasil a mulher branca era utilizada por homens negros como forma de ascensão social, enquanto as mulheres negras e índias eram destinadas ao sexo e a escravidão. A sociedade colonial e escravista contribuiu imensamente para a criação do mito de mulheres quentes, atribuído até hoje, às negras e mulatas pela tradição oral e disseminada no meio intelectual através da literatura (CARNEIRO, 2019, p. 154).

As identidades criadas a partir da segregação do colorismo no Brasil, advindo da miscigenação (ocasionada pelos estupros de mulheres), traz um aspecto cromático que enfraquece a identidade negra política no país. Em segundo,

estabelece outra hierarquia, tomando as mais escuras as mais desvalorizadas dentre o conjunto de mulheres, e as negras mais claras, o objeto sexual de segunda categoria mais valorizado (CARNEIRO, 2019, p.161).

Essa problemática levantada por Carneiro (2019) é elaborada através da interseccionalidade, que permite observar a colisão das estruturas identitárias, e enxergar as falhas do feminismo da forma que contempla as mulheres negras. A partir dos estudos de Akotirene (2019, p.14), pode-se compreender o conceito de interseccionalidade:

Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. Surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Como conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica, passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento.

A interseccionalidade é composta por instrumentos teórico-metodológicos que visam denunciar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado¹⁰, entendendo que as mulheres negras são atingidas pela sobreposição do gênero, raça e classe como aparatos coloniais.

Segundo as compreensões de Akotirene (2019), pesquisadora brasileira, o feminismo negro reafirma a importância de socorrer as mulheres considerando a articulação de todos os sentidos que envolvem a violência. Para a cientista (2018, p.17):

O feminismo negro está interessado em socorrer considerando os sentidos: se a pessoa está responsiva aos estímulos lésbicos, se sofreu “asfixia racial”, se foi tocada pela polícia, se está escutando articulações terceiro mundistas. A única cosmo visão a usar apenas os olhos é a ocidental e esses olhos nos dizem que somos pessoas de cor, que somos Outros. A concepção de mundo que interessa ao feminismo negro se utiliza de todos os sentidos. E repito, não socorre as vítimas do colonialismo moderno prestando atenção à cor da pele,

¹⁰O patriarcado é um sistema político de dominação masculina, especialmente contra as mulheres, baseado nas identidades binárias. Constituindo-se como pessoas cisgêneras aquelas que cabem nas masculinidades e feminilidades duais.

ao gênero, à sexualidade, genitália ou língua nativa. Considera isto, sim, humanidades.

Akotirene (2019) defende a identificação do racismo e sexismo de forma interseccionada, entendendo a visão condenada pela colonialidade dos homens negros pelo racismo, e compreender a partir daí os marcadores de gênero e raça.

Ainda sobre a perspectiva da interseccionalidade, cabe mencionar os estudos de Mattos (2011), que abordam a relação do capitalismo na atualidade. Para a autora, para o debate interseccional é preciso compreender a dinâmica do capitalismo com o principal objetivo de maximização do lucro.

Segundo Mattos (2011), as categorias de diferenciação são reduzidas a quatro: classe, gênero, raça/etnia e corpo. E é através dessas categorias que é possível determinar a situação dos membros da sociedade. Principalmente através do posicionamento dentro do mercado de trabalho e sua consequente responsabilidade por ela. Essas quatro categorias são formas de relação de poder (Mattos, 2011, p.13):

As quatro categorias descrevem processos e relações dentro da lógica de acumulação capitalista. As relações de poder presumidas para cada uma das categorias são: o classismo (designa relações de dominância de classe baseadas nos volumes de capital econômico, cultural e social que se “materializam” através das diferenciações salariais, de prestígio e reconhecimento social); sexismo/heteronormatividade; racismo (principal categoria de estratificação relacionada à flexibilização do acesso ao mercado de trabalho) – com essa categoria excluem-se pessoas com valores não hegemônicos, não ocidentais, imigrantes, por exemplo, e o *Bodismus* (que hierarquiza a partir da capacidade que cada indivíduo tem de ser responsável pela reprodução de sua própria força de trabalho) – são excluídos os velhos, os doentes, os portadores de quaisquer deficiências físicas, enfim os considerados menos produtivos, ao mesmo tempo em que se tem uma crescente comercialização da beleza e da juventude.

A autora observa que as relações entre gênero e raça/etnia são construídas de maneira hierárquica, e atreladas a valorações. As designações assimétricas ditam o que seria valorado como moderno ou arcaico, civilizado ou não, como também as relações que detém mais poder. É o que Mattos (2011, p.21) problematiza:

Mais ainda, a abertura das categorias de diferenciação permite que se tornem visíveis as construções dos eixos das diferenças, que são naturalizadas e hierarquizadas nas relações, práticas sociais e institucionais, gerando, das mais variadas formas, exclusão social, dor e sofrimento. Dessa maneira, é possível desvelar a violência simbólica que legitima e justifica a dominação social em suas diversas manifestações cotidianas. É possível ainda mostrar como operam os sistemas de classificação/desclassificação social em diferentes contextos e, com isso, desconstruir os códigos binários, sempre presentes nas categorias de diferenciação, que estão sempre produzindo e reproduzindo assimetrias arbitrariamente construídas entre os indivíduos.

É importante trazer esses aportes ao debate sobre o patriarcado e sobre a história das mulheres no Brasil e suas formas de opressão, considerando que as mulheres são oprimidas de maneiras diferentes a depender dessas categorizações.

Saffioti (1976) elenca a estrutura de classes como opressora das mulheres, não sendo possível uma libertação das mulheres no contexto do capitalismo. Por isso, assim como Mattos (2011), defende a pauta da luta de classes.

O patriarcado estruturou as relações entre homens e mulheres quando determinou a subordinação das mulheres, entre esposas e maridos quando estabeleceu papéis sociais dentro do casamento, entre negras e brancas quando as brancas eram destinadas à alta sociedade e as negras e índias ao sexo e à escravidão. O que traz a compreensão que o poder pátrio, apesar de estar ligado ao patriarca, não significa que a única figura de poder é o pai, mas também o marido ou o homem em um contexto geral. Saffioti (2015, p. 59) reflete que:

À medida que as(os) teóricas(os) feministas forem se desvencilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de patriarcado o regime de relações homem-mulher, como também abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como sexual. Isto equivale a dizer que o agente social marido se constitui antes que a figura do pai. Esta se encontra atenuada nas sociedades complexas contemporâneas, mas ainda é legítimo afirmar-se que se vive sob a lei do pai. Todavia, a figura forte é a do marido, pois é ela que o contrato sexual dá a luz. O patriarca que nele estava embutido continua vivo como titular do direito sexual.

Ainda, o patriarcado, ao instituir como natural a hegemonia do sexo masculino, justifica todas as formas de controle, violência e exclusão social da

maioria dos seres humanos que não pertencem ao sexo masculino (CARNEIRO, 2019, p. 137).

A realização dessa retrospectiva histórica sobre a mulher permite identificar os primórdios do modelo de família patriarcal ao qual se submete as mulheres. Para Lerner (2019, p.294), “Quando as condições históricas são adequadas, e as mulheres têm tanto o espaço social quanto a experiência social para embasar seu novo entendimento, a consciência feminista se desenvolve”.

A identidade da mulher foi construída socialmente através de articulações de controle social, limitando e atribuindo papéis distintos ao homem e a mulher, restando o cuidado dos filhos e da família ao feminino. É nesse sentido que Saffioti (2001, p.09) discute:

A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico a mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, e *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como e *natural* sua capacidade de conceber e dar a luz.

Esse controle sobre o corpo e o lugar que a mulher ocupa na sociedade está intimamente ligado à manutenção de poder do homem. O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2001, p.15-16).

É com o debate sobre o controle do corpo e do lugar político da mulher que trazemos a esta pesquisa um olhar sobre as perspectivas de gênero. A discussão até o momento foi contemplada com os termos homem e mulher, e o gênero vem como elemento que tira o caráter biológico das relações, ou seja, a mulher não é mulher somente por nascer com o órgão sexual feminino. Scott (1995, p.74) traz a seguinte reflexão: “Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica”.

A categoria gênero ganhou força quando utilizada entre as feministas americanas nos anos 1980, que buscavam evidenciar as distinções sociais baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico de homem e mulher. O

gênero vem como forma de neutralizar o termo “mulheres”, se ajustando nas terminologias científicas. Com isso, aduz Scott (1995, p.75):

Nessas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". "Gênero" parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo "gênero" constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80.

O gênero se constitui através das diferenças das organizações dos papéis sociais em relação ao feminino e masculino, mas sem considerar apenas o aspecto biológico para determinar se o sujeito é homem ou mulher. Segundo a autora Scott (1995, p. 86):

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos interrelacionados: em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequências contraditórias) - Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental - mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção. Para os/as historiadores/as, a questão importante é: que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos? Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas.

A oposição binária e as novas construções de papéis sociais trouxeram ao gênero significação de poder, já que é uma ameaça ao sistema patriarcal que considera o homem e a mulher apenas por questões biológicas. O gênero passa a

ser também uma referência política, que admite condições sociais variáveis, entende os contextos de raça etnia, sexualidade, e traz uma abordagem plural ao termo mulheres. É o que reflete Scott (1992, p. 88-89):

Também presume uma correlação direta entre as categorias sociais masculina e feminina e as identidades de sujeito dos homens e das mulheres, e atribui sua variação a outras características sociais estabelecidas, como classe ou raça. Amplia o foco da história das mulheres, cuidando dos relacionamentos macho/fêmea e de questões sobre como o gênero é percebido, que processos são esses que estabelecem as instituições geradas, e das diferenças que a raça, a classe, a etnia e a sexualidade produziram nas experiências históricas das mulheres. A abordagem da ciência social ao gênero pluralizou a categoria das “mulheres” e produziu um conjunto brilhante de histórias e de identidades coletivas; mas também esbarrou em um conjunto aparentemente intratável de problemas que se seguiram ao reconhecimento das diferenças entre as mulheres. Se há tantas diferenças de classe, raça, etnia e sexualidade, o que constitui o campo comum em que as feministas podem organizar uma ação coletiva coerente? Qual é o elo conceitual para a história das mulheres ou para os cursos de estudos das mulheres, entre o que parece ser uma proliferação infinita de diferentes histórias (de mulheres)? (Os dois problemas estão ligados: será que há uma identidade comum para as mulheres e será que há uma história delas que possamos escrever?).

Com essas considerações entendemos que nascer com o sexo feminino não é necessariamente o que caracteriza uma pessoa como mulher, mas a identidade social que o sujeito ocupa. E por isso, destaca-se que quando abordamos as opressões das mulheres não estamos apontando apenas as mulheres com o sexo biológico (ou biogenético) feminino, mas todas as performances e características sociais pertencentes ao feminino.

Para Saffioti (2001), a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar o gênero feminino, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o gênero masculino. Essa hierarquia de papéis denunciada pela autora coloca os homens como detentores dos espaços públicos e os espaços privados reservados às mulheres.

Nessa perspectiva, destacamos que apesar de haver contradições entre os discursos de Saffioti (2001) e Scott (1995), considerando que o feminismo defendido por Saffioti é voltado para a problematização do capitalismo e para as mulheres brancas (ainda preso à segunda geração do feminismo), enquanto Scott traz

reflexões sobre a diferenciação sexual, direcionada à terceira geração do feminismo, esta pesquisa utiliza o aporte teórico das duas, fazendo os apontamentos necessários para tornar possível um diálogo entre os estudos de ambas.

Quando problematizamos os espaços privados das mulheres estamos falando sobre o lar, a casa e a família, que coloca a mulher em posição de cuidado com os filhos e os homens de sua família. Esse lugar é perigoso, porque acaba velando as violências sofridas e legitimando que o que acontece no espaço privado permaneça nele.

Sobre essa condição histórica da mulher, a Antropóloga Lagarde (2005) entende que colocar a verdadeira natureza da feminilidade com características específicas do lugar privado subjugam as mulheres e as detém oprimidas pela própria história. Para Lagarde (2005, p.33):

A condição da mulher é histórica, tanto que é diferente do natural. É o oposto da chamada natureza feminina. Opõe-se ao conjunto de qualidades e características sexualmente atribuídas às mulheres - que vão desde formas de comportamento, atitudes, capacidades intelectuais e físicas, ao seu lugar nas relações econômicas e sociais, bem como à opressão que as subjugam -, cuja origem é dialética, - segundo a ideologia patriarcal -, foge da história e pertence, para metade da humanidade, a determinações biológicas congênitas (tradução nossa).¹¹

Utilizando como base as reflexões da autora, o patriarcado é um espaço histórico de poder masculino, que está presente nas formações sociais e culturais, caracterizado pelo antagonismo genérico, opressão às mulheres, divisão do gênero feminino e pelo machismo. Para Lagarde (2005, p.91), o patriarcado se caracteriza por:

- i) O antagonismo genérico, somado à opressão das mulheres e ao domínio dos homens e de seus interesses, corporificado nas relações e formas sociais, nas concepções de mundo, nas normas e nas linguagens, nas instituições e em certas opções de vida para os protagonistas.
- ii) A divisão do gênero feminino como produto da energia histórica entre as mulheres, a partir da sua competição pelos homens e pela ocupação dos espaços de vida que lhes são destinados a partir da sua condição e da sua situação genérica.

¹¹ Citação original: La condición de las mujeres es histórica en tanto que es diferente a lo natural. Es opuesta a la llama da naturaleza feminina. Es opuesta al conjunto de cualidades y características atribuídas sexualmente a las mujeres - que van desde formas de comportamiento, actitudes, capacidades intelectuales y físicas, hasta su lugar en las relaciones económicas y sociales, así como la opresión que las somete -, cuyo origen es dialécticas, - según la ideología patriarcal -, escapan a la historia y pertenecen, para la mitad de la humanidad a determinaciones biológicas, congénitas.

iii) O fenômeno cultural do machismo baseado tanto no poder masculino patriarcal, quanto na inferiorização, na exaltação da virilidade opressora e da feminilidade opressora, constituída em deveres e identidades compulsivas e inevitáveis para homens e mulheres (tradução nossa).¹²

Para que a estrutura patriarcal seja fortalecida é necessário que as mulheres continuem ocupando os espaços privados, não sendo estimuladas a trabalharem para ter alguma autonomia financeira¹³. Mesmo em uma realidade onde a mulher trabalhe, o homem da casa tem a incumbência de receber o maior salário e custear a maior parte dos gastos. Realidade que subsiste até hoje, onde as mulheres desempenham o mesmo cargo e função, mas recebem salários inferiores. Sobre isso argumenta Saffioti (2001, p.24):

O macho é considerado o provedor das necessidades da família. Ainda que sua mulher possa trabalhar remuneradamente, contribuindo, desta forma, para orçamento doméstico, cabe ao homem ganhar o maior salário a fim de se desincumbir de sua função de chefe. Logo, quer seja o único provedor das necessidades familiares, quer seja o principal deles, não lhe é permitido fracassar. A ideologia dominante impõe ao homem a necessidade de ter êxito econômico, independentemente do número de empregos oferecidos pela economia nacional, do grau de dependência do Brasil em relação às potências altamente industrializadas, da intensidade da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica brasileira.

Controlar o trabalho e os ganhos financeiros de uma mulher, dentro do sistema capitalista de produção, é importante para perpetuar as relações de poder de uma cultura patriarcal. Determinar o espaço privado para as mulheres e controlar seus recursos financeiros são formas de legitimar os cativos das mulheres.

É nesse sentido que Lagarde (2005) elenca os cativos das mulheres, aduzindo que a concepção dominante da feminilidade, a forma como a mulher é

¹² Citação original: i) El antagonismo genérico, aunado a la opresión de las mujeres y al dominio de los hombres y de sus intereses, plasmados en relaciones y formas sociales, en concepciones del mundo, normas y lenguajes, en instituciones, y en determinadas opciones de vida para los protagonistas.

ii) La escisión del género femenino como producto de la enemistad histórica entre las mujeres, basada en su competencia por los hombres y por ocupar los espacios de vida que les son destinados a partir de su condición y de su situación genérica.

iii) El fenómeno cultural del machismo basado tanto en el poder masculino patriarcal, como en la inferiorización, en la exaltación de la virilidad opresora y de la feminidad opresiva, constituídos en deberes e identidades compulsivos e ineludibles para hombres y mujeres.

¹³ O trabalho feminino que está sendo problematizado é o trabalho especificamente das mulheres brancas, considerando que as mulheres negras foram incluídas no mercado formal tardiamente. Como já desenvolvido neste trabalho, as opressões de gênero se manifestam de formas diversas para as mulheres a depender de sua cor/etnia ou classe social.

constituída socialmente e culturalmente, é baseada em opressões. Os cativeiros significam sofrimentos, conflitos, dores e contradições. Nas palavras de Lagarde (2005, p. 37):

O cativo caracteriza as mulheres por sua subordinação ao poder, sua dependência vital, o governo e a ocupação de suas vidas por instituições e indivíduos (os outros), e pela obrigação de cumprir o dever de ser feminino de seu grupo de filiação. Concretizado em vidas estereotipadas, sem alternativas. Tudo isso é vivido pelas mulheres da subalternidade a que estão submetidas pelo domínio de suas vidas exercido sobre elas pela classe e pela sociedade e cultura patriarcais, e por seus sujeitos sociais (tradução nossa).¹⁴

Para a autora, as mulheres estão sujeitas ao cativo por formas particulares ou genéricas de opressão, e ele se expressa de forma diferente para cada mulher, como por exemplo, pela falta de liberdade, de protagonismo, de ser sujeita de sua história, de participar efetivamente da cultura social. Enquanto a mulher estiver presa em seu cativo ela estará privada de liberdade. Lagarde (2005, p. 151) afirma que “O cativo é a categoria antropológica que sintetiza o fato cultural que define o estado da mulher no mundo patriarcal: ele se especifica politicamente na relação específica da mulher com o poder e se caracteriza pela privação de liberdade (tradução nossa)”.¹⁵

Ainda na perspectiva dos cativos, Lagarde assume que as mulheres são aprisionadas por motivos específicos, pela falta de liberdade das mulheres em relação a dos homens, pelo domínio exercido pelos homens ou pelo próprio consenso do cativo. Lagarde (2005, p.162-163):

- i) Porque lhes falta a liberdade que os homens têm.
- ii) Porque neste cativo os homens, supostos pares das mulheres, exercem o seu poder de domínio sobre eles.
- iii) Porque na sua servidão voluntária dão consenso à sua supressão com base na cultura e na ideologia que as obriga a olhar o mundo

¹⁴ Citação original: El cautiverio caracteriza a las mujeres por su subordinación al poder, su dependencia vital, el gobierno y las ocupación de sus vidas por las instituciones y los particulares (los otros), y por la obligación de cumplir con el deber ser femenino de su grupo de adscripción, concretado en vidas estereotipadas, sin alternativas. Todo esto es vivido por las mujeres desde la subalternidad a que las somete el dominio de sus vidas ejercido sobre ellas por la sociedad y la cultura clasistas y patriarcales, y por sus sujetos sociales.

¹⁵ Citação original: Cautiverio es la categoría antropológica que sintetiza el hecho cultural que define el estado de las mujeres en el mundo patriarcal: se concreta politicamente en la relación específica de las mujeres con el poder y se caracteriza por la privación de la libertad.

com um consentimento que se afirma como aprovação e defesa vital do cativo (tradução nossa).¹⁶

Percebe-se que os cativos são formas de opressão das mulheres, que lhes tiram a liberdade. Os cativos podem estar ligados ao controle da sexualidade, a falsa de inserção das mulheres na política, à violência doméstica, e a várias outras formas de violações dos direitos das mulheres. A sociedade normaliza os cativos, construindo uma ideologia que aprova a opressão das mulheres pelos homens.

A mulher é violentada durante toda a história, através das prisões dos cativos, da comercialização de seus corpos, da escravidão, da submissão ao pai e ao marido, do dever da maternidade, entre outros. Para Lagarde (2007), a violência é um mecanismo para manter as mulheres na posição de subalternas, seja no espaço público ou privado. A antropóloga (2007, p.147) entende que:

Sem a violência - como poder de dominação - não seria possível manter as mulheres em um nível de desenvolvimento inferior ao dos homens, haveria lacunas de gênero entre outros, os homens não se submetem aos poderes público e privado, sexual, econômico, sociais, políticos, jurídicos e culturais, como eles fazem. Sem a violência contra as mulheres, os homens não teriam acesso a condições de vida relativamente melhores, não teriam as mulheres como suporte para seu desenvolvimento e como entidades hierarquicamente inferiores sobre as quais descarregam sua alienação (tradução nossa).¹⁷

As desigualdades das identidades sociais que fortalecem o patriarcado e conduzem o homem a um forte papel na sociedade, enquanto a mulher precisa desempenhar com maestria seu cuidado com a casa e outras atividades ligadas ao lar, esbarra na complexibilidade da violência doméstica e familiar contra as mulheres na sociedade atual. Para Saffioti (2015, p.18), “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

¹⁶ Citação original: i) Porque están faltas de la libertad que tienen los hombres. ii) Porque en esse cautiverio los hombres, supuestos pares humanos de las mujeres, ejercen su poder como dominio sobre ellas. iii) Porque en su servidumbre voluntaria otorga consenso a su opresión a partir de la cultura y la ideología que las constriñe a mirar el mundo con un consentimiento que se afirma como aprobación y defensa vital del cautiverio.

¹⁷ Citação original: Sin violencia – en tanto poder de dominio – no sería posible mantener a las mujeres en un piso de desarrollo inferior que el de los hombres, ni habría brechas de género entre unos y otros, los hombres no someterían poderes públicos y privados, sexuales, económicos, sociales, políticos, jurídicos y culturales, como lo hacen. Sin la violencia contra las mujeres los hombres no accederían a condiciones relativamente mejores de vida, no tendrían a las mujeres como apoyo de su desarrollo ni como entes jerárquicamente inferiores sobre los cuales descargar su enajenación.

As violências contra as mulheres constituem violações aos direitos humanos, e foi legitimada por diversas crenças, a naturalista, a biológica, a religiosa, entre outras. É o que reflete Lagarde (2007, p.146):

A própria definição de violência contra a mulher está em debate, mas também suas causas, suas determinações, sua mecânica. Prevaecem crenças diversas: naturalistas, biológicas, religiosas, mágicas e literárias em marcante senso comum distantes das concepções científicas feministas com perspectivas de gênero e direitos humanos estipuladas em instrumentos internacionais (tradução nossa).¹⁸

O objeto de estudo desta pesquisa reside em um aspecto mais específico da violência, a que ocorre no contexto doméstico e familiar praticada por pessoas que detinham uma relação forte de afeto e vínculo familiar com a vítima. A autora Saffioti (2015, p.75-76) aborda esse tema:

Não há maiores dificuldades em se compreender a violência familiar, ou seja, a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. Um avô, cujo domicílio é separado do de seu(sua) neto(a), pode cometer violência, em nome da sagrada família, contra este(a) pequeno(a) parente(a). A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas(os) e empregadas(os) domésticas(os).

A violência doméstica e familiar é cometida por pessoas em que a vítima confia, e por essa razão existe a facilidade em acontecer de forma sutil e despercebida. Uma das características desse tipo de violência é a rotinização refletida por Saffioti (2015, p.90):

A violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é a rotinização (Saffioti, 1997c), o que contribui, tremendamente, para a codependência e o estabelecimento da

¹⁸ Citação original: La definición misma de la violencia contra las mujeres está a debate pero también sus causas, sus determinaciones, su mecánica. Prevalen creencias diversas: naturalistas, biologicistas, religiosas, mágicas y literarias en marcadas en el sentido común muy distantes de concepciones científicas feministas con perspectivas de género y derechos humanos estipuladas en instrumentos internacionales.

relação fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui uma verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina.

Nessa perspectiva, a violência doméstica e familiar é revelada como uma prisão, como um dos cativéis das mulheres, onde a figura do agressor é a mesma figura que significava amor, segurança e lar. O que dificulta ainda mais a ruptura dessas violações, já que para a sociedade, em um contexto patriarcal, a mulher deve suportar qualquer tipo de violência de seu companheiro, pai, irmão ou homem de seu ciclo afetivo e ou social.

3.2 O CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Compreende-se que as mulheres são violentadas em diversos aspectos sociais, como já abordados nesta seção primária, o que é perpetuado através do contexto histórico patriarcal. Nessa conjuntura de famílias patriarcais foi criada a cultura da mulher dona de casa e mãe, e direcionadas a atividades específicas que uma mulher deveria desempenhar. Caso não as desempenhasse com maestria, poderia receber represálias do chefe do lar, ou seja, do marido ou pai.

É a partir daí que foi naturalizada a violência doméstica e familiar, já que se o homem brigasse, ele teria a razão e o direito sobre a discussão. Com isso, muitas mulheres violentadas que procuraram apoio em suas famílias não receberam o auxílio de que necessitavam, como será demonstrado na última seção desta pesquisa, através dos resultados das entrevistas realizadas por esta pesquisadora.

A rotinização discutida por Saffioti (2015) traz que uma das características da violência doméstica e familiar é justamente a prisão, que é fortalecida pela codependência emocional das mulheres a seus agressores, e perpetuada pelo determinado socialmente que o homem deve “dominar a qualquer custo”.

Nessas circunstâncias, a violência doméstica e familiar contra as mulheres pode ser estudada a partir do Ciclo da Violência, que apresenta os possíveis efeitos psicológicos da violência doméstica e familiar nas vítimas.

É importante destacar que a lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) nomeia cinco tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo uma delas a psicológica:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O texto legislativo traz a violência psicológica como conduta que causa dano emocional, diminuição da autoestima, que visa controlar ações, comportamentos e decisões, mediante humilhação, manipulação, ridicularização, entre outros. Situações que podem ser observadas no ciclo da violência.

As violências cometidas por agressores no seio familiar e de convivência da vítima tendem a não se manifestar de forma isolada e pontual. Esses cinco tipos de violências se comunicam entre si, principalmente na compreensão do ciclo da violência, que é justamente essa dependência da vítima ao agressor. Para Saffioti (2015, p.19):

Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas na alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito.

Existem várias motivações para a mulher permanecer no ciclo da violência, uma delas é a falta de subsistência. Segundo Amorim (2015, p. 51), “a falta de condições materiais para viver longe do agressor constitui amarra social que dificulta a saída do ciclo de violência, de modo que a concessão do benefício eventual é medida importante”.

O ciclo da violência se caracteriza por ter seu início de forma sutil. As vítimas não conseguem visualizar a violência. É raro o agressor cometer violências físicas de forma imediata, geralmente se manifesta de forma silenciosa, visando em primeiro plano o psicológico da mulher, que passa a constranger, humilhar e diminuir a autoestima. A vítima tende a aceitar as violências e em muitas situações justifica em ações suas os atos cometidos por seus companheiros.

Para uma maior compreensão sobre o ciclo da violência, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2005) organizou uma cartilha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher com orientações práticas de profissionais e voluntários/as. O Instituto Maria da Penha –IMIP (2018) também dispõe informativos para que a mulher possa identificar as fases do ciclo da violência.

A primeira fase do ciclo corresponde à construção da tensão no relacionamento, onde são comuns agressões verbais, ciúmes, ameaças, destruições de objetos. Nesse momento a vítima assume a culpa pelas atitudes violentas do agressor, tentando amenizar as ocorrências. É assim que dispõe na cartilha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2005):

1º FASE: A CONSTRUÇÃO DA TENSÃO NO RELACIONAMENTO. Nessa fase podem ocorrer incidentes menores, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos etc. Nesse período de duração indefinida, a mulher geralmente tenta acalmar seu agressor, mostrando-se dócil, prestativa, capaz de antecipar cada um de seus caprichos ou buscando sair do seu caminho. Ela acredita que pode fazer algo para impedir que a raiva dele se torne cada vez maior. Sente-se responsável pelos atos do marido ou companheiro e pensa que se fizer as coisas corretamente os

incidentes podem terminar. Se ele explode, ela assume a culpa. Ela nega sua própria raiva e tenta se convencer de que "... talvez ele esteja mesmo cansado ou bebendo demais" (BRASIL, 2005, p.23).

Corroborando esse entendimento, a primeira fase também pode ser o momento em que o agressor fica irritado com pequenas coisas, que antes não se importava, tendo crises de raiva. Humilhações também são comuns nesta fase. Geralmente a vítima não fala com outras pessoas sobre a situação, atribuindo o que ocorreu a uma fatalidade do dia. O Instituto Maria da Penha (2018) tece considerações:

AUMENTO DA TENSÃO. Nesse primeiro momento, o agressor mostra-se tenso e irritado por coisas insignificantes, chegando a ter acessos de raiva. Ele também humilha a vítima, faz ameaças e destrói objetos. A mulher tenta acalmar o agressor, fica aflita e evita qualquer conduta que possa "provocá-lo". As sensações são muitas: tristeza, angústia, ansiedade, medo e desilusão são apenas algumas. Em geral, a vítima tende a negar que isso está acontecendo com ela, esconde os fatos das demais pessoas e, muitas vezes, acha que fez algo de errado para justificar o comportamento violento do agressor ou que "ele teve um dia ruim no trabalho", por exemplo. Essa tensão pode durar dias ou anos, mas como ela aumenta cada vez mais, é muito provável que a situação levará à Fase 2 (IMP, 2018).

A primeira fase pode durar por dias ou anos, e se ela for ficando mais severa conduz à segunda fase do ciclo da violência. Nesse momento ocorre a explosão, onde as agressões são mais perceptíveis, podendo chegar à violência física. Toda situação tende a se transformar em destruição e medo. Nesse sentido, a cartilha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2005) assim diz:

2º FASE: A EXPLOÇÃO DA VIOLÊNCIA – DESCONTROLE E DESTRUIÇÃO. A segunda fase é marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. A relação se torna inadministrável e tudo se transforma em descontrole e destruição. Algumas vezes a mulher percebe a aproximação da segunda fase e acaba provocando os incidentes violentos, por não suportar mais o medo, a raiva e a ansiedade. A experiência já lhe ensinou, por outro lado, que essa é a fase mais curta e que será seguida pela fase 3, da lua-de-mel (BRASIL, 2005, p.24).

A segunda fase do ciclo da violência é marcada pela falta de controle e violência do agressor, toda a tensão acumulada na fase um se materializa. Como

consequências disso, o sentimento da vítima pode ser desde insônia, vergonha ou ódio do agressor. Nesse momento a mulher pode pedir ajuda ou denunciar, e geralmente passa um período distante do agressor. O Instituto Maria da Penha (2018) explica essa fase:

ATO DE VIOLÊNCIA. Esta fase corresponde à explosão do agressor, ou seja, a falta de controle chega ao limite e leva ao ato violento. Aqui, toda a tensão acumulada na Fase 1 se materializa em violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Mesmo tendo consciência de que o agressor está fora de controle e tem um poder destrutivo grande em relação à sua vida, o sentimento da mulher é de paralisia e impossibilidade de reação. Aqui, ela sofre de uma tensão psicológica severa (insônia, perda de peso, fadiga constante, ansiedade) e sente medo, ódio, solidão, pena de si mesma, vergonha, confusão e dor. Nesse momento, ela também pode tomar decisões – as mais comuns são: buscar ajuda, denunciar, esconder-se na casa de amigos e parentes, pedir a separação e até mesmo suicidar-se. Geralmente, há um distanciamento do agressor (IMP, 2018).

A última fase do ciclo da violência é a terceira fase, denominada como lua-de-mel, é nesse momento que o agressor demonstra arrependimento do que cometeu e promete mudar. Ele volta a praticar condutas que encantam a vítima, como era antes do início do ciclo da violência. Utilizando como aporte a cartilha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2005):

3º FASE: A LUA-DE-MEL – ARREPENDIMENTO DO(A) AGRESSOR(A) Terminado o período da violência física, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira. Ele pode prometer qualquer coisa, implorar por perdão, comprar presentes para a parceira e demonstrar efusivamente sua culpa e sua paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta. Ele será novamente o homem por quem um dia ela se apaixonou. (BRASIL, 2005, p. 25)

Na mesma linha, a terceira fase pode ser marcada por comportamentos de arrependimento do agressor, o que faz com que a vítima fique confusa sobre tudo que aconteceu. Nesse momento, o agressor é carinhoso, faz promessas, e a vítima relembra tudo que viveram juntos e se implica nesse processo de fazer com que a relação dê certo de novo. O casal continua junto e vivencia momentos felizes, até o fim dessa fase. O Instituto Maria da Penha (2018) aduz sobre esse momento do ciclo:

ARREPENDIMENTO E COMPORTAMENTO CARINHOSO. Também conhecida como “lua de mel”, esta fase se caracteriza pelo arrependimento do agressor, que se torna amável para conseguir a reconciliação. A mulher se sente confusa e pressionada a manter o seu relacionamento diante da sociedade, sobretudo quando o casal tem filhos. Em outras palavras: ela abre mão de seus direitos e recursos, enquanto ele diz que “vai mudar”. Há um período relativamente calmo, em que a mulher se sente feliz por constatar os esforços e as mudanças de atitude, lembrando também os momentos bons que tiveram juntos. Como há a demonstração de remorso, ela se sente responsável por ele, o que estreita a relação de dependência entre vítima e agressor. Um misto de medo, confusão, culpa e ilusão fazem parte dos sentimentos da mulher. Por fim, a tensão volta e, com ela, as agressões da Fase 1 (IMP, 2018).

Após a terceira fase o ciclo se repete. A vítima perdoa o agressor, e vivencia momentos prazerosos e felizes, mas não demora a retornarem as tensões do relacionamento, que depois evoluem para violências mais severas. A vítima precisa romper esse ciclo antes que as agressões possam ocasionar a morte física.

Durante o ciclo da violência ou na vivência de um relacionamento abusivo, a mulher anula alguns aspectos da sua vida em detrimento do seu companheiro. Em algumas situações, o agressor destrói o contato da vítima com os amigos e com a família, intencionado em deixá-la ainda mais dependente da relação. Outra situação comum é menosprezar as opiniões e ideias da companheira, fazendo com que ela se sinta inferior a ele dentro do relacionamento, e que por isso não seria capaz de encontrar outro parceiro ou parceira.

Buscando uma melhor visualização sobre o a construção do ciclo de violência e suas três fases, foi elaborada esta figura:

Figura 1: O ciclo da violência doméstica e familiar contra as mulheres.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para que a vítima possa romper o ciclo de violência é necessária ajuda, que pode ser da família, de amigos ou do Estado, é bem mais difícil que a mulher consiga se libertar sozinha. Para Amorim (2015, p.64):

(...) o processo de pôr a mulher no isolamento sociocultural, restringindo sua liberdade e seus contatos interpessoais, e assim limitando as condições necessárias para ruptura com o ciclo de violência, é uma experiência histórica gestada (...).

Esse processo de libertação da mulher vítima de violência pode ser entendido como empoderamento. Seguindo as reflexões de Lagarde (2002, p.05), “O

empoderamento é literalmente o processo pelo qual cada mulher se capacita, se habilita e se autoriza (tradução nossa).¹⁹

Quando a vítima de violência doméstica e familiar percebe que também pode ter seu espaço dentro do relacionamento, que é capaz de perseguir seus anseios e desejos individuais, que não precisa sentir-se inferior ao seu companheiro, tampouco se permitir vivenciar um relacionamento violento, é possível identificar o empoderamento.

É por isso que o empoderamento fortalece a mulher para a ruptura desses relacionamentos, na medida em que o entendimento sobre a individualidade e seu papel na sociedade e em sua própria vida é fundamental na ruptura dos ciclos da violência. É nesse sentido que reflete Lagarde (2002, p. 09-10):

A dimensão prática do empoderamento é garantir que as mulheres não enfraqueçam, não se tornem vítimas de chantagem, hostilidade emocional ou ideológica, não se exponham à violência ou se retirem das mesas, situações ou ciclos de violência; Consiste também em fazer com que elas aprendam a se proteger e a evitá-los e que, diante dos desafios, não só se mantenham, mas aprofundem e promovam suas convicções, seus interesses e seus novos objetivos (tradução nossa).²⁰

O ato de empoderar-se vai além do íntimo de uma relação doméstica e familiar, mas é um processo de transformação em que a mulher passa a ser objeto de sua própria história, passa a decidir sobre si mesma e sobre sua história, tanto de forma individual ou social. É o que preconiza Lagarde (2002, p.06):

Chamamos de empoderamento ao processo de transformação pelo qual cada mulher, aos poucos e às vezes com grandes passadas, deixa de ser objeto de história, política e cultura, deixa de ser objeto de outrem, ou seja, deixa de ser -para- outros, e passa a ser o sujeito da própria vida, sendo-para-si, o protagonista da história, da cultura, da política e da vida social (tradução nossa).²¹

¹⁹ Citação original: El empoderamiento consiste de manera literal en el proceso a través del cual cada mujer se capacita, se habilita y se autoriza.

²⁰ Citação original: La dimensión práctica del empoderamiento es lograr que las mujeres no flaqueen, no sean víctimas de chantaje, hostilidad emocional o ideológica, no se expongan a la violencia o bien que se retiren de cuadros, situaciones o ciclos de violencia; consiste también en lograr que aprendan a protegerse y evitaria y que, al hacer frente a los retos no solo se mantengan sino que profundicen y avancen en sus convicciones, sus intereses y sus nuevos objetivos.

²¹ Citação original: Llamamos empoderarse al proceso de transformación mediante el cual cada mujer, poco a poco y en ocasiones a grandes pasos, deja de ser objeto de la historia, la política y la cultura, deja de ser el objeto de los otros, es decir, deja de ser-para-otros, y se convierte en sujeta de la propia vida, en ser-para-sí-misma, en protagonista de la historia, la cultura, la política y la vida social.

Difícilmente uma mulher em situação de violência doméstica e familiar consegue se empoderar e romper o ciclo da violência sozinha; é preciso ajuda de pessoas que ela confia ou de profissionais especializados para esse tipo de atendimento. Considerando que o Estado assume um papel garantidor da dignidade humana e que por muitos anos legitimava esse tipo de conduta, é importante que haja esse enfrentamento à violência.

A perspectiva de que o Estado precisa preocupar-se com o gênero e com as formas de coibir e combater a violência doméstica e familiar foi idealizada pelos movimentos feministas em prol dos direitos das mulheres. Para Lagarde (2002, p.05):

Os movimentos de direitos civis e de direitos humanos, bem como movimentos feministas na perspectiva de gênero, têm usado esta palavra para explicar que quem está sujeito a várias formas de opressão necessita de poderes para enfrentá-lo e que esses poderes sejam internalizados e fazem parte de sua subjetividade própria e seu modo de ser e de existir (tradução nossa).²²

O combate à violência doméstica precisa de vários âmbitos da sociedade, na medida em que se a vítima não possuir uma rede de apoio na família ou amigos, ela pode contar com o Estado, que deve oferecer delegacias especializadas no atendimento e fortalecer mecanismos de políticas públicas para mulheres.

Não tem como discutir violência de forma isolada ou somente no âmbito privado, as desigualdades entre homens e mulheres são refletidas também nas instituições. É o que Lagarde (2002, p.149) argumenta “Não há homogeneidade na consideração da violência contra a mulher, isto é, aquela que se exerce contra a mulher por ser mulher, situada em relações desiguais em relação ao homem, às instituições civis e ao Estado (tradução nossa).²³

Nessa perspectiva, é possível identificar que as autoras já destacadas neste trabalho permitem o entendimento que o patriarcado foi utilizado como instrumento

²² Citação original: Los movimientos por los derechos civiles y por los derechos humanos, así como los movimientos feministas desde una perspectiva de género han utilizado esta palabra para explicar que quien es están sometidos a diversas formas de opresión requieren poderes para hacerle frente y que dichos poderes sean interiorizados y formen parte de su propia subjetividad y de su manera de ser y de existir.

²³ Citação original: No hay homogeneidad en la consideración sobre la violencia contra las mujeres, es decir, aquella que se ejerce contra las mujeres por ser mujeres, ubicadas en relaciones de desigualdad con respecto a los hombres, a las instituciones civiles y al Estado..

de controle do Estado sobre a sociedade e as mulheres, é importante que este crie mecanismos de combate e enfrentamento à violência contra as mulheres.

3.3 DA CULTURA DO SILENCIAMENTO À DENÚNCIA: LEGISLAÇÕES E NORMATIZAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

A violência contra as mulheres já foi naturalizada por muitos anos, inclusive, permitida através de legislações. É por isso que muitas mulheres quando estão em situação de violência são aconselhadas a não denunciarem e continuarem seus relacionamentos, já que “essas situações são normais em toda relação conjugal”.

No Brasil, o Código Civil de 1916 estabelecia que a mulher casada precisaria de autorização de seu marido para exercer alguns direitos, como por exemplo trabalhar e receber sua herança. Somente em 1962, a primeira deputada federal do país, Carlota Pereira de Queiroz, tem uma lei de sua autoria aprovada, a Lei nº 6.515, de dezembro de 1977, mais conhecida como o Estatuto da Mulher Casada, que contribuiu para a emancipação das mulheres, trazendo a capacidade civil, o estatuto do divórcio e o direito ao uso do nome de solteira após o divórcio.

Contudo, somente em 1979 foi firmado o primeiro tratado internacional que dispõe sobre os direitos humanos das mulheres. A Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher entrou em vigor em 1981, e traz como objetivos a promoção dos direitos da mulher na busca pela igualdade de gênero e a repressão de quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados parte.

A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) pela Resolução nº 34/180. Já no Brasil, a Convenção foi ratificada através do decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984, mas com reservas aos seus artigos 15, parágrafo 4º, e 16, parágrafo 1º, alíneas (a), (c), (g) e (h) (BRASIL, 1984).

Ocorre que, em 13 de setembro de 2002, o decreto 89.460 foi revogado pelo decreto nº 4.377, que reafirmou o compromisso do Brasil e promulgou novamente a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a

Mulher. Dessa vez, sem ressalva alguma, como preceitua o artigo 1º do decreto 4.377/02:

Art. 1º A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 18 de dezembro de 1979, apensa por cópia ao presente Decreto, com reserva facultada em seu art. 29, parágrafo 2, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém (BRASIL, 2002).

A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) é um marco importante no enfrentamento à violência contra as mulheres, e por isto, cabe destacar alguns aspectos específicos da Convenção. O artigo 1º conceitua o que é discriminação contra a mulher nos aspectos da norma:

Artigo 1º Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (BRASIL, 2002).

Percebe-se que a discriminação contra mulher pode ser entendida como qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no gênero. É interessante que o artigo 1º traz o termo "independente de seu estado civil", isso demonstra que na época da resolução era importante reconhecer que a mulher casada e a mulher solteira são sujeitas dos mesmos direitos. A partir da conceituação da discriminação, os artigos 5º, 6º e 7º da Convenção trazem algumas medidas que os Estados partes deverão adotar. Entre as mais importantes, destacam-se:

Artigo 5º Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para:

- a) Modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.
- b) Garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos,

entendendo-se que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos. (...)

Artigo 6º Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição da mulher.

Artigo 7º Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular:

- a) O direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano;
 - b) O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego;
 - c) O direito de escolher livremente profissão e emprego, o direito à promoção e à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de serviço, e o direito ao acesso à formação e à atualização profissionais, incluindo aprendizagem, formação profissional superior e treinamento periódico;
 - d) O direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho;
 - e) O direito à seguridade social, em particular em casos de aposentadoria, desemprego, doença, invalidez, velhice ou outra incapacidade para trabalhar, bem como o direito de férias pagas; (...)
- (BRASIL, 2002).

As ações e medidas buscam alcançar a eliminação de preconceitos e erradicar a ideia da inferioridade de um sexo em relação ao outro. A garantia da responsabilidade comum de homens e mulheres na criação dos filhos foi um ponto importante abordado, onde retira exclusivamente da mulher a função de cuidado do lar.

Além disso, a Convenção preocupou-se em garantir o direito ao trabalho com as mesmas oportunidades independentemente do sexo, a remuneração sem discriminação de sexo e iguais direitos em caso de aposentadoria, doença, velhice ou incapacidade. Medidas que são necessárias para o combate à discriminação e também à violência contra mulher, considerando que a independência financeira é uma forma de empoderamento.

Nove anos depois, o Brasil teve a Constituição de 1988 promulgada, prevendo os princípios da igualdade e isonomia. No seu artigo 5º, o texto da Carta Magna determina que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Essas garantias asseguradas pela Constituição não foram implantadas de forma natural, mas reivindicadas por mulheres brasileiras. O Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher (1985) encabeçou a Campanha Mulher e Constituinte, buscando a inclusão da mulher na Constituição Federal, especialmente nos direitos à saúde, ao trabalho, a educação e enfrentamento à violência.

A Carta das Mulheres aos Constituintes foi entregue à Assembleia Constituinte na sessão de 26 de março de 1987, pelas seguintes deputadas: Abigail Feitosa, Anna Maria Rattes, Benedita da Silva, Beth Azize, Cristina Tavares, Dirce Tutu Quadros, Eunice Michilles, Irma Passoni, Lídice da Mata, Lúcia Braga, Lúcia Vânia, Márcia Kubitschek, Maria de Lourdes Abadia, Maria Lúcia, Marluce Pinto, Moema São Thiago, Myrian Portella, Raquel Cândido, Raquel Capiberibe, Rita Camata, Rita Furtado, Rose de Freitas, Sadie Hauache, Sandra Cavalcanti e Wilma Maia.

Diante desse cenário é possível perceber que a Constituição Federal do Brasil carrega a igualdade entre homens e mulheres como resultado da organização de movimentos de mulheres, que reivindicaram o reconhecimento de seus direitos.

No que tange à proteção internacional, outra Convenção que merece destaque é a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), que foi um marco internacional ao criminalizar todas as formas de violência contra a mulher. A convenção também é conhecida como Convenção de Belém do Pará, já que foi fruto de uma conferência em Belém do Pará no Brasil em 09 de junho de 1994, organizada pela Comissão Interamericana de Mulheres.

No Brasil, a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher foi promulgada através do decreto nº 1.793, de 01 de agosto de 1996. O artigo 1 elenca o que os Estados parte entendem por violência contra a mulher:

Artigo 1. Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (BRASIL, 1996).

Na perspectivada Convenção, a violência contra a mulher se caracteriza por qualquer conduta ou ato que cause dano físico, sexual ou psicológico à mulher. Também é previsto que a violência poderá ocorrer no âmbito da família ou em

qualquer relação interpessoal, não sendo necessário o compartilhamento de residência. Um diferencial trazido pela Convenção é a preocupação no combate à violência sexual, como preceitua o artigo 2, linha b:

Artigo 2 Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica. (...)

b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e (...) (BRASIL, 1996).

Os Estados que ratificaram a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher devem adotar meios para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. As medidas podem ser jurídicas, legislativas, de políticas ou qualquer meio administrativo para essas finalidades. É o que dispõe o artigo 7 da Convenção:

Artigo 7 Os Estados Partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convêm em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência e a empenhar-se em:

a) abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar por que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicos ajam de conformidade com essa obrigação;

b) agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher;

c) incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis;

d) adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar e ameaçar a mulher ou de fazer uso de qualquer método que danifique ou ponha em perigo sua vida ou integridade ou danifique sua propriedade;

e) tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher;

f) estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada a violência, inclusive, entre outros, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos;

g) estabelecer mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar que a mulher sujeitada a violência tenha efetivo acesso a restituição, reparação do dano e outros meios de compensação justos e eficazes;

h) adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias à vigência desta Convenção (BRASIL, 1996).

Essa Convenção inspirou a escrita legislativa da Lei Maria da Penha, Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, criada como consequência da violação de deveres ratificados pelo Brasil quando incorporou ao ordenamento jurídico as Convenções acima citadas.

É de bom alvitre historicizar a Lei Maria da Penha, nomeada a partir da luta de uma mulher que sofreu duas tentativas de feminicídio. Maria da Penha Maia Fernandes conheceu seu agressor quando cursava mestrado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, em 1974. O que reforça que a violência ocorre independente de *status* social ou grau de instrução acadêmica. Eles se casaram em 1976 e as agressões começaram após a mudança do casal para Fortaleza. O Instituto Maria da Penha (2018) traz as sequências da história:

As agressões começaram a acontecer quando ele conseguiu a cidadania brasileira e se estabilizou profissional e economicamente. Agia sempre com intolerância, exaltava-se com facilidade e tinha comportamentos explosivos não só com a esposa, mas também com as próprias filhas. O medo constante, a tensão diária e as atitudes violentas tornaram-se cada vez mais frequentes. FORMOU-SE, ASSIM, O CICLO DA VIOLÊNCIA: AUMENTO DA TENSÃO, ATO DE VIOLÊNCIA, ARREPENDIMENTO E COMPORTAMENTO CARINHOSO. Foi nessa última fase, também conhecida como “lua de mel”, que, na esperança de uma mudança real por parte do ex-marido, Maria da Penha teve a sua terceira filha (IMP, 2018).

As tentativas de feminicídio ocorreram em 1983. A primeira foi decorrente de um tiro nas costas enquanto ela dormia. Maria da Penha ficou paraplégica. Após quatro meses do fato criminoso, o agressor a manteve em cárcere privado por 15 (quinze) dias e cometeu a segunda tentativa: eletrocutá-la no banho.

O acusado foi julgado, sentenciado e condenado depois de 8 (oito) anos do primeiro crime. Já a sentença do segundo crime foi proferida em 1996. Apesar das condenações, as penas não foram cumpridas, e por isso o caso ganhou repercussão internacional. Segundo o Instituto Maria da Penha (2018):

O ano de 1998 foi muito importante para o caso, que ganhou uma dimensão internacional. Maria da Penha, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)

denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) (IMP, 2018).

Apesar do descumprimento de pactos internacionais e da denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil permaneceu inerte. Em 2001, o Estado foi responsabilizado por omissão, negligência e tolerância em relação à violência doméstica. Por isso, em 2002 houve um consórcio de ONGs feministas para construção de uma lei de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O consórcio de ONGs foi formado pelas organizações Avocaci – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos; CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Cepia – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação; AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento; Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, bem como por juristas e feministas especialistas no assunto; e Cladem/BR – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

A Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos juzizados de violência, altera o trâmite processual de processos que envolvem violência doméstica e familiar e traz a necessidade de políticas integradas.

A Lei Maria da Penha é a legislação mais importante no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, e por isso o debate acerca de suas disposições se faz necessário. Um dos principais pontos que a lei traz é que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. É nessa perspectiva que o artigo 5º elabora a configuração da violência doméstica e familiar contra a mulher:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006).

Para que o crime seja processado e julgado dentro dos trâmites processuais da Lei Maria da Penha é preciso que violência tenha ocorrido no âmbito da convivência doméstica, ou por algum familiar, ou alguma relação de afeto íntima entre o agressor e a ofendida.

Como já exposto neste trabalho, a Lei Maria da Penha discrimina 05 (cinco) tipos de violência doméstica e familiar: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral. Para combater essas violências a lei determina que as ações serão articuladas entre União, Estado, Distrito Federal, Municípios e ações não-governamentais (ONGs), assim dispõe o artigo 8º da lei 11.340/06:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a

implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

Percebe-se que a legislação traz o compromisso que as instituições estejam atualizadas nos debates de gênero para uma melhor atuação. Outro ponto fundamental foi a disposição da criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Campanhas preventivas e educativas voltadas tanto ao público geral quanto ao escolar também são fontes de promoção dos direitos humanos e enfrentamento à violência.

A vítima de violência doméstica e familiar será encaminhada a órgãos de assistência judiciária, caso necessite de ajuizamento de ações específicas. Assim como, o Ministério Público deverá ser comunicado sobre as violências, nos moldes do artigo 18 da Lei 11.340/06:

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para o ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente;

III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

IV - determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor (BRASIL, 2006).

As Medidas Protetivas de Urgência são mecanismos que a Lei Maria da Penha dispõe para que o/a juiz/a possa aplicar de forma imediata em casos de violência. Pode ser determinado o afastamento do agressor ao lar ou local de convivência da vítima, proibição de determinadas condutas, fixados limites de distância entre o agressor e a vítima, restrição ou suspensão de visitas à menores.

As medidas são atribuídas através do caso concreto, como preceitua o artigo 22 da lei 11.340/06:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)(BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha é uma das legislações mais completas no combate e enfrentamento à violência doméstica e familiar, já que além de identificar o que é violência, ela traz a necessidade de atuação conjunta entre os organismos e Estado. Para esta pesquisa é importante expor que o artigo 35 da lei 11.340/06 guia que a União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios poderão criar e promover centros de atendimentos, casas-abrigos, delegacias e programas para atendimento à mulher em situação de violência. Vejamos:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

- III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- V - centros de educação e de reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006).

Além do já exposto, cabe ressaltar que recentemente, no dia 05 de abril de 2022 o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), se manifestou no Recurso Especial nº 1977124/SP sobre a aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres transexuais.

Mesmo com a transparência com que a legislação trata o assunto, caracterizando a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero, independente de aspectos biológicos, foi preciso haver processos judiciais para assegurar a aplicação, acabando de vez com qualquer dúvida sobre a aplicabilidade da lei.

Por isso a importância do apoio de políticas públicas e instituições, onde muitas vezes são os únicos locais em que a vítima de violência encontra o apoio necessário para romper o ciclo de violência e empoderar-se. Quando a Lei Maria da Penha coloca em seu bojo legislativo a prioridade desses programas, é possível que esses mecanismos alcancem o maior número de mulheres.

O enfrentamento à violência precisa ser efetivo para não ocorrer o feminicídio. Segundo Lagarde (2008, p.215), “A categoria feminicídio e a teoria do feminicídio, da qual fazem parte, emergem da bagagem teórica feminista. Seus sintetizadores são Diana Russell e Jill Radford (tradução nossa) ²⁴”.

O feminicídio pode ser entendido como o genocídio de mulheres que acontece quando as condições históricas e sociais normalizam esses atentados à vida de meninas e mulheres. Quando se debate sobre o feminicídio é importante resgatar a situação ocorrida na cidade de Juarez, cidade do México, no início dos anos 1990, quando centenas de mulheres foram brutalmente assassinadas com situações de tortura e violência sexual.

De acordo com o Relatório da Relatoria Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2002), pelo menos 285 mulheres e meninas foram

²⁴ Citação original: La categoría feminicidio y la teoría sobre el feminicidio, de la que forma parte, emergen del bagaje teórico feminista. Sus sintetizadoras son Diana Russell y Jill Radford.

assassinadas na Cidade de Juárez desde o começo de 1993 até o fim de outubro de 2002.

No Brasil, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM) investigou as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal de março de 2012 a julho de 2013. Essa Comissão teve como um de seus objetivos apurar denúncias de omissão do poder público à aplicação de legislações de proteção às mulheres em situação de violência. A CPMI-VCM (2013) constatou que:

A curva ascendente de feminicídios (o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres), a permanência de altos padrões de violência contra mulheres e a tolerância estatal detectada tanto por pesquisas, estudos e relatórios nacionais e internacionais quanto pelos trabalhos desta CPMI estão a demonstrar a necessidade urgente de mudanças legais e culturais em nossa sociedade. Conforme mostra a pesquisa intitulada Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil nos últimos trinta anos, 43 mil delas só na última década." (BRASIL, 2013, p.07).

Nessa perspectiva brasileira, foi possível observar a tolerância do Estado no tocante à violência doméstica e familiar, e indicada a necessidade urgente de mudanças legislativas e culturais. É por isso que a Comissão traz o projeto da lei de tipificação do crime de feminicídio, mas antes, conceitua o termo:

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (BRASIL, 2013, p.1003).

Corroborando esse entendimento, entende-se que o feminicídio ocorre quando o Estado não atua com eficiência no combate à violência contra meninas e mulheres. É o que Lagarde (2008, p. 216-217) expõe:

Existem condições para o feminicídio quando o Estado (ou alguma de suas instituições) não dá garantias suficientes para as meninas e

as mulheres, não cria condições de segurança que garantam suas vidas na comunidade, em casa ou nos espaços de trabalho em trânsito ou lazer. Além disso, quando as autoridades não desempenham suas funções de forma eficaz. Quando o Estado é parte estrutural do problema por causa de seu signo patriarcal e por causa da preservação dessa ordem, o feminicídio é crime de Estado (tradução nossa).²⁵

É através da compreensão de que o Estado também é responsável pelos altos índices de violência contra as mulheres e feminicídio que a CPMI-VCM investigou as ações e trouxe propostas de políticas públicas e de legislações para o combate à violência contra mulher. Assim como preceitua o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (2013):

As audiências públicas realizadas para investigar a situação da violência contra mulheres nos estados, as visitas e diligências realizadas pela CPMI, a análise dos documentos enviados pelas autoridades que atuam no enfrentamento da violência, as valiosas contribuições apresentadas pelas acadêmicas e pelas organizações de feministas e de mulheres, assim como a detida análise da legislação vigente sobre a violência contra mulheres, ensejaram um acúmulo de informações sobre o tema que permitiram a CPMI/VCM propor recomendações aos estados visitados e às instituições públicas integrantes da rede de enfrentamento à violência contra a mulher (BRASIL, 2013, p. 1.038).

A proposta da lei do feminicídio foi elaborada pela Comissão em 2013, mas somente foi promulgada no dia 09 de março de 2015, com o nº 13.104. O crime de feminicídio foi colocado como uma qualificadora do crime de homicídio no Código Penal Brasileiro, e se caracteriza por ser um homicídio doloso cometido contra a mulher por desprezo, menosprezo ou qualquer razão de discriminação da condição do sexo feminino.

O Código Penal Brasileiro teve a inclusão do feminicídio através da lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, que passou a ter como texto do artigo 121:

²⁵ Citação original: Hay condiciones para el feminicidio cuando el Estado (o algunas de sus instituciones) no da las suficientes garantías a las niñas y las mujeres no crea condiciones de seguridad que garanten sus vidas en la comunidad, en la casa, ni en los espacios de trabajo de tránsito o de esparcimiento. Más aún, cuando las autoridades no realizan con eficiencia sus funciones. Cuando el estado es parte estructural del problema por su signo patriarcal y por su preservación de dicho orden, el feminicidio es un crimen de Estado.

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Feminicídio (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

VIII - com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

I - violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)(BRASIL, 1940).

É importante destacar que o Brasil foi o 16º (décimo sexto) país da América Latina a normatizar o feminicídio, seguindo a ordem: Costa Rica (2007); Colômbia (2008); Guatemala (2008); Chile (2010); Panamá (2011); Peru (2011); Argentina (2012); México (2012); Nicarágua (2012); El salvador (2012); Bolívia (2013); Equador (2013); Honduras (2013); Equador (2014); Venezuela (2014); Brasil (2015). Percebe-se que o Brasil demorou a incorporar em seu ordenamento jurídico uma legislação tão importante como o feminicídio, consequência da cultura do patriarcado que ainda resiste através de políticos conservadores.

A apresentação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015) é necessária para esta pesquisa, compreendendo que são os aportes normativos mais fortes para proteção de mulheres em situação de violência.

Essas legislações permitem que a vítima de violência possa quebrar o silêncio e buscar apoio em órgãos e instituições, a exemplo da Delegacia de Atendimento à Mulher, dos Centros de Referência da Mulher e das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Para a concretização dos direitos dispostos nas convenções e legislações é preciso a promoção de políticas públicas que atuem nessas garantias. Por isso, a próxima seção desta pesquisa aborda como é o processo de agenda e execução das políticas públicas de proteção às mulheres, principalmente as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

A violência contra as mulheres é um fenômeno social complexo e multifacetado que requer uma abordagem interdisciplinar e intersetorial. As mulheres são sujeitos de direitos e protagonistas do processo de enfrentamento da violência em todos os equipamentos da rede (BRASIL, 2011, p.42).

As políticas públicas possuem um papel fundamental no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Na seção anterior refletimos sobre o patriarcado, a violência de gênero, o ciclo da violência doméstica e algumas legislações importantes sobre o tema, mas para que as discussões possam alcançar as mulheres é imprescindível o fortalecimento das políticas públicas de gênero.

Nesse contexto, esta Seção apresenta o que é política pública e como se dá sua construção até as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres que existem hoje no Brasil.

Por conseguinte, discorreremos sobre as diretrizes e normas técnicas de uniformização do atendimento às mulheres vítimas de violência no Brasil e como se manifesta a política pública dos Centros de Referência da Mulher.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

Antes de discutirmos sobre as especificidades das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, é importante apresentar o que é a política pública e como se deu a construção das políticas para mulheres no país.

A política pública enquanto área de conhecimento teve origem nos Estados Unidos da América (EUA). Isto porque, segundo os estudos de Souza (2006), a Europa investigava a área da política pública como desdobramento do trabalho do Estado, já nos EUA a política pública era uma área que dava ênfase aos estudos sobre as ações do governo.

Para a pesquisadora, “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar

as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006, p, 25)".

Nesse sentido, podemos observar o estudo sobre políticas públicas em diversas áreas, como direito, economia, sociologia, engenharia e administração. Destacando que o campo de conhecimento sobre as políticas públicas se desenvolve para analisar as ações do governo. Justamente porque são as formulações de políticas públicas que irão produzir resultados e mudanças no mundo, é o que argumenta Souza (2006, p. 26):

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

No entendimento de Souza (2006), a política pública é o campo de conhecimento que objetiva colocar o governo em ação, e/ou analisar essa ação, e propor mudanças (quando necessárias). Já Secchi (2017) elenca dois conceitos fundamentais para entender a política pública: o problema público e a política pública. O primeiro trata do fim da intenção de resolução. O segundo trata do meio ou mecanismo para levar a cabo tal intenção (SECCHI, 2017, p. 05).

Nessa perspectiva, pode-se entender como problema público a distância entre a realidade e uma solução ideal para a construção de uma nova realidade pública. Compreendemos também que o problema público é subjetivo, depende dos atores que se incomodam com determinada realidade. Já a política pública é a materialização da solução desse problema, através de programas, campanhas, leis, obras ou até mesmo prestação de serviços públicos. Na concepção de Secchi (2017, p.05), "O problema público está para a doença, assim como a política está para o tratamento".

Dentro dos interesses sobre as políticas públicas, Secchi aponta os objetivos dos estudos e a metodologia, podendo ser divididos entre descritivos e prescritivos:

Estudos de cunho descritivo têm o objetivo de construir teorias, por meio da descrição e explicação dos tipos de políticas públicas, do comportamento dos atores e das instituições nas diversas fases do

processo de política pública. Já os estudos de cunho prescritivo estão preocupados em “melhorar” as políticas, ou seja, apontar com elas deveriam ser (SECCHI, 2017. p.08).

A análise das políticas públicas pretende sistematizar as informações relevantes do processo decisório da política pública, ou seja, ela é necessária para a manutenção, reajuste ou extinção das políticas. Nesse aporte, destacamos a diferença entre *policystudies*²⁶, termo relacionado à busca de conhecimento sobre o processo de política pública e *policyanalysis*, voltada para a análise da política pública. Na concepção de Farah (2016, p. 962):

Os estudos de políticas, segundo essa tradição, são desenvolvidos por acadêmicos e dizem respeito à natureza das atividades do Estado, procurando entender e *explicar* o processo da política pública assim como os modelos utilizados por pesquisadores para analisar o processo de formulação e implementação de políticas.

No Brasil, as primeiras manifestações de atividades científicas para formulação de políticas públicas foram iniciadas nos anos 1930. A modernização da administração pública federal, que se espalhou pelos estados, procurava consagrar a atuação de base técnica, apoiada em critérios impessoais e científicos (FARAH, 2016, p.965). Ainda, Farah (2016) destaca algumas áreas de intervenções estatais nesse período, como as políticas sociais, que tiveram como consequência a criação dos Institutos de Previdência, Aposentadorias e Pensões.

O processo de políticas públicas trazia também o enfoque econômico, considerando que a análise de políticas públicas no Brasil teve a influência dos segmentos do empresariado:

Outro aspecto relevante para a reconstituição da atividade de análise de políticas no período diz respeito à vinculação da burocracia com atores não governamentais. Embora o insulamento burocrático tenha sido uma das marcas da atuação das instituições que participaram da análise de políticas, isto não significa impermeabilidade a influências da sociedade (FARAH, 2016, p.969).

²⁶Destacamos que a diferenciação entre o estudo de políticas públicas e a análise de políticas tem como um dos propulsores Laswell (1951). Sugestão de leitura para aprofundamento: LASWELL, Harold D. The policyorientation. In: LERNER, Daniel; LASWELL, Harold (Ed.). *The policysciences*. Stanford: Stanford University Press, 1951. p. 102-120.

A autora chama atenção para a marca dos anos 1980 na formulação de políticas públicas, justamente pela democratização do país, e pelo advento da Constituição Federal de 1988, que trouxe formas de inclusão da sociedade civil na formulação, implementação e controle de políticas públicas. É o que apresenta Farah (2016, p. 971):

Após a nova Constituição, a tendência de participação de novos atores na análise de políticas foi reforçada. A criação de novos canais de participação, como conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo, conferências setoriais, audiências públicas, entre outros, contribuiu para a diversificação do *lôcus* da análise de políticas.

Sobre a Constituição Federal e a participação da sociedade na promoção de políticas públicas, Bucci (2001, p. 07) traz sua perspectiva:

A necessidade do estudo das políticas públicas vai se mostrando à medida que se buscam formas de concretização dos direitos humanos, em particular os direitos sociais. Como se sabe, os chamados direitos humanos de primeira geração, os direitos individuais, consistem em direitos de liberdade, isto é, direitos cujo exercício pelo cidadão requer que o Estado e os concidadãos se abstenham de turbar. Em outras palavras, o direito de expressão, de associação, de manifestação do pensamento, o direito ao devido processo, todos eles se realizariam pelo exercício da liberdade, requerendo, se assim se pode falar, garantias negativas, ou seja, a segurança de que nenhuma instituição ou indivíduo irá perturbar o seu gozo.

Nesse contexto podemos refletir que a efetivação dos direitos humanos está ligada à implementação de ações específicas para tal finalidade. A existência de uma Constituição Federal que determina o gozo de direitos individuais, sociais e coletivos não é o suficiente para que de fato eles sejam respeitados.

Para a garantia dos direitos constitucionais é preciso a construção de mecanismos reais, como por exemplo, de políticas públicas. É necessário dotar o direito de instrumentos adequados para a concretização destes e a promoção social, é o que aduz Bucci (2001, p.09):

Em outras palavras, apesar de a exequibilidade da Constituição depender de quanto o seu texto corresponde ao equilíbrio real de forças políticas e sociais em determinada momento, não basta uma Constituição bem escrita para que ela seja cumprida e obedecida, há possibilidade de se travar, pelas vias do direito e com base na

Constituição, uma batalha própria, capaz de melhorar as condições sociais, por meio da garantia do exercício de direitos individuais e de cidadania a todos, da forma mais abrangente possível. Nesse sentido, uma ordem jurídica bem estabelecida pode ser instrumento significativo de melhoria social. Desde que se admita esse pressuposto, isto é, o de que há uma arena jurídica para a solução dos conflitos políticos e sociais, é preciso, então, dotar o direito de instrumentos adequados para a concretização dos direitos e a promoção social.

As políticas públicas devem ser instrumentos de planejamentos e participação popular. As políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses (BUCCI, 2001, p.13).

Considerando que esta pesquisa se desenvolve no tocante à violência doméstica e familiar contra as mulheres, entendemos a violência contra as mulheres como exemplo de problema a ser enfrentando.

Para o enfrentamento deste problema e de outros incluídos na agenda, foram desenvolvidos alguns modelos explicativos nos estudos das políticas públicas, com o objetivo de entender como o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida da população. Segundo os estudos de Farah (2016, p. 973):

Na última década, no entanto, a centralidade atribuída à política pública foi acompanhada por mudanças nesse cenário. A importância assumida pelas políticas públicas tem exigido não apenas estudos de políticas públicas, mas também pesquisas que subsidiem a formulação, a implementação e a avaliação de políticas.

Entre os principais modelos desenvolvidos para compreender melhor as políticas públicas estão: O Incrementalismo, o Ciclo da Política Pública, o modelo “*Garbagecan*”, a Coalização de defesa e as Arenas Sociais.

Nesta pesquisa, iremos apresentar como funciona o ciclo de políticas públicas, que para Souza (2006, p.29) “é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”.

Para a criação de uma política pública é imprescindível que um problema seja adicionado à agenda, para que possa ser identificado, formuladas alternativas, tomadas decisões para enfrentá-lo e realizada a implementação da política.

Em relação à agenda, Capella (2018, p.13) aduz que “está relacionada ao conjunto de temas ou problemas considerados importantes em um determinado momento, como resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídia, entre outros”.

Ainda, na concepção da autora, pode-se entender como definição de problemas as preocupações da sociedade, que são agrupadas, identificadas e escolhidas, para que a ação governamental busque alternativas para neutralizar, modificar ou eliminar o problema. Capella (2018, p.19) explica:

Assim, problemas são entendidos como o resultado de um processo de escolhas, ou seja, problemas não são elementos latentes, prestes a serem identificados, diagnosticados ou descobertos. Problemas são escolhas realizadas por grupos sociais em relação às diversas questões que circulam pela arena pública. Esse processo de escolha sobre os problemas públicos, para os autores, é um dos aspectos mais centrais da ação governamental (...).

O problema pode ser visto como político ou sociológico, cabendo ao analista abordá-lo em distribuição de poder ou influência entre os grupos interessados ou de classe. Nessa busca da identificação do problema, é importante reter informações de fontes administrativas, como a análise demográfica e indicadores de dados sociais. Capella (2018, p.121) traz sugestões:

(b) Análise demográfica, que pode apontar tendências na estruturação da população e com eventuais implicações para questões relacionadas à prestação dos serviços públicos;c) Indicadores e dados sociais, capazes de reunir informações sociais e apontar para elementos relevantes à identificação de problemas emergentes; (...).

O analista de políticas públicas tem o papel de encontrar evidências de problemas sociais, analisar suas causas e propor medidas para a resolução. O problema público pode aparecer subitamente ou ganhar importância aos poucos, sendo também aquele problema que recebeu atenção pela sociedade ou pela mídia. Na leitura de Secchi (2012, p.34):

Um problema é a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e

aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública. Um problema público pode aparecer subitamente, por exemplo, uma catástrofe natural que afete a vida de pessoas de determinada região. Um problema público também pode ganhar importância aos poucos, como o congestionamento nas cidades ou a progressiva burocratização de procedimentos e serviços públicos. Um problema público pode estar presente por muito tempo, mas não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, como o caso da favelização das periferias das grandes cidades.

Depois da identificação do problema, têm-se a construção da agenda política, onde Secchi (2012, p. 36) destaca que “a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, de planejamento orçamentário ou de estatuto partidário”.

A partir da identificação da agenda é possível a formulação de alternativas para o problema proposto, estudando meios para concretizar os objetos para erradicar ou minimizar o problema. Para Secchi (2012, p.37) “a formulação de alternativas de solução se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema, e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível”.

Após formular alternativas, é o momento da tomada da decisão, que é entendida como uma etapa que representa o momento em que os atores, as intenções e os métodos de enfrentamento do problema são equacionados. No entendimento de Secchi (2012, p.40):

No processo de elaboração de política pública, a tomada de decisões é vista como a etapa que sucede a formulação de alternativas de solução. A tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

Com a tomada de decisão são averiguados os métodos e objetivos para a construção da política, e o próximo processo é o da implementação da política pública. Nessa fase são observados os primeiros esforços avaliativos, e são produzidos os resultados, ou seja, as intenções são convertidas em ações.

Por essa razão, nesse processo as funções administrativas apresentam um papel fundamental, já que os atores encarregados para a liderança da

implementação das políticas precisam ser capacitados. É o que revela Secchi (2012, p.46):

A1ém de analisado, o momento da implementação também deve ser gerenciado. É no momento da implementação que funções administrativas, como liderança e coordenação de ações, são postas à prova. Os atores encarregados de liderar o processo de implementação devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos potenciais, além de agir diretamente em negociações, construção de coordenação entre implementadores e cooperação por parte dos destinatários. A fase de implementação é aquela em que a administração pública reveste-se de sua função precípua, a de transformar intenções políticas em ações concretas. Também nessa fase entram em cena outros atores políticos não estatais: fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, além dos grupos de interesse e dos destinatários da ação pública.

Por fim, o último processo do ciclo de políticas públicas é a avaliação das políticas públicas, que consiste em julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para ação pública, assim como seu sucesso ou sua falha.

A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou (SECCHI, 2012, p.49).

Na avaliação de políticas públicas é possível verificar o desempenho, o estado da política e o nível de redução do problema. Pode-se verificar também os obstáculos enfrentados e possíveis falhas. Esses mecanismos criam referências de possibilidades de resolução de problemas e a percepção que os atores políticos possuem sobre a política. Para Secchi (2012, p.51) a avaliação da política pública pode levar à:

- a. continuação da política pública da forma que está, nos casos em que as adversidades de implementação são pequenas;
- b. reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública, nos casos em que as adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política pública;
- c. extinção da política pública, nos casos em que o problema público foi resolvido, ou quando os problemas de implementação são

insuperáveis, ou quando a política pública se torna inútil pelo natural esvaziamento do problema.

A avaliação da política pública se torna um processo indispensável para que a política continue, melhore, ou se extinga. No caso da extinção da política, pode ocorrer com a resolução do problema enfrentado ou se a política não tiver eficácia para combatê-lo.

Percebemos que a política envolve fatores, atores, decisões e pode ser materializada através das ações dos governos. Importante destacar que como ação intencional que é, a política cumpre objetivos e metodologias para sua implementação e eficácia, não precisando haver um período pré-estabelecido para sua duração. Souza (2006, p.36-37) compreende que:

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

A partir dessa pequena explanação sobre o que é a política pública e como funciona seu processo, podemos refletir sobre as políticas públicas de gênero no Brasil. Os anos 1980 foram importantes para o desenvolvimento nacional das políticas públicas e trouxeram uma grande evolução na agenda, inclusive na de gênero.

Quando falamos sobre a história da mulher enquanto sujeita política, Farah (2004) explica que esse processo ocorreu através da mobilização em torno da democratização do regime brasileiro, atingindo questões relativas à inexistência de infraestrutura, falta de acesso a serviços coletivos e o crescimento da pobreza. Os movimentos sociais e de classe também começaram a levantar as bandeiras da saúde da mulher, sexualidade e enfrentamento à violência. O movimento feminista foi fundamental nesse período de democratização:

O feminismo, diferentemente dos movimentos sociais com participação de mulheres, tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a

superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. O movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático (FARAH, 2004, p. 51).

A partir da luta desses movimentos, foram implantadas as primeiras políticas com recorte de gênero: O Conselho Estadual da Condição Feminina (1983), o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (1983), a primeira Delegacia da Mulher (1985) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985).

Mais adiante ocorreu o fortalecimento de propostas para superação das desigualdades entre homens e mulheres. Farah (2004) aponta o Encontro sobre Gênero e Políticas Públicas (2000), o Encontro Nacional da Mulher e Poder Local (2000) e o Encontro sobre Indicadores de Gênero (2001).

A pobreza feminina também chamou a atenção dos atores das políticas públicas. Movimentos e entidades de mulheres no Brasil e no exterior passaram também a defender a proposta de políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais que tenham as mulheres como seus alvos prioritários (FARAH, 2004, p.53).

Para Lisboa (2008), as últimas décadas constatarem o aumento da exclusão social e da pobreza no Brasil e na América Latina, sendo as mulheres as maiores vítimas. Por isso, em 2005 o Fórum Econômico Mundial elaborou o documento “Empoderamento das Mulheres – Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” onde define cinco dimensões para o empoderamento das mulheres: Participação Econômica, Oportunidade Econômica, Empoderamento Político, Conquistas Educacionais e Saúde e Bem-estar.

Quando os atores governamentais preocupam-se com o empoderamento feminino estão buscando a igualdade entre homens e mulheres, proporcionando mecanismos que rompam as estruturas patriarcais, o que afeta diretamente os direitos das mulheres e o enfrentamento à violência. É o que diz Lisboa (2008, p.02):

Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero;

significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações.

O principal movimento para a superação da pobreza está relacionado à tomada de consciência das mulheres, de seu poder social e político. Nesse combate à pobreza o empoderamento atua no sentido de orientar para a conquista da cidadania.

Existem algumas ações que o governo pode realizar para o auxílio ao empoderamento das mulheres, como por exemplo, a criação de espaços institucionais, a divulgação dos direitos das mulheres, a capacitação para o exercício da cidadania e também possibilitar o acesso efetivo ao aproveitamento de espaços sociais. Para Lisboa (2008, p.05):

Se assumimos que o conceito de exclusão social articulado com os de empoderamento e autonomia nos dão a pauta para entender a complexidade da pobreza, na perspectiva de gênero, devemos ter cuidado em manter uma distinção entre os aspectos constitutivos da pobreza e os aspectos instrumentais que apoiam o empoderamento das mulheres. Como formular políticas que permitam participar equitativamente nos mercados com o desafio que requer criatividade e pragmatismo no sentido de fazer uso dos recursos que dispõem os países para enfrentar o desenvolvimento? Um desses recursos são as mulheres, suas organizações e experiências e, que lamentavelmente têm sido mobilizadas como recursos sem valor econômico, nem reconhecimento político.

Como consequência do enfrentamento desta problemática, as discussões da Conferência Mundial sobre as Mulheres- CMM (1995), somada à trajetória do movimento de mulheres e do movimento feminista do Brasil, foi possível a construção de uma agenda mais sólida de políticas de gênero.

Nessa agenda, Farah (2004) aponta algumas diretrizes: Violência, saúde, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero por toda política (transversalidade) e acesso ao poder político.

Entendemos que o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres precisa envolver a implementação de outras políticas como saúde, economia e habitação, considerando que o Estado tem o dever de promover estratégias para que a mulher consiga romper o ciclo da violência com segurança.

Ainda nessa perspectiva, destacamos o que a pesquisadora Farah (2004) compreende sobre as diretrizes das políticas públicas que versam sobre o enfrentamento à violência a partir da CMM:

1 Violência – Criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos. Formulação de políticas que articulem medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas (FARAH, 2004, p.57).

Como mecanismo de enfrentamento à violência contra as mulheres a CMM traz a necessidade de programas que atendam as vítimas de violência doméstica e sexual, com a atenção integral de uma equipe multidisciplinar. Também reforça a criação de abrigo e formulação de políticas públicas de medidas preventivas e repressivas.

Para tanto, é importante que o problema da violência seja incluído na agenda local, considerando que é nas cidades que as mulheres vivem, trabalham e constroem suas relações familiares e afetivas. Sendo, portanto, responsabilidade dos municípios a oferta de uma qualidade de vida digna e livre da violência.

Na pesquisa realizada por Farah (2004) foi possível observar um destaque de programas locais no combate à violência contra a mulher. Os programas dessa área são estruturados como programas de atenção integral a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, compreendendo assistência jurídica, social e psicológica (FARAH, 2004, p. 61).

Farah (2004) observou que os espaços de vivência são lugares de recuperação da capacidade de inserção social das mulheres, onde recebem apoio para recuperar sua autoestima. Outra situação elencada pela autora é inclusão do enfrentamento à violência de gênero na agenda local, para Farah (2004, p.63):

As iniciativas locais de combate à violência contra a mulher não, resultam, portanto, apenas de uma agenda “nacional” ligada à questão de gênero, mas tendem a refletir também uma problemática local. Que se expressa na mobilização de mulheres em cada município ou em determinada região. Essa mobilização tende a persistir após a criação dos programas, influenciando a sua implementação.

Essas estruturas locais que a pesquisadora Farah (2004) relata podem ser encontradas hoje nos Centros de Referências da Mulher (CRM), que são políticas locais que ofertam atendimentos específicos às mulheres vítimas de violência.

As políticas públicas nacionais e locais para as mulheres são organizadas a partir de instrumentos e diretrizes nacionais, que buscam garantir a uniformização e eficácia dessas políticas de proteção às mulheres.

4.1.2 Princípios e diretrizes nacionais das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) ocorreu em 2003, e desde então houve o fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Podemos citar a elaboração de conceitos, diretrizes, normas e definições de ações para a resolutiva da problemática.

Com o advento da SPM foi possível uma maior estruturação para a elaboração de ações integradas que envolvem normas, padrões de atendimento, projetos e ampliação ao acesso aos direitos das mulheres.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PNEVM) foi elaborada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e publicada em 2011. Essa política é consequência do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), pensado a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), realizada pela SPM e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

É importante mencionar que na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), que ocorreu em 2007, o enfrentamento à violência contra as mulheres foi mantido como um eixo temático específico, reforçando nas medidas elaboradas pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2008 (BRASIL, 2011).

Para esta pesquisa, consideramos importante destacar alguns pontos da PNEVM, isto porque ela construiu diretrizes norteadoras para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.

A PNEVM preocupou-se em conceituar a violência doméstica e familiar, tendo como base a Convenção de Belém do Pará (1994):

A definição é, portanto, ampla e abarca diferentes formas de violência contra as mulheres, tais como: A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher, compreendendo, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Lei nº 11.340/2006); A violência ocorrida na comunidade e que seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional) (BRASIL, 2011, p.19).

Identificamos que a PNEVM compreende que a violência contra as mulheres pode se manifestar pela via doméstica, sexual, física, psicológica, patrimonial, moral e institucional. Ainda, a PNEVM traz o tráfico de mulheres, a exploração sexual de mulheres, a exploração sexual comercial de mulheres, adolescentes e jovens, o assédio sexual, assédio moral e cárcere privado como problemas a serem incluídos na agenda da política de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Segundo a PNEVM, o enfrentamento à violência precisa da ação conjunta de vários setores, com a intenção de desconstruir a discriminação de gênero, garantir um atendimento qualificado e humanizado e promover o empoderamento das mulheres:

O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência (BRASIL, 2011, p.25).

As ações de enfrentamento à violência vão além do âmbito combativo, necessitando de ações de prevenção, assistência e garantia dos direitos das mulheres. Essas diretrizes constituem os Eixos Estruturantes da PNEVM, que objetivam o desenvolvimento de ações que modifiquem os padrões sexistas da sociedade, a garantia da punição e responsabilização dos agressores, o atendimento humanizado e qualificado às vítimas e a formação continuada dos agentes públicos.

Vejamos como a PNEVM estrutura os Eixos:

Figura 2: Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Figura 1: Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres



Fonte: Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011, p.26).

A PNEVM destaca ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas como mecanismos de prevenção; ações punitivas e cumprimento da LMP como forma de combate à violência; o fortalecimento da rede de atendimento como assistência às mulheres; e o cumprimento das legislações nacionais e iniciativas internacionais como garantia de direitos para as mulheres.

Além dos Eixos, a PNEVM aponta alguns fundamentos a serem respeitados na elaboração de políticas públicas para as mulheres: Igualdade e respeito à diversidade, Autonomia das mulheres, Laicidade do Estado, Universalidade das políticas, Justiça social, Transparência dos atos públicos, e a Participação e controle social.

Estabelecer na PNEVM o respeito à diversidade garante a inclusão de mulheres LGBTQIA⁺²⁷ no público alvo das políticas. Respeitar a laicidade do Estado é entender que as políticas devem ser elaboradas com o objetivo de romper as desigualdades entre homens e mulheres, sem invocar caráter religioso.

Ainda sobre as diretrizes da PNEVM, é importante destacar alguns pontos:

Garantir o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado Brasileiro relativos ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Reconhecer a violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica

²⁷ Sigla destinada às pessoas que se identificam enquanto lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queers*, intersexuais, agêneros, e etc.

que expressa a opressão das mulheres e que precisa ser tratada como questão da segurança, justiça, educação, assistência social e saúde pública. Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual e o tráfico de mulheres. Implementar medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial nas áreas de saúde, educação, assistência, turismo, comunicação, cultura, direitos humanos e justiça. Incentivar a formação e capacitação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial no que tange à assistência. Estruturar a Redes de Atendimento à mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2011, p. 32-33).

O incentivo à formação e capacitação dos profissionais para o enfrentamento à violência é essencial para o atendimento humanizado das vítimas. As redes de atendimento às mulheres em situação de violência precisam de profissionais que tenham conhecimento sobre os direitos das mulheres, a PNEVM e a Lei Maria da Penha.

Não adianta ter uma Rede de Atendimento à Mulher com estrutura física que comporte os atendimento e atividades e não possuir uma equipe técnica compromissada com o enfrentamento à violência. Isto evidencia a importância das epistemologias feministas dentro da elaboração das políticas.

Outro ponto que chama atenção na PNEVM são as ações detalhadas e as metas a serem implementadas pela Política Nacional, no âmbito federal, estadual e municipal. Essas ações estão previstas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra Mulheres (2007), que devem ser executadas por vários órgãos da Administração Pública, como saúde, desenvolvimento social e cultura. Abaixo serão apresentadas as áreas estruturantes:

Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha Com ações relacionadas:

- 1 – Difusão da Lei e dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres (Estimular a mobilização em defesa da LMP);
- 2 – Implementação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2011, p. 38).

A garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha aparece como a primeira meta da PNEVM, considerando que a LMP é o aporte legislativo mais forte e efetivo no Brasil no que tange ao enfrentamento à violência doméstica. É importante que as mulheres tenham conhecimento sobre o que a LMP traz como violência, quais os

mecanismos de proteção que a vítima pode recorrer e o que é a rede de enfrentamento à violência.

Fomentar o conhecimento sobre violência de gênero, machismo e patriarcado é fundamental para desenvolver uma consciência social para o fim da desigualdade de gênero. Além disso, as políticas públicas também podem promover ações para o cumprimento da LMP, como já exposto nesta pesquisa, não é possível garantir a eficácia da lei sem ações direcionadas para essa finalidade. Considerando que a LMP traz a necessidade da rede de proteção as mulheres fortalecida, a PNEVM estabeleceu esta meta:

Ampliação e fortalecimento da Rede de Serviços para Mulheres em Situação de Violência com ações relacionadas:

- 1 – Ampliação dos Serviços Especializados de Atendimento as Mulheres em Situação de Violência e Capilaridade do Atendimento;
- 2 – Fortalecimento da Rede de Atendimento para Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2011, p. 38-29).

A mulher em situação de violência, reconhecendo a violência, provavelmente vai procurar ajuda na Rede de Enfrentamento à Violência, podendo iniciar pela Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), ou até mesmo buscar apoio em um Organismo de Proteção à Mulher (OPM). Esses equipamentos precisam estar fortalecidos e interligados para o melhor atendimento à vítima.

A ampliação dos serviços municipais de proteção às mulheres conduz ao aumento do número de mulheres atendidas, e conseqüentemente fortalecidas contra a violência. Como já disposto, são nos municípios em que as mulheres vivem, trabalham e constituem suas famílias, sendo também do município o dever de promover a proteção das suas munícipes.

Já em relação ao acesso à justiça e segurança cidadã, a PNEVM foi enfática ao estabelecer como meta:

Garantia da segurança cidadã e acesso à justiça Com ações relacionadas:

- 1 – Segurança Cidadã;
- 2 – Acesso a Justiça às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011, p.39).

É imprescindível que a vítima de violência possa receber da Rede de Enfrentamento à Violência informações sobre divórcio, guarda dos filhos e pensão alimentícia, já que são questões comumente decorrentes da violência. Caso não

seja bem orientada é possível que a vítima não recorra a algum direito por medo ou ameaça de seu agressor.

A PNEVM também prioriza as ações que garantem os direitos sexuais das mulheres, rompendo com o tabu da exploração sexual e o tráfico de mulheres:

Garantia dos direitos sexuais, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres com ações relacionadas:

- 1 – Garantia dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos;
- 2 – Enfrentamento à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres (BRASIL, 2011, p. 39).

As ações relacionadas aos direitos sexuais das mulheres podem ser realizadas através de parcerias com outras instituições e de campanhas de conscientização sobre assédio sexual, importunação sexual, estupro e incentivo à prostituição. Muitas mulheres não têm acesso à informação de que alguns atos libidinosos constituem crimes, e por isso é importante conscientizar sobre os direitos.

Além disso, o fortalecimento da rede e a formação da equipe técnica para um atendimento humanizado da vítima de violência sexual faz toda a diferença para que ela se sinta confortável, segura e instruída nesse momento tão delicado.

No mais, a PNEVM reconhece a importância de garantir autonomia para as mulheres e a ampliação de seus direitos:

Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos com ações relacionadas:

- 1 – Garantia da autonomia das mulheres;
- 2 – Ampliação dos direitos das mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011, p. 39).

Incentivar a autonomia financeira e econômica das mulheres pode contribuir para a ruptura do ciclo da violência, considerando que um dos fatores que aprisiona a vítima dentro do relacionamento abusivo é a falta de condições financeiras para se manter e manter seus filhos.

Reafirmamos que a PNEVM enfatiza a importância de ações integradas para o enfrentamento à violência contra a mulher, ou seja, ações de políticas públicas no âmbito da saúde, economia, assistência social, assistência jurídica, isto porque o problema da violência contra as mulheres atinge diversos aspectos da vida da vítima.

Para o cumprimento das ações e implementação de políticas públicas que buscam a resolutiva do problema da violência contra as mulheres existe a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (REVM), que constitui atuações articuladas entre as instituições, serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade.

A REVM busca efetivar os Eixos de Enfretamento da PNEVM, ou seja, combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. Nesse sentido, iremos apresentar o funcionamento dessa Rede.

4.2 A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A princípio, cabe diferenciar a REVM e a Rede de Atendimento à Mulher (RAM). A REVM tem seus serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

Já a RAM é referente ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento (BRASIL, 2011). Com isso, percebemos que a RAM é parte integrante da REVM, principalmente no tocante ao Eixo de Assistência²⁸, previsto na PNEVM.

Nessa perspectiva, o documento de consolidação da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, elaborado pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 2011, apresenta um quadro elaborado com as principais características da REVM:

²⁸Vide página 89.

Figura 3: Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Quadro 1: Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

Rede de Enfrentamento	Rede de Atendimento
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência /Atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não-especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Fonte: Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Brasil, 2011, p.15.

Com a leitura deste quadro podemos identificar melhoras diferenças entre a REVM e a RAM, sendo a REVM composta por órgãos responsáveis pela gestão e controle das políticas de gênero, e a RAM restrita aos serviços de atendimentos. Esses atendimentos podem ser especializados ou não-especializados.

Considerando que as entrevistadas desta pesquisa fizeram parte das políticas do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru, é interessante apresentar alguns serviços especializados que constam na REVM, entre eles, os Centros (Brasil, 2011, p.15-16):

- a) Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher);
- b) Casas Abrigo;
- c) Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem);
- d) Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher);
- e) Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas;
- f) Promotorias Especializadas;
- g) Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- h) Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180);
- i) Ouvidoria da Mulher;
- j) Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica;
- k) Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas);
- l) Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Identificamos que a REVM é composta pela multiplicidade de serviços e instituições, justamente para tentar atuar na

complexibilidade que o enfrentamento à violência contra as mulheres exige.

É importante destacar que a atualização e o levantamento da Rede de Atendimento são coordenados pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Para tanto, atores sociais e institucionais podem auxiliar, como por exemplo, as Câmaras Técnicas, Ouvidorias e o Ligue 180.

Em relação à política do Ligue 180, tem como objetivo orientar as mulheres sobre seus direitos e os serviços disponíveis para o atendimento de suas demandas, e foi criada em 2005. Vejamos:

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, por sua vez, foi criada em 2005, pela SPM, com o objetivo de orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis para o atendimento de suas demandas. A Central é um número de utilidade pública, que pode ser acessado gratuitamente por mulheres de todo o país e representa, portanto, um importante avanço no tocante à divulgação dos serviços da rede de atendimento e à garantia de acesso das mulheres à rede (BRASIL, 2011, p.11).

Apesar da existência de vários serviços apresentados pela política pública, esta pesquisa irá se ater aos Centros de Referência de Atendimento à Mulher. Isto porque o *corpus* da pesquisa envolve 5 mulheres participantes do Grupo reflexivo As Marias, que constitui uma ação de cunho educativo e preventivo do CRMMBC.

Os Centros prestam acolhimento, acompanhamento psicológico e social, e orientação jurídica às mulheres vítimas de violência. As ações do Centro de Referência devem pautar-se no questionamento das relações de gênero, base das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres e devem voltar-se ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres (BRASIL, 2011, p. 41).

Nesse sentido, os Centros de Referência possuem objetivos norteadores para os trabalhos a serem desenvolvidos:

Objetivo Geral: Prestar acolhimento e acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica às mulheres em situação de violência, de modo a fortalecer sua autoestima e possibilitar que essas mulheres se tornem protagonistas de seus próprios direitos, ampliando seu nível de entendimento sobre as relações de gênero. (BRASIL, 2011, p. 41-42).

Destacamos o atendimento multidisciplinar dos Centros de Referência, entendendo que a vítima pode enfrentar outros problemas em decorrência da violência. O acolhimento psicológico possibilita que a mulher compreenda a situação de violência sem o sentimento de culpa, e possa construir caminhos para o empoderamento e a ruptura do ciclo.

O acompanhamento social auxilia a mulher que enfrenta vulnerabilidades, sejam elas sociais, de renda ou conflitos familiares. O olhar atento do/a profissional em serviço social pode identificar situações que antes eram ignoradas pela vítima.

Já no que tange ao atendimento jurídico, é comum que dentro do ciclo da violência a vítima precise de orientações sobre como proceder em relação ao divórcio, dissolução de união estável, guarda dos filhos, alimentos, entre outras situações já regulamentadas.

Ainda, a assistente jurídica pode orientar quanto os tipos de violência da LMP, o funcionamento da MPU, da DEAM, ou mesmo da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VVDFM).

Para tanto, os objetivos específicos norteadores das atividades dos CRM são estabelecidos como forma de aprofundar a metodologia de como esses atendimentos devem ser realizados:

Objetivos Específicos: 1. Acolher as mulheres em situação de violência, orientando-as sobre os diferentes serviços disponíveis para a prevenção, apoio e assistência em cada caso articular. 2. Promover o atendimento especializado e continuado às mulheres em situação de violência. 3. Articular os meios que favoreçam a inserção da mulher no mundo do trabalho e em programas de capacitação para o trabalho e geração de renda, quando couber. 4. Prestação de atendimento de caráter emergencial de encaminhamento aos serviços especializados, sempre que necessário; 5. Garantir à mulher assistida as condições de acesso aos Programas de Educação formal e não formal, quando couber. 6. Propiciar, à mulher assistida, os meios para obter o apoio jurídico necessário a cada caso específico. 7. Prestar informação e orientação por meio de atendimento telefônico às mulheres (BRASIL, 2011, p.42).

Entre os objetivos específicos enfatizamos a importância da articulação em rede, considerando que a orientação sobre os diferentes serviços disponíveis e a articulação com esses serviços demonstram uma REVM fortalecida e integrada.

Outro ponto relevante é a prestação de atendimentos de caráter emergencial, e as orientações por meio de atendimento telefônico. Isto se deve pelo avanço da

tecnologia e a falta de recursos financeiros da vítima em comparecer presencialmente ao serviço. Uma orientação através de ligação telefônica ou mensagens trocadas por aplicativos podem salvar a vida de uma mulher que está vivenciando uma agressão iminente.

Em relação à padronização dos procedimentos e funcionamento dos CRM, objetivando a qualidade do serviço e manutenção das políticas públicas, em 2006 foi formulada a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (NTUCRM).

Destacamos dois pontos importantes que a NTUCRM discrimina: a qualificação profissional e a metodologia de funcionamento e de atendimento. A Norma Técnica determina que os Centros de Referência precisam de critérios de qualificação profissional na escolha dos profissionais, e que todos devem participar de um curso com 80 horas iniciais sobre os assuntos teóricos essenciais para o trabalho especializado:

Módulo Básico – Aspectos legais, científicos e teóricos da violência de gênero (definição, prevalência do fenômeno, formas de violência contra a mulher, ciclo da violência, impacto em longo prazo da violência, estratégias do agressor); estratégias para o acolhimento (escuta atenta, e não julgadora), a intervenção (identificar a violência, assegurar a proteção e segurança) e o empoderamento (resgate da auto-estima, atribuição de responsabilidades, autodeterminação da mulher, escuta qualificada); negociação de conflitos e trabalho em rede com equipamentos e órgãos locais, nacionais e internacionais. Módulos Específicos – Um ou mais módulos, tais como: atendimento psicossocial; prevenção; relações sociais; técnicas de entrevista com mulheres em situação de violência; intervenção em situações de crise etc. A Coordenação do Centro de Referência deve buscar apoio na Rede de atendimento, em especial, em núcleos de universidades para a realização do curso de formação; caso não disponha de recursos financeiros para esse fim, pode articular-se com gestores de política para as mulheres locais com o objetivo de fortalecer a realização de eventos de capacitação (BRASIL, 2006, p.27).

Identificamos que a NTUCRM foi fiel a PNEVM, trazendo a qualificação profissional como essencial para o atendimento humanizado e especializado. Entre os temas a serem abordados têm-se as estratégias para o acolhimento, onde se destaca a escuta atenta e não julgadora.

O empoderamento também faz parte das estratégias que deverão ser apresentadas no curso, e é voltado para o resgate da autoestima, atribuição de responsabilidades, autodeterminação da mulher e escuta qualificada.

Ainda, a NTUCRM traz a possibilidade que a Coordenação do Centro de Referência busque apoio na Rede de atendimento, em núcleos de universidades para a realização das formações, caso não tenha recursos financeiros para isto. Essas articulações podem fortalecer o evento e a capacitação dos profissionais.

No ponto da metodologia de funcionamento e de atendimento, o CRM atenderá as mulheres por demanda espontânea ou encaminhamento de serviços ou instituições, e organizará os atendimentos em quatro fases.

Na 1ª fase ocorre o acolhimento e as informações gerais sobre a REVM, onde a vítima será atendida pela equipe administrativa que verificará se a mulher tem interesse em uma entrevista individual:

1ª FASE - Acolhimento e Informações Gerais ASE - Acolhimento e Informações Gerais A mulher em situação de violência que espontaneamente buscar ou for encaminhada ao Centro de Referência será inicialmente atendida pela equipe administrativa que oferecerá a ela informações gerais sobre o Centro de Referência e sobre a Rede de Atendimento, esclarecerá suas dúvidas e verificará o seu interesse em ter uma entrevista individual com a dupla de profissionais do atendimento inicial. A mulher em situação de violência deverá ser informada dos propósitos da entrevista e assegurada de que não terá que se vincular ao atendimento após a entrevista, se assim não desejar (BRASIL, 2006, p. 33).

Em casos de violência sexual recente, a vítima será encaminhada de forma imediata aos serviços emergenciais de saúde. Caso não seja, e a mulher aceite o atendimento individualizado, será encaminhada ao atendimento inicial que será realizado por um/a psicólogo/a e um assistente social, que farão o atendimento da 2ª fase:

2ª FASE - Orientação à mulher em situação de violência – Diagnóstico Inicial e Encaminhamento A mulher em situação de violência que manifeste o desejo de ser atendida pelo Centro de Referência será encaminhada ao atendimento inicial que será realizado por uma dupla de profissionais composta por um(a) psicólogo(a) e um(a) assistente social. Os objetivos desse atendimento são: estabelecer uma relação de confiança e credibilidade da mulher em situação de violência com o serviço, ouvir o seu relato de forma qualificada, respeitosa e não julgadora; • informar à mulher em situação de violência sobre seus direitos quanto ao atendimento no Centro de Referência, descritos no item III, f, 2 desta norma técnica; • elaborar um diagnóstico preliminar do risco para a vida e saúde da mulher atendida e de suas necessidades específicas; • apresentar opções de atendimento e encaminhamento, além de discuti-las com a mulher atendida; •

elaborar em conjunto com a mulher atendida um plano personalizado de atendimento; • elaborar em conjunto com a mulher atendida um plano pessoal de segurança; • explicar os próximos procedimentos e encaminhamentos para a implementação deste plano personalizado de atendimento; • esclarecer qualquer dúvida remanescente; • encaminhar a mulher atendida para a Recepção do Centro de Referência para que marque em agenda o atendimento individual e/ou para que seja informada com mais detalhes sobre as formas de acesso aos serviços da Rede de Atendimento para os quais possa ter sido orientada a procurar.

Nesta fase destacamos que os/as profissionais que atenderem a vítima precisam elaborar em conjunto com a mulher atendida um plano personalizado de atendimento, isto reforça que a violência pode se manifestar de forma diferente para cada mulher e por isso é importante um plano único que atenda as singularidades de cada caso.

A explicação sobre os próximos procedimentos e encaminhamentos para a implementação do plano elaborado também é uma preocupação da Norma Técnica. A equipe técnica irá sanar as dúvidas das atendidas, explicando o que cada ação tomada pode gerar como consequência, objetivando segurança no processo de ruptura do ciclo da violência.

Com o plano elaborado e as dúvidas da vítima sanadas, a 3ª fase do atendimento vem para aprofundar o diagnóstico e identificar outras questões a serem tratadas:

3ª FASE - Diagnóstico Aprofundado e Atendimento O objetivo desta 3ª fase é aprofundar o diagnóstico preliminar elaborado pela equipe de atendimento inicial, a fim de identificar as demandas e questões a serem tratadas nos diversos outros tipos de atendimento. O(a) técnico(a) deve pautar o atendimento na ética e no respeito mútuo, adotar sempre uma postura de acolhimento e conduzir a entrevista de forma a fortalecer o vínculo com o equipamento e conquistar a confiança da mulher atendida, a qual deverá, assim como na 1ª fase, ser informada dos propósitos da entrevista e dos detalhes do processo de atendimento especializado. O(a) técnico(a) deverá se certificar de que a mulher atendida foi informada de que, caso não tenha com quem deixar seus filhos para frequentar o Centro de Referência, poderá trazê-los consigo, e de que o sigilo e a privacidade do atendimento estarão assegurados.

É nessa fase que serão discriminados os atendimentos: a) Social, que consiste em atendimento realizado por profissional da assistência social; b)

Psicológico, que é realizado por profissional da psicologia e objetiva o resgate da autoestima e resiliência da atendida; c) Arteterapia, que é uma extensão do atendimento psicológico, configurando sessões de atendimentos individuais ou em grupo, com o objetivo de resgatar o potencial criativo da mulher; e d) Jurídico, objetivando oferecer aconselhamento e acompanhamento jurídico (BRASIL, 2006).

Com os atendimentos de profissionais específicos/as o caso particular recebe uma dinâmica multidisciplinar, o que auxilia a ruptura do ciclo da violência em que a vítima está inserida. Nesse sentido, é preciso que haja o monitoramento do caso, do plano elaborado e da segurança da atendida, é o que a 4ª fase discrimina:

4ª FASE - Monitoramento do Atendimento e Encerramento do Atendimento A equipe técnica do Centro de Referência deverá manter a interlocução permanente com os demais equipamentos da rede ampliada de atendimento à mulher, com fins de acompanhar ao atendimento integral da mulher em situação de violência, com envio de relatórios periódicos, reuniões para avaliação da evolução dos casos atendidos e propositura de novas medidas ou procedimentos, se necessário. Essas reuniões poderão ocorrer em grupos intersetoriais e/ou somente com determinada organização. O desligamento do serviço de atendimento especializado somente se dará quando for verificada a superação da situação de violência, o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornem viáveis a autodeterminação da mulher.

É importante pontuar que ao descrever a 4ª fase, a NTUCRM traz de forma explícita que o desligamento da atendida do serviço especializado se dará quando for verificado que a violência foi superada e que a vítima foi fortalecida através de mecanismos psicológicos e sociais.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência e Atendimento à Mulher são instrumentos, diretrizes, métodos e princípios aplicáveis às políticas públicas de enfrentamento à violência no Brasil.

Essas normas são baseadas em resultados de pesquisa, tecnologia e experiência que otimizam os benefícios e os atendimentos destinados às mulheres vítimas de violência.

Antes de apresentarmos a política pública do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru/PE, é de bom alvitre refletir um pouco sobre a

desvalorização das políticas públicas para as mulheres no Brasil nos anos de 2019 a 2022.

Trazendo uma perspectiva histórica, em 2015 as políticas voltadas aos Direitos Humanos foram unificadas às políticas para as Mulheres, formando o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Em 2017 o ministério foi reformulado para o Ministério dos Direitos Humanos. Mas em 2019, as políticas para as Mulheres foram unificadas com as políticas governamentais destinadas às famílias, formando o Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos.

Esse novo ministério foi criado para reforçar o discurso do atual governo, que é pautado na moralidade religiosa e centralidade da família heteronormativa (e patriarcal). As ações afirmativas da ministra dessa pauta são voltadas para um público de mulheres específicas: mulheres brancas e mães. Nesse sentido, não há debate de inclusão para mulheres negras/pardas, indígenas, transexuais e que não optaram pela maternidade. Por isso, reforçamos a necessidade do fortalecimento de políticas públicas inclusivas, que respeitem os Direitos Humanos e a diversidade de mulheres.

4.3 O CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER MARIA BONITA DE CARUARU/PE

A partir dos instrumentos e diretrizes nacionais das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres iremos apresentar a política do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru/PE (CRMMBC), onde as mulheres entrevistadas nesta pesquisa foram atendidas.

O CRMMBC é parte do Eixo de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) de Caruaru, e por isso, cabe uma breve explanação sobre a estruturação da SPM até a configuração do CRMMBC.

O município de Caruaru é localizado na região do agreste do estado de Pernambuco, e de acordo com o último Censo Demográfico do IBGE em 2010, possui uma população de 314.912 mil habitantes (IBGE, 2010). Apesar de um grande quantitativo de municípios, somente em 2009 foi criado o primeiro Organismo de Políticas para Mulher, como relata Amorim (2016, p.01):

Em 2009, o Prefeito José Queiroz de Lima (PDT) criou o primeiro Organismo de Políticas para Mulher (OPM) da história do Município, o organismo inicialmente nominado de Secretaria Especial da Mulher (SEM), tinha o status administrativo de Secretaria Especial e era vinculada ao gabinete do Prefeito.

O marco inicial da criação da Secretaria Especial da Mulher (SEM), em 2009, fomentou outros movimentos feministas e discussões sobre mulheres, gênero e feminismos no município de Caruaru. Havendo destaque para o I Fórum de Mulheres de Caruaru, que reuniu 120 mulheres de diversas entidades (AMORIM, 2016).

Outro evento que fortaleceu as políticas públicas do município foi o II Fórum de Mulheres de Caruaru, que ocorreu em 2010, onde Amorim (2016, p.05) relembra que foi “marcado por avaliações, cobranças e estabelecimento de prioridades, com os índices de violência reduzidos, a prioridade passou a ser o Conselho Municipal da Mulher”.

No ano de 2016, com a eleição da primeira prefeita do município Raquel Lyra (PSDB), a SEM deixou de ser uma secretaria especial do governo e passou a ter autonomia própria, passando a ser a Secretaria de Políticas para Mulheres.

Entre as atribuições da SPM estão: formular, estabelecer, coordenar e articular as políticas para mulheres, cuidar das políticas públicas de prevenção à violência e da qualificação profissional, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e programas de combate à discriminação e à violência de gênero, além de elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo municipal com vistas à promoção da igualdade e articular, promover e executar programas de cooperação com organismos públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres²⁹.

Segundo as informações constantes no *site* da Prefeitura Municipal de Caruaru (2022) ³⁰, a SPM é dividida em três diretorias/departamentos: 1- Enfrentamento à Violência; 2- Saúde da Mulher; 3- Política da Cidadania.

²⁹Fonte: CARUARU. Secretaria de Políticas para Mulheres. *Site oficial da Prefeitura de Caruaru*. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-politica-para-mulheres/>. Acesso em: 03/05/2022.

³⁰Fonte: CARUARU. Secretaria de Políticas para Mulheres. *Site oficial da Prefeitura de Caruaru*. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-politica-para-mulheres/>. Acesso em: 03/05/2022.

No departamento da Saúde da Mulher são desenvolvidas ações em conjunto com a rede de saúde do município para cuidar da saúde das mulheres, principalmente das em situação de maiores vulnerabilidades. Essas ações podem ser educativas, de conscientização ou até mesmo parcerias e encaminhamentos específicos das atendidas³¹.

O departamento de Política da Cidadania busca promover a qualificação profissional, a autonomia financeira, e oferecer lazer e cultura para a vida mais digna a todas as cidadãs³².

Já o departamento de Enfrentamento à Violência preocupa-se em planejar ações, formações e campanhas de conscientização e combate à violência contra as mulheres. Podemos citar a campanha do Não é Não, realizada para informar sobre os crimes contra a dignidade sexual, o mês do Agosto lilás, de conscientização do combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres e o Todo dia 25 é dia Laranja, em alusão ao dia laranja de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas.

Dentro da gerência de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres está o Centro de Referência da Mulher Maria Bonita, que atua enquanto REVM do município de Caruaru, e segue as diretrizes nacionais de uniformização dos Centros de Referência.

É importante destacar que como o *site* da prefeitura de Caruaru não especifica os serviços do CRMMBC, iremos utilizar como fonte formal a lei municipal nº 6.791, de 30 de dezembro de 2021 que traz regulamentações para o CRMMBC. E como fonte informal as experiências pessoais da pesquisadora, que atuou no serviço de julho de 2018 a julho de 2021.

A lei municipal nº 6.791 de 2021 instituiu o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que tem como uma de suas estratégias a manutenção e ampliação das políticas públicas adotadas pelo Centro de Referência da Mulher:

Art. 5º São estratégias de proteção aos mecanismos já implantados: I
- manter e ampliar as políticas públicas adotadas pelo Centro de Referência da Mulher (CRM), que atende mulheres em situação de

³¹Fonte: CARUARU. Secretaria de Políticas para Mulheres. *Site oficial da Prefeitura de Caruaru*. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-politica-para-mulheres/>. Acesso em: 03/05/2022.

³²Fonte: CARUARU. Secretaria de Políticas para Mulheres. *Site oficial da Prefeitura de Caruaru*. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-politica-para-mulheres/>. Acesso em: 03/05/2022.

violência, possuindo estrutura e ambiente adequado ao acolhimento, atendimento e encaminhamento da mulher vítima de violência, conforme a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência (2006); (CARUARU, 2021).

O artigo 5º reafirma o compromisso do município de Caruaru em ampliar as políticas do CRMMBC, informando que este possui um ambiente adequado conforme a NTUCRM. O que também é legitimado através do artigo 10 da lei, que estabelece o CRMMBC como estrutura fixa da SPM e regulamentado através do Procedimento Operacional Padrão (POP). Vejamos:

Art. 10. O Centro de Referência da Mulher Maria Bonita integra a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres sendo esta secretaria responsável por reger seus atos no que diz respeito ao enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio de Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP). Parágrafo único. No POP constará guia com as regras de segurança a serem observadas pelas funcionárias e demais colaboradoras/es da SPM e do CRMMB.

O Manual de Procedimento Operacional Padrão ainda não está disponível de forma eletrônica, apenas em formato físico na SPM. Contudo, reconhecemos a importância do CRMMBC está regulamentado como rede permanente vinculada à SPM, isto fortalece à Rede de Enfrentamento e auxilia para que não haja retrocessos das políticas públicas em futuras gestões municipais.

Em relação ao funcionamento do CRMMBC, o mecanismo segue as diretrizes estabelecidas na NTUCRM e na PNEVM. Nesse contexto, possui uma equipe técnica multidisciplinar para o atendimento das mulheres vítimas de violência, composta por advogadas, psicólogas e assistentes sociais, além da coordenadora do CRMMBC, e do apoio administrativo.

Cabe destacar que a equipe técnica do CRMMBC é composta exclusivamente por mulheres, objetivando criar um ambiente acolhedor e empático à mulher atendida, que muitas vezes, diante do contexto de violência vivenciado, se sente mais confortável com o atendimento realizado por outra mulher.

A atual secretaria da SPM, em uma entrevista à rádio CBN no dia de março de 2022, informou que o CRMMBC registrou 874 atendimentos em 2019, 2.022 em

2020 e 3.048 em 2021³³. O que demonstra o crescimento do alcance das políticas públicas, ao mesmo passo que escancara o aumento da violência contra as mulheres no município.

Para uma maior eficácia no enfrentamento à violência, o CRMMBC é fortalecido com as parcerias da REVM, como por exemplo, com a DEAM, VVDF, Instituto Médico Legal (IML), Universidades, Núcleos de Prática Jurídica e o Ministério Público.

Cabe destaque para a Patrulha Municipal Maria da Penha (PMMP), política pública que foi implantada no município e que atua em parceria com o CRMMBC. A PMMP foi lançada no dia 07 de agosto de 2019, e constitui em uma patrulha específica da Guarda Municipal para atender as mulheres vítimas de violência de Caruaru.

A PMMP pode atuar no acompanhamento de Medidas Protetivas de Urgência das usuárias do CRMMBC, no deslocamento das vítimas à DEAM, IML, CRMMBC, no atendimento de urgência em caso de violência e também na divulgação de informações e conscientização ao combate à violência contra as mulheres. Apesar da atuação da Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar no município de Caruaru, a PMMP foi implantada com o objetivo de aumentar a segurança das mulheres vítimas e auxiliar o trabalho da equipe do CRMMBC.

Nesse sentido, a mulher vítima de violência pode chegar ao serviço através de demanda espontânea, pela PMMP ou encaminhada pela RAM, e será acolhida pela recepção, momento em que ela informará se deseja ou não o atendimento do CRMMBC.

Aceitando o atendimento, será encaminhada para uma técnica da equipe multidisciplinar, que atenderá a usuária do serviço com escuta acolhedora, preenchendo a Ficha de Triagem, que auxilia na identificação da vítima e possíveis resolutivas do caso. Após esse primeiro momento, a técnica poderá solicitar o agendamento para outras especificidades, como atendimento psicológico, social ou jurídico.

Caso a mulher atendida esteja em risco iminente de morte, a equipe especializada irá acionar o serviço de proteção estadual da Casa Abrigo, que

³³ G1 Caruaru. Secretária de Políticas para Mulheres de Caruaru ressalta ações da pasta e faz balanço de atendimentos. **G1 Caruaru**, 08/03/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/03/08/secretaria-de-politicas-para-mulheres-de-caruaru-ressalta-acoes-da-pasta-e-faz-balanco-de-atendimentos.ghtml>. Acesso: 04/05/2022.

acolherá a vítima em um local seguro e sigiloso para que possam ser traçadas alternativas de solução para uma vida livre da violência. Caso não esteja em risco iminente de morte, a equipe oferecerá outros serviços do CRMMBC e da SPM, objetivando auxiliar no processo de empoderamento. As atividades ofertadas podem ser cursos profissionalizantes, palestras, rodas de diálogos ou o Grupo reflexivo As Marias.

O CRMMBC também possui os projetos Maria da Penha vai às Escolas e Maria da Penha Vai até Você, que consistem em levar informações sobre direitos das mulheres, violência contra as mulheres e informações sobre a REVM para as escolas, universidades, igrejas, comunidades e população em geral.

As formações, ações e atendimentos ofertados pelo CRMMBC indicam que ele está dentro das diretrizes nacionais. O que foi reforçado a partir do ano de 2019, o qual o CRMMBC passou a ter uma estrutura física com rotas de fuga, garantindo a segurança das usuárias e da equipe.

Percebemos que esta seção se dedica a explicar as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres do macro (Brasil) ao micro (Caruaru/PE), considerando que o CRMMBC possui uma grande importância para esta pesquisa.

Nesse sentido, após as compreensões sobre o gênero, a violência e as políticas públicas de enfrentamento, apresentamos na próxima seção as análises das entrevistas realizadas com as 5 mulheres participantes do Grupo Reflexivo As Marias. Esta conexão objetiva refletir sobre a violência pela perspectiva das vítimas, reforçando os saberes construídos pelas entrevistadas.

5 ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Que a culpa não é dela, e do tamanho que for a luta, vale lutar para resgatar a dignidade humana (FÊNIX, 2021).

A violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil se manifesta de forma preocupante, apesar do fortalecimento de políticas públicas de enfrentamento à violência, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) contabilizou 1.319 mulheres vítimas de feminicídio no ano de 2021³⁴.

Essa realidade nos convida a refletir sobre possibilidades de instrumentos de combate e conscientização à violência a partir da perspectiva das narrativas das mulheres vítimas de violência.

Considerando que a opressão feminina é um elemento histórico e legitimado socialmente, a construção de novos saberes sobre a violência é importante para a ruptura da visão patriarcal e fomenta a construção de saberes sobre as vítimas de violência.

Nesse contexto, esta seção apresenta as participantes do grupo reflexivo As Marias e as suas falas que conduzem reflexões sobre a violência. Utilizamos a análise da performance do *ethos* e do *pathos* para as considerações sobre as vivências e partilhas dessas mulheres. Destacamos que as questões discursivas para as análises foram surgindo à medida que as entrevistas foram realizadas.

5.1 O GRUPO REFLEXIVO AS MARIAS E O *CORPUS* DA PESQUISA

As informações sobre o grupo reflexivo As Marias foram obtidas através de documentos físicos constantes no CRMMBC, do relato pessoal das organizadoras e da experiência própria da pesquisadora deste estudo. Foram identificados dois trabalhos publicados sobre as atividades realizadas, que também são usados como referenciais teóricos.

³⁴Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Violência contra mulheres em 2021**. Coordenação de Samira Bueno. Projeto Gráfico; Oficina 22. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 05/05/2022.

O grupo reflexivo As Maria teve sua primeira reunião no ano de 2014. A princípio, possuía apenas o objetivo de conscientizar, levando às mulheres usuárias do CRMMBC informações sobre direitos e sobre a violência.

Durante seus três primeiros anos de existência, o grupo contava com apoio da coordenadora, da advogada e da psicóloga do CRMMBC, que conduziam momentos para tentar aproximar as usuárias do serviço à equipe técnica, realizando atendimentos mais humanizados.

No ano de 2017, o grupo trouxe uma nova perspectiva de cuidado de si, trabalhando com metodologias que objetivam problematizar a violência através de práticas discursivas das próprias mulheres vítimas de violência. É o que Galvão (2020, p.196) observa:

O Grupo apresenta elementos da construção humana significativa, no momento em que as atendidas refletem sobre as violências e não se reconhecem mais como culpadas, visto que a mulher ao lado também passou por situações semelhantes.

Em diversos casos atendidos pelo CRMMBC as usuárias do serviço chegaram fragilizadas por outros equipamentos que deviam fortalecê-las, e externando que não visualizavam saída para aquela situação. Diante disso, as construções no grupo foram pautadas na possibilidade de que uma mulher se reconheça na outra, e possa buscar mecanismos de fortaleza. É o que refletem Oliveira *et. al* (2019, p. 33):

O grupo reflexivo tem uma proposta de atividade que envolve ações pedagógicas de formação integral, em parceria com instituições que contemplem o tema violência de gênero, por exemplo, núcleos de gênero das instituições de Ensino Superior (IES), Central de Depoimento Acolhedor do TJPE, movimentos sociais etc. O objetivo é favorecer a ressignificação do papel assumido pela mulher vítima de violência dentro das relações de poder em que está inserida, por meio da desconstrução de práticas discursivas que retroalimentam e legitimam a violência de gênero em seu aspecto simbólico, institucional, histórico e cultural, permitindo entender e problematizar os mecanismos das relações de poder, institucionais ou não, que colocam a mulher sempre em condição de subalterna, invisibilizada e negligenciada.

O convite para participar do grupo acontecia da seguinte forma: ao ser atendida pela profissional da equipe técnica, além de receber o acolhimento e as

orientações desejadas, são ofertados outros serviços e ações que a política pública do CRMMBC realiza, entre elas, as atividades do grupo. As atendidas possuíam a escolha de fazerem ou não parte das dinâmicas, e na maioria dos casos, as que participavam tendiam a passar pelo processo de empoderamento de forma mais rápida. É o que afirma Galvão (2020, p. 196):

Ao observar o que foi refletido e problematizado no grupo, é possível ver o reflexo na vida das mulheres. Existem mulheres que são atendidas pelo Centro e que optam por não participarem do Grupo Reflexivo, contudo, as mulheres que participam têm se empoderado com mais rapidez do que as que não interagiram. Reflexo das atividades no Grupo.

As dinâmicas nos encontros buscavam o compartilhamento de histórias, vivências e saberes, incluindo a equipe técnica que também podia participar das reuniões. É possível perceber que a princípio as mulheres ficavam constrangidas, mas depois que escutavam o relato de outras, sentiam-se mais à vontade para também compartilhar seu discurso. A pesquisa de Oliveira *et. al* (2019, p. 34) corrobora a esse entendimento:

Uma característica desses encontros é que tanto a equipe técnica quanto as usuárias participam das atividades por meio de práticas das vivências compartilhadas entre as mulheres, uma vez que, por meio das dinâmicas da psicologia transpessoal, vimos que os discursos das identidades transitam entre as correntes apresentadas, pois temos tanto as narrativas pessoais, na contagem de sua história de vida, que em um primeiro momento se apresenta com uma identidade dada e cristalizada, quanto a escuta da história de vida da outra mulher, que apresenta identidade diversa e fluida, surgindo novas possibilidades de ressignificação das identidades.

O ato de se ressignificar era buscado em todas as reuniões do grupo. A ressignificação das mulheres participantes podia acontecer a partir da quebra de perspectiva, considerando que elas chegavam ao serviço do CRMMC externando culpa pela violência e como merecedoras daquela situação.

Em contrapartida, ainda havia casos de mulheres que não conseguiam identificar a situação vivenciada como violência. Algumas atribuíam atos violentos aos ciúmes, à criação da família, ou até mesmo ao suposto fato de que o “homem é assim mesmo”.

O rompimento dessas construções patriarcais onde as mulheres devem suportar atos violentos pode ser entendido como ressignificação das crenças do que é ser mulher e do que busca para sua própria existência. Para Galvão (2019, p.196):

A ressignificação ocorre quando uma mulher chega ao serviço desacreditada em si mesmo, achando que é culpada pela violência sofrida e envergonhada por estar ali, e depois de receber acolhimento, atendimento e participar das atividades do Grupo acaba por se reconhecer além de vítima, mas como uma mulher forte, assim como todas as outras.

Apesar de muitos relatos através da fala, o grupo reflexivo As Marias possui poucos relatos documentais, apenas fotos dos encontros e atas de presença. O que dificultou um pouco a organização deste estudo.

Contudo, foi possível ter acesso às atas dos encontros, às atividades descritas nas atas e à quantidade de participantes, conforme Carta de Anuência com Autorização para Uso de Dados anexa. O estudo se atém aos encontros dos anos de 2018 e 2019, considerando a experiência própria da pesquisadora (que se contrapõe à ciência positivista) e das organizadoras do grupo.

A tabela abaixo foi construída com as informações obtidas nos documentos escritos e disponibilizados pelo CRMMBC, e tem por objetivo organizar de forma visual os dados coletados.

Tabela 1: Dados das reuniões do grupo reflexivo As Marias

Datas dos Encontros do Grupo Reflexivo As Marias nos anos de 2018 e 2019	Principais atividades desenvolvidas	Quantidade de participantes
31/01/2018	Roda de diálogo em formato de círculo. Conduzida pela psicopedagoga da Central de Depoimento Acolhedor de Caruaru.	5 mulheres e 3 crianças.
28/02/2018	Roda de diálogo em formato de círculo com os temas: Religião, autoestima, depressão e	7 mulheres e 2 crianças.

	assédio. Conduzida por Assistente Social convidada.	
28/03/2018	Roda de diálogo em formato de círculo com os temas: Percepções das mulheres sobre a violência, reconstruir relações interpessoais e construção da autoimagem. Conduzida pela psicopedagoga da Central de Depoimento Acolhedor de Caruaru.	3 mulheres.
25/04/2018	Roda de diálogo em formato de círculo. Conduzida pela advogada e pela psicóloga do CRMMBC.	5 mulheres.
30/05/2018	Roda de diálogo em formato de círculo.	30 mulheres ³⁵ .
25/07/2018	Roda de diálogo em formato de círculo. Parceria com o Projeto Tecendo Direitos do TJPE.	12 mulheres e 3 crianças.
12/09/2018	Roda de diálogo em formato de círculo com o tema: Expressão corporal.	3 mulheres.
26/09/2018	Roda de diálogo em formato de círculo com o tema: Cuidado de si. Dinâmica de danças. Conduzida pela coordenadora do CRMMBC e convidadas.	16 mulheres e 2 crianças.
11/10/2018	Roda de diálogo em formato de círculo.	4 mulheres.

³⁵ O quantitativo de 30 mulheres destoa das outras reuniões. Isto porque neste dia houve uma roda de diálogo com comidas, danças e ações psicopedagógicas.

01/11/2018	Comemoração de 1 ano do Grupo Reflexivo com os temas: Refletir, acolher e problematizar.	11 mulheres.
10/12/2018	Roda de diálogo em formato de círculo.	9 mulheres.
08/08/2019	Roda de diálogo em formato de círculo com o tema: “Apresentação das Narrativas”.	4 mulheres.
27/08/2019	Ação com dinâmicas entre mães e filhos.	10 mulheres, 15 crianças e 3 adolescentes.
29/10/2019	Roda de diálogo em formato de círculo.	15 mulheres.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Foram listados 11 encontros no ano de 2018 e 3 encontros no ano de 2019, totalizando 14 encontros no período estudado. O ano de 2019 teve poucas reuniões se comparado ao ano de 2018, isso porque o CRMMBC teve que mudar sua estrutura física, e enquanto a nova casa se adequava aos ditames da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006), os atendimentos eram realizados na SPM de Caruaru.

Em junho de 2019 o CRMMBC voltou a realizar os seus serviços em sua própria estrutura, havendo as 3 reuniões até o final do ano.

Em relação ao quantitativo de mulheres, o somatório das presenças nas reuniões aponta 134 mulheres e 28 crianças e adolescentes. Todas as mulheres participantes passaram por alguma situação de violência doméstica e familiar.

O grupo fomentou debates e reflexões para o fortalecimento das mulheres, existindo alguns casos que marcaram de forma positivamente essa experiência. É o que revelam Oliveira *et. al* (2019, p. 36):

O segundo caso é de uma mãe de 4 filhos que se encontra em situação de pós-abrigamento em Caruaru e, ao ser acolhida pelo CRMMB, também foi convidada a participar do grupo reflexivo; em situação de extrema vulnerabilidade social, desempregada (passou 2 semanas sem energia e sem gás), essa mulher assumiu postura de extrema coragem ao se permitir não ser definida pela violência, muito menos pela vulnerabilidade social. Ela manifestou o desejo de

participar das atividades externas da Secretaria de Políticas para as Mulheres e passou a ser (re)conhecida como artesã; pela primeira vez no município, uma mulher em situação de vítima concorreu à vaga de conselheira e foi a segunda mais votada na eleição realizada em 15 de dezembro de 2017 na Câmara de Vereadores de Caruaru.

A partir dessa citação, pode-se extrair a história de uma mulher que participou do grupo, se fortaleceu, entendeu que a violência não a limitava e galgou seus espaços na sociedade. Espaços que antes não haviam sido ocupados por ela.

No caso narrado, foi a primeira vez que uma mulher vítima de violência se candidatou ao cargo de Conselheira Municipal da Mulher e teve uma votação expressiva.

O grupo atuava como instrumento de reflexões, diálogos e construções de saberes coletivos sobre o que constitui a violência. É nessa perspectiva, buscando a reflexão de como as mulheres participantes se constituem diante da violência, que foi elaborada uma entrevista semiestruturada.

As participantes das entrevistas foram escolhidas seguindo os critérios já dispostos na seção de Aspectos teórico-metodológicos desta pesquisa, e correspondem ao seguinte perfil:

Tabela 2: Perfil etnográfico das participantes da pesquisa.

Nome escolhido	Faixa etária	Cor/Etnia	Escolaridade	Profissão	Localidade
Acordeom	30-40	Parda/negra	Ensino fundamental completo	Musicista	Zona Rural
Beija-flor	30-40	Branca	Ensino fundamental completo	Dona do lar	Urbana
Estrela	40-50	Parda/negra	Superior completo	Agente administrativa	Urbana

Fênix	40-50	Branca	Doutorado em andamento	Assessora parlamentar	Urbana
Viúva Negra	50-60	Parda/negra	Não alfabetizada	Agricultora	Zona Rural

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Sobre o perfil etnográfico das participantes destacamos que 3 mulheres se identificaram enquanto pardas/negras, isso reflete na manifestação da violência. Considerando que a trajetória da mulher no Brasil é atrelada aos processos de raça, sexo e classe. A mulher negra na sociedade brasileira enfrenta as nuances do racismo e do patriarcado. Essas questões serão identificadas no relato de Acordeom.

Outro elemento importante é a escolaridade, a pesquisa conta com 1 mulher não alfabetizada e 1 doutoranda, o que reflete nas perspectivas sobre a violência e suas formas de enfrentamento.

As 5 mulheres entrevistadas responderam 14 perguntas, que abordavam diversos aspectos, desde como a entrevistada gostaria de ser chamada até qual conselho ela daria a uma mulher que estaria vivenciando a violência. Esse é o *corpus* da pesquisa, o discurso dessas 5 mulheres a partir das indagações sobre a violência.

5.2 O QUE DIZEM AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?

A pesquisa traz reflexões sobre as vítimas de violência doméstica e familiar seguindo os preceitos teórico-metodológicos da Análise de Discurso. Nesse sentido, analisaremos as performances do *ethos* e do *pathos* das entrevistadas.

A escolha da percepção sobre o *ethos* das participantes conduz a compreensão sobre a representação construída pelo destinatário sobre a forma como elas se apresentam. Nos casos analisados, as entrevistadas representam as mulheres vítimas de violência e a autoimagem no discurso.

Outra noção importante para a pesquisa consiste na encenação dos *pathés* nos discursos analisados, os quais as entrevistadas performaram emoções recorrentes de dor, sofrimento e fortaleza, buscando chegar ao seu interlocutor.

A visibilidade dos discursos das mulheres vítimas de violência permite uma nova compreensão sobre as manifestações da violência. O que é importante para a construção de novas políticas públicas e de mecanismos de proteção às mulheres.

Ao longo desta pesquisa, identificamos os elementos legitimadores da violência doméstica e familiar contra as mulheres, apresentamos as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil e esta seção traz estudos sobre as construções do *ethos* e do *pathos* nos discursos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

5.2.1 Análise e interpretação: o *ethos*

Para compreender a noção de *ethos* é importante perceber que o destinatário constrói uma representação do locutor pelo que ele diz e por sua forma de dizer. Ao falar, o locutor põe em risco sua imagem e orienta um sentido que lhe seja favorável à interpretação dos signos que ele envia ao interlocutor.

Historicamente o *ethos* era destacado através da dimensão da atividade verbal destacada pela retórica de Aristóteles. Mainguenu (2020) apresenta que na noção de Aristóteles, o *ethos* consiste em causar uma boa impressão, ou seja, convencer o auditório ganhando sua confiança.

Ocorre que, a percepção sobre o *ethos* é mais complexa, apesar de se configurar em uma noção discursiva. Com isso, a imagem do locutor não pode ser criada de forma externa ou que contradiga a sua fala.

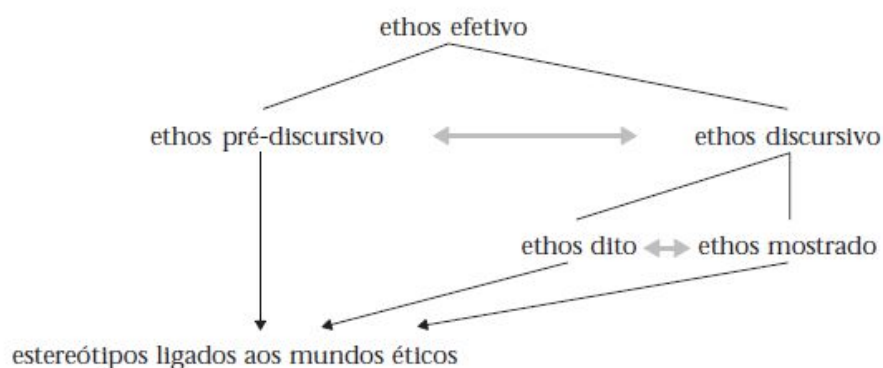
Na concepção de Mainguenu (2008), têm-se algumas problemáticas sobre o *ethos*, onde ele se configura como um processo interativo de influência sobre os outros. Esse aspecto não foi trabalhado nesta pesquisa, já que as perguntas não foram formuladas para que as participantes eloquem suas falas visando influenciar o destinatário. A atenção dos discursos está na empatia quando uma mulher se identificava com o relato da outra.

É necessário mencionar que o *ethos* não necessariamente se constitui somente com a fala, mas também pode se somar a gestos, vestimentas, outras semioses, ou até mesmo de uma imagem pré-construída.

O *ethos* efetivo é dado por esse conjunto de estereótipos ligados aos mundos éticos, onde atuam o *ethos* pré-discurso (as interpretações do destinatário dadas pela imagem prévia do locutor), o *ethos* discursivo (através da eloquência da fala) e as disposições do *ethos* dito e do *ethos* mostrado, que precisam estar interligados para demonstrar uma certa coerência no discurso.

Mainguenu (2008) apresenta um mapa mental sobre essa ligação:

Figura 4: O *ethos* efetivo.



Fonte: Mainguenu (2008, p. 19).

Nesta pesquisa foi realizada a análise do *ethos* discursivo dito (verbalmente expresso nas falas das entrevistadas), considerando o contexto pandêmico da COVID-19 que não viabilizou entrevistas presenciais para que fosse possível considerar vestimentas, gestos, fisionomia e outras formas de linguagem das entrevistadas.

Ainda assim, o tom do texto e a vocalidade utilizada pela locutora trazem caracterizações únicas para a construção de seu *ethos*, o que pode ser percebido através das entrevistas de áudio. É o que corrobora Mainguenu (2008, p. 17-18):

Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. O termo “tom” tem a vantagem de valer tanto para o escrito como para o oral.

A pesquisa traz o enfoque na projeção do *ethos* através da fala de cada entrevistada, isto porque a percepção sobre o *ethos* está em diversas áreas sociais e humanas. Os interesses sociais deixaram de voltar-se somente para doutrinas e passou a dar uma atenção maior a elementos ligados para apresentação de si. É o que afirma Mainguenu (2000, p. 167):

Se o *ethos* – mais que outros conceitos em uso na análise do discurso – suscita hoje tanto interesse é, sem a menor dúvida, porque ele está às voltas com formas que ultrapassam a análise do discurso e até mesmo as ciências humanas e sociais: a crise representação, o domínio da publicidade, a nova economia, o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e da informação... A atenção se deslocou das doutrinas e dos aparelhos a elas ligados para a apresentação de si.

Nessa perspectiva, foram realizadas 14 perguntas para cada entrevistada, onde buscou-se a percepção sobre suas compreensões sobre a violência e como o Grupo Reflexivo afetou suas vivências.

A primeira análise é em relação à primeira pergunta, onde as participantes foram interrogadas sobre como gostariam de serem chamadas. Nesse momento, as entrevistadas tiveram a oportunidade de se identificarem com algum elemento externo e a partir dele serem reconhecidas. A transcrição das respostas segue na tabela abaixo:

Tabela 3: Respostas da primeira pergunta..

1. Você não será identificada pelo nome. Assim, como você gostaria de se chamar? Você pode escolher algo com o que você se identifique (um objeto, uma planta, etc.).
a) Acordeom: “Pode ser Acordeom”.
b) Beija-flor: “Beija-flor. É um passarinho, né? Beija-flor”.
c) Estrela: “Vai ser Estrela”.
d) Fênix: “Fênix”.
e) Viúva Negra: “Vou lhe dizer, me desculpa, se não gostar também não tem problema. Viúva Negra”.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

d) Fênix: Começamos as análises com a participante Fênix, que chamou bastante atenção para o seu *ethos* discursivo, já que desde a primeira resposta elaborou uma imagem forte de si. O mito da fênix, perpassado pela mitologia grega e cultura romana, é um pássaro que renasce de suas próprias cinzas.

O pássaro Fênix remete ao simbolismo do recomeço, da transformação e da esperança, considerando que ele vence e morte e alcança a imortalidade.

Para entender a construção da Fênix é preciso historicizar sua referência. E através dos estudos de Campos (2018, p.166), observa-se que:

A ave Fênix constitui um elemento mítico que, em comparação com outras criações da antiguidade, sobrevive na sociedade do século 21, embora mais como um símbolo de referência do que como um mito propriamente dito. Assim, se perguntarmos aos nossos parentes sobre esta criatura, certamente falavam-nos de um pássaro de tons avermelhados, de extraordinária longevidade que, atingido o momento de sua morte, envolveria seu lindo corpo em chamas para renascer, então de suas próprias cinzas. Isto é possível, até mesmo, que eles nos iluminaram sobre as capacidades de cura de suas lágrimas (tradução nossa).³⁶

A representação da Fênix repassa por diversos momentos históricos, para os conceitos romanos, que receberam o mito da Fênix através da tradição grega, o pássaro além de ressurgir de suas próprias cinzas também é ligado ao sol, tendo capacidade de renovação e se destaca pela sua beleza majestosa. É o que aponta Campos (2018, p. 170):

Em qualquer caso, o que mais importa para a nossa pesquisa é que os romanos receberam da tradição grega um mito de origem egípcia alterado em boa parte de seus componentes, principalmente em relação ao seu significado final e que girará em torno de três conceitos fundamentais: a existência de um pássaro único que renasceria de si próprio permanece por um período indefinido de tempo; O que seria ligada ao sol, ao fogo e ao templo de Heliópolis, e cuja origem, por causa de sua associação com mirra, deve ter sido relacionado às terras localizadas além do Mar Vermelho, identificado por Heródoto como Arábia, mas que estavam longe de definidas, como ilustrará, por exemplo, um século depois, Heliódorus em suas

³⁶Citação original: El ave Fénix constituye un elemento mítico que, frente a otras creaciones de la antigüedad, pervive en la sociedad del siglo XXI, aunque más como un símbolo de referencia que como un mito propiamente dicho. Así, si preguntáramos a nuestros allegados acerca de esta criatura, seguramente nos hablarían de un ave de tonos rojizos, de extraordinaria longevidad que, alcanzado el momento de su muerte, envolvería su hermoso cuerpo en llamas para renacer, a continuación, de sus propias cenizas. Es posible, incluso, que nos ilustraran sobre las capacidades curativas de sus lágrimas. Ahora bien, si planteáramos la cuestión de sus orígenes, lo más probable es que el discurso se adentrara en el ámbito de la confusión o, lo que es peor, del silencio.

Etiópicas. Por outro lado, a singularidade do animal, sua extraordinária capacidade de renovação, a beleza de sua plumagem colorida e, em última instância, seu majestade, eles estavam fazendo da Fênix um dispositivo literário atraente para ilustrar certos lugares idílicos ou contextos extraordinários, como pode ser visto em Ezequiel, o Trágico e sua versão de Êxodo Século 2 aC. Nele, a comparação levantada por Heródoto da águia é que mantém, mas qualificando que alcançaria o dobro de seu comprimento e adicionando novas informações, como a procissão de pássaros que acompanharia a Fênix em sua peregrinação cíclica a Heliópolis, uma realidade que justificaria a visão disso por Moisés em seu caminho para fora do Egito (tradução nossa).³⁷

O mito deste pássaro passa de geração em geração, mas uma coisa é comum a todas: a construção simbólica de poder e de renascer após a sua morte. Inclusive, a representação da Fênix é utilizada pela mídia como um símbolo máximo de poder, é o que pode-se observar em personagens, como por exemplo *Jean Grey*, do grupo de mutantes *X-men*.

Em um determinado episódio da história em quadrinhos, *Jean Grey* passa por uma situação em que é incinerada pela radiação solar, mas fez um pedido de socorro e foi atendida pela Fênix, que salvou a vida dela e de sua equipe. Logo depois, foi transformada em uma deusa, ressurgindo do mar como uma Fênix, sendo considerada uma das heroínas mais poderosas das histórias em quadrinhos.³⁸

Quando a entrevistada Fênix escolhe esse nome para representá-la, ela também se relaciona com as características desse mito. Considerando que a entrevistada é uma mulher que já vivenciou a violência, pode-se entender que a morte da Fênix ocorreu através de suas dores ocasionadas pela violência, que de certo modo a matou. Remete à impressão que ela chegou a um lugar onde não

³⁷ Citação original: En cualquier caso, lo que para nuestra investigación más importa es que los romanos recibirán de la tradición griega un mito de origen egípcio alterado en buena parte de sus componentes, especialmente, en lo relativo a su significado último y que girará en torno a tres conceptos fundamentales: la existencia de un ave única en su especie que renacería de sus propios restos mortales en un período de tiempo indefinido; que estaría vinculada con el sol, el fuego y el templo de Heliópolis, y cuyo origen, por su asociación con la mirra, debía de relacionarse con las tierras situadas más allá del mar Rojo, identificadas por Heródoto como Arabia, pero que no estaban ni mucho menos definidas, como ilustrará, por ejemplo, un siglo más tarde Heliodoro en sus *Etiópicas*. Por otra parte, la singularidad del animal, su extraordinaria capacidad de renovación, la belleza de su colorido plumaje y, en definitiva, su majestuosidad, fueron haciendo del Fénix un recurso literario atractivo para ilustrar determinados parajes idílicos o contextos extraordinarios, como se puede apreciar en Ezequiel el Trágico y su versión del *Êxodo* del siglo II a. C. En ella, el símil planteado por Heródoto del águila se mantiene, pero matizando que alcanzaría el doble de su longitud y añadiendo nuevas informaciones como el cortejo de aves que acompañarían al Fénix en su peregrinar cíclico a Heliópolis, realidad que justificaría la visión del mismo por parte de Moisés en su salida de Egipto.

³⁸ Fonte: FÊNIX: significado na psicologia e mitologia. **Psicanálise Clínica**, 07/07/2020. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/fenix/>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

visualizou saída. Mas que apesar dessa morte, conseguiu ressurgir ainda mais forte e poderosa.

Não queremos romantizar a violência contra as mulheres com essa interpretação do mito da Fênix, a violência não deve ser entendida como algo que pode fortalecer. Contudo, as reflexões sobre as conexões da história da Fênix e a participante trazem elementos construtivos sobre a percepção do fortalecimento da vítima em seu caminho de enfrentamento à violência.

c) Estrela: Já a entrevistada “Estrela” identificou-se como um corpo celeste produtor e emissor de energia. Alguns astros são iluminados pelo sol, o que não é o caso da estrela, que possui sua própria luminosidade.

A estrela é associada a vários simbolismos celestes, representando a luz, o renascimento, o divino, a esperança, o desejo, a renovação e até mesmo a sabedoria.

De acordo com o dicionário, a palavra estrela (estrela/ê/.es.tre.la) é um nome feminino que significa: 1. astro aparentemente fixo que tem luz e calor próprios; 2. Qualquer corpo celeste; 3. Figura radiada que sugere uma estrela; (...) 6. Suposta influência (positiva ou negativa) de um corpo celeste sobre o destino de uma pessoa; sorte; 7. Pessoa que se destaca em determinada atividade e que serve de referência a outras pessoas; guia; 8. Pessoa que se torna notável no cinema, no teatro, na música, etc.³⁹

Nessa perspectiva, o interlocutor pode rememorar algum desses sentidos destinados à palavra estrela. A participante quando escolhe ser identificada como estrela já remete o interlocutor à luz, à positividade e ao destaque, o que pode conduzir a reflexões que apesar da violência sofrida, ela não se diminui, e continua se percebendo além da condição de vítima.

Estrela também pode performar seu *ethos* atrelado a alguém que se destaca em algo, que é guia ou referência para outras pessoas. Ao se identificar desta forma, a participante tende a causar algum efeito de positividade.

Diferente da participante Fênix, que escolhe um nome atrelado à história mitológica de ressurgir das cinzas, a participante Estrela escolhe um nome que conduz brilho, luminosidade e até mesmo felicidade.

³⁹ Fonte: Porto Editora – *estrela* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: **Porto Editora**. [consult. 2022-02-22 14:37:35]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/estrela>. Acesso em: 22/02/2022.

a) Acordeom: A entrevistada “Acordeom” escolheu ser identificada através de um instrumento musical que carrega regionalidade e história nordestina. Cabe mencionar que a participante Acordeom escolheu um instrumento que ela toca, e que faz dele uma das fontes de sua renda; Ou seja, com o instrumento ela se reconhece enquanto nordestina, profissional e artista.

Acordeom é uma derivação de linguagem nordestina do instrumento acordeão, que significa um instrumento musical portátil com teclado acoplado que, quando associado a um fole de vaivém, conduz a uma vibração harmônica.

Pode-se considerar a sanfona e o acordeom como o mesmo instrumento, a depender do modelo utilizado. Para algumas pessoas, o acordeom emite o mesmo som em qualquer movimento, enquanto a sanfona traz opções diferentes entre abrir e fechar. Contudo, isso está mais ligado ao modelo que à nomenclatura.⁴⁰

Quando o interlocutor ouve a palavra sanfona ou acordeom associa a um dos instrumentos mais utilizados para tocar o estilo musical forró. O forró é reconhecido pelo Nordeste, e um de seus precursores é Luiz Gonzaga (1912-1989), que foi sanfoneiro, cantor e compositor, reconhecido em todo o Brasil. Outro nome a ser destacado é o de Dominginhos (1941-2013), pernambucano que levou a música nordestina para o Brasil e o mundo.

As músicas de Luiz Gonzaga, mais conhecido como Rei do Baião, relatavam as histórias e cultura do povo nordestino. Entre suas músicas, gostava de exaltar o instrumento da sanfona, que tornou-se um dos símbolos do forró e do nordeste. A música “Sanfona do povo”, de 1974, elucida a importância que o instrumento tem para a cultura nordestina:

Quem roubou minha sanfona foi Mané, foi Rufino, foi Romão?
Quem roubou minha sanfona foi o Zé, foi Batista ou Bastião?
Quem roubou minha sanfona aí! Traz de volta seu ladrão
Olha aqui essa sanfona sempre foi a minha dona e tem valor de
estimação!⁴¹

⁴⁰Fonte: SANFONA e Acordeom: você sabe qual a diferença entre eles?. *Atelier de La Musique*, 30/07/2018. Disponível em: <https://atelierdelamusique.com.br/sanfona-e-Acordeom-voce-sabe-qual-a-diferenca-entre-eles/>. Acesso: 22/02/2022.

⁴¹Letra da música “Sanfona do Povo” de autoria de Luiz Gonzaga (1974). Fonte: SANFONA do povo. *Vagalume*: Música é tudo, 2022. Música Sanfona do povo de autoria de Luiz Gonzaga (1974). Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/sanfona-do-povo.html>. Acesso: 22/02/2022.

Neste trecho da música podemos observar a referência aos nomes mais comuns no sertão nordestino, a forma como o sertanejo se expressa e o seu afeto pela sanfona e consequentemente pela música.

A sanfona/acordeom ainda é um instrumento tão forte na música nordestina que muitos artistas associam seus nomes ao do instrumento. Atualmente, no cenário midiático brasileiro, destaca-se o cantor Tarcísio do Acordeom (nascido em 1993)⁴², que utiliza o acordeom como referência da sua imagem e do seu trabalho.

Quando a entrevistada Acordeom escolhe esse nome para ser identificada remete o interlocutor a toda uma carga histórica e cultural, onde possivelmente o interlocutor irá começar a fazer associações com o estilo musical, outros cantores, e até mesmo com sua própria história (caso seja nordestino). A participante Acordeom pode despertar aos seus interlocutores a ideia de uma musicista, nordestina e, sobretudo, forte como uma sertaneja.

b) Beija-flor: A participante “Beija-flor” quando questionada sobre como ela gostaria de ser identificada demonstrou um pouco de insegurança, respondendo o questionamento e fazendo uma pergunta em seguida, e só depois reafirma a escolha por Beija-flor.

O beija-flor, também conhecido como colibri, é reconhecido por sua delicadeza e beleza. Essa ave é a única que voa em qualquer direção, para cima, para baixo, para trás e para os lados. Além disso, seu coração é proporcionalmente maior que o de outras aves (representa entorno de 20% do peso de seu corpo), permitindo uma melhor circulação do sangue, e, portanto, melhor irrigação dos músculos.⁴³

Muitas pessoas costumam contemplar a beleza do beija-flor, mas a delicadeza de como movimenta suas asas com velocidade também chama a atenção. Essa ave carrega a doçura consigo, como se sempre estivesse em busca do néctar das flores.

A entrevistada Beija-flor performa seu *ethos* em um pássaro doce, com beleza e delicadeza. O que é interessante, considerando que é uma mulher que ainda vivência a violência. Mesmo nessa condição, ela escolheu um pássaro referenciado pela alegria. É a força de buscar algo positivo mesmo quando a condição é adversa.

⁴² Cantor nordestino que se destaca atualmente no ritmo de forró e seus derivados. Suas músicas estão disponíveis em: <https://open.spotify.com/artist/48HORS6F9P7IgdyKrk4MZC>. Acesso em: 22/02/2022.

⁴³Fonte: DINIZ, Roni. Descubra o simbolismo do Beija-flor. **Roni Diniz Ator, Fotógrafo e Desingner Gráfico**, 25/05/2021. Disponível em <https://www.ronidiniz.com.br/post/2018/03/06/descubra-o-simbolismo-do-beija-flor>. Acesso: 22/02/2022.

e) Viúva Negra: Em contrapartida, a entrevistada “Viúva Negra” não performa uma identidade de alegria e delicadeza, já que escolheu o nome de uma aranha para representá-la. Ela traz um elemento importante, não respondendo imediatamente sobre o nome que pretende ser identificada, mas profere um pedido de desculpas antes: “me desculpa, se não gostar também não tem problema”, e escolhe o nome da aranha.

Na fala acima transcrita a participante assume o risco do interlocutor não gostar da identidade escolhida, e mesmo assim afirma não se importar com isso. O que conduz a uma reflexão de que se trata de uma mulher decidida e confiante em suas escolhas.

A aranha Viúva Negra é conhecida popularmente por ter o hábito do canibalismo sexual, se alimentando dos parceiros após acasalar. Entretanto, biólogos discordam desse mito e assumem o que de fato ocorre. O aparelho reprodutor do macho fica em sua cabeça, e após o acasalamento, quando o macho termina de depositar os espermatozóides, pode perder muita hemolinfa (função semelhante ao sangue nos mamíferos) e acabar morrendo⁴⁴.

Quando ocorre a morte do macho, ele fica preso na teia da Viúva Negra, que o devora para repor suas energias. A aranha só mata o macho quando ele invade sua teia e quando ela ainda não está preparada para o acasalamento, então ela mata e come, como qualquer outra presa⁴⁵.

Essa questão trazida pela biologia, onde a aranha Viúva Negra só mata propositalmente quando o macho invade sua teia e ela não está pronta para acasalar remete ao crime de estupro, onde a mulher não quer ter relações com o agressor e mesmo assim ele insiste.

A entrevistada Viúva Negra traz justamente essa carga de violência em sua trajetória, foi abusada sexualmente pelo pai da infância a vida adulta, até que decidiu contratar uma pessoa para matar seu pai/abusador. A participante chegou a ser reclusa por alguns anos pelo crime que premeditou, até ser absolvida em júri popular.

As conexões da história da mulher entrevistada com a aranha escolhida para se identificar nesta pesquisa são intensas. Não se tem como precisar se ocorreram

⁴⁴ Fonte: LIMA, Ronielson. Mito: A Viúva Negra não mata o macho após acasalar. **Manual da Biologia**, 2022. Disponível em: <https://www.manualdabiologia.com.br/2021/08/mito-viuvia-negra-nao-mata-o-macho-apos.html>. Acesso: 22/02/2022.

⁴⁵ Fonte: LIMA, Ronielson. Mito: A Viúva Negra não mata o macho após acasalar. **Manual da Biologia**, 2022. Disponível em: <https://www.manualdabiologia.com.br/2021/08/mito-viuvia-negra-nao-mata-o-macho-apos.html>. Acesso: 22/02/2022.

de forma subconsciente ou se ela ouviu a história da Viúva Negra em algum lugar e a relacionou à sua vivência.

Contudo, o que importa para esta pesquisa é o *ethos* performado pela Viúva Negra, que remete ao interlocutor a história da aranha que mata seu predador.

Inclusive, cabe mencionar que existem filmes e histórias em quadrinhos onde a personagem principal é conhecida como Viúva Negra. As referências biológicas da aranha não foram consideradas pelo cinema para construção da personagem, que tem uma narrativa diversa à morte do parceiro sexual.

Na história produzida pela Marvel⁴⁶, a personagem Viúva Negra foi vítima de experimentos para a criação de um forte grupo especializado em espionagem e combate, aproximadamente no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ela se destacou do grupo através de suas habilidades e adaptações aos treinamentos, e por esses motivos passou a ser conhecida como Viúva Negra.⁴⁷

Nessa perspectiva, além da aranha, a entrevistada Viúva Negra traz referências a uma heroína da ficção científica, o que pode conduzir a reflexões diversas a depender da visão de mundo e do contexto social do interlocutor.

Independente da realidade social do interlocutor, problematizamos que ao escolher ser identificada como Viúva Negra, a participante performa um *ethos* de poder, vingança e segurança.

A partir dessas reflexões, podemos realizar a segunda análise desta pesquisa, que é referente à segunda pergunta, a qual as entrevistadas foram interrogadas sobre a infância. Nesse momento, as participantes falaram um pouco sobre como rememoram o período da infância e adolescência.

As vivências e recordações das entrevistadas também são importantes para a performance do *ethos*, trazendo novos elementos de identificação ao interlocutor. A transcrição das respostas segue na tabela abaixo:

⁴⁶A Marvel Comics é uma editora norte-americana de mídias relacionadas, considerada como a maior do mundo no ramo de histórias em quadrinhos. Site para pesquisa: <https://www.marvel.com/>. Acesso em: 22/02/2022.

⁴⁷Fonte: VIEIRA, Gabriel. Entenda mais sobre a complexa personagem Viúva Negra. *Nerd Stickers*, 31/10/2019. Disponível em: <https://www.nerdstickers.com.br/entenda-mais-sobre-a-complexa-personagem-viuvia-negra/>. Acesso: 22/02/2022.

Tabela 4: Respostas da segunda pergunta.

2. Conte sua história de vida. Você nasceu e cresceu em Caruaru? Como foi sua infância e adolescência?
a) Acordeom: “Eu nasci... <i>(pausa)</i> como se diz, na zona rural, no município de Caruaru, só que a minha infância não foi muito boa, assim, <i>entre aspas</i>, foi boa porque fui criada pelos meus avós e fui criada graças à Deus. Não tive coisas maravilhosas, perfeitas, mas também tive educação, estudei, eles me deram educação, mas a minha infância também não foi muito boa porque, a partir de uns 12 anos já comecei a ser tratada com preconceito, e daí seguiu os tempos”.
b) Beija-flor: “Vou contar agora... meu nome é Beijar-flor, tenho 34 anos, nasci em Caruaru, tive duas mães... <i>(pausa)</i> é... <i>(pausa)</i> fui adotada, sem ser legalmente pela justiça. É...<i>(pausa)</i> cresci com duas famílias totalmente diferentes, e... <i>(pausa)</i> a partir dos 15 anos...<i>(pausa)</i> é...<i>(pausa)</i> comecei a entender o que era a vida, o que era trabalhar, o que era ter um lar... <i>(pausa)</i> e...<i>(pausa)</i> tentei construir minha família, aos 18 anos fui mãe da minha primeira filha. Tive 7 filhos, 5 vivos, 2 faleceram... <i>(pausa)</i> é...<i>(pausa)</i> passei por 2 processos de violência doméstica... <i>(pausa)</i> porém desses 2 processos, os meus filhos são do segundo acusado”.
c) Estrela: “Eu sou de São Paulo, meus pais são de Santa Cruz do Capibaribe, mas foram morar lá e nasci lá. Em relação à convivência... <i>(pausa)</i> é... <i>(pausa)</i> tanto meus pais brigavam muito, como meus vizinhos brigavam muito. Havia um ciclo de violência lá, <i>né</i>. Então meu escape era a escola. Sempre foi a escola. E... <i>(pausa)</i> depois que eu fui a Santa Cruz... <i>(pausa)</i> passei a juventude normal, bem. Enfim... <i>(pausa)</i> e... <i>(pausa)</i> conheci o meu esposo... <i>(pausa)</i> a questão aqui... <i>(pausa)</i> quando fui para Recife... <i>(pausa)</i> conheci ele lá, casei, 20 e poucos anos de casada... <i>(pausa)</i> e sofri violência doméstica dentro de casa há anos achando que... <i>(pausa)</i> como se fosse normal. Seria a consequência de um casamento de muitos anos... <i>(pausa)</i> ou... <i>(pausa)</i> que a culpa era minha por algum motivo... <i>(pausa)</i> e fui vendo se com o tempo as coisas melhoravam... <i>(pausa)</i> mas piorou”.
d) Fênix: “Eu sou do Ceará e minha infância e adolescência foram marcadas pela... <i>(pausa)</i> caracterização dessa cultura da minha geração, <i>né</i>. Fui educada em um colégio de freiras só de mulheres, fui disciplinada para silenciar, para não falar alto, pra não correr, pra casar, pra ser mãe, pra obedecer. Tive cenários de abusos do meu pai, abuso sexual. E cenários de violência física da minha mãe. Mas nunca

isso foi trabalhado, até porque na época não tinha nada que tratasse desse assunto, nunca tive acesso a essa discussão de gênero ou de educação com recorte de direitos humanos”,

e) Viúva Negra: “Não. Eu nasci e me criei na zona rural, sendo município de Caruaru, e não só o município de Caruaru, como morei no município de São Caetano, *pruculá* fora, como diz o ditado. Eu nasci e me criei em mudança pelo mundo. Eu num(*pausa*)... como diz a história, eu nunca estudei, não sei ler, e minha infância foi terrível. *Pruquê* eu não tive amigos, eu não tive proteção de pai e mãe, eu não tive proteção de família nenhuma, a proteção que eu tive foi de Deus. Que se eu tivesse proteção de família, eu não tinha passado pelo sofrimento que passei, também se eu tivesse proteção de mãe e pai, eu não tinha passado pelo sofrimento que passei, *né*. *Pruquê* uma coisa eu tenho a dizer: Hoje eu protejo meus filhos, mas eu não tive proteção. A minha proteção foi de Deus e agradeço a Deus por hoje eu ta viva, os *adversários*⁴⁸ lutaram comigo, mas (*pausa*)... com toda covardia que fizeram, por tudo que fizeram comigo, por tudo que eu passei, mas eu agradeço a Deus. E também é uma coisa, que eu não odeio eles, nem raiva da minha família, nem de irmã, nem irmão, nem dos *adversários*, infelizmente, jamais. Não tenho raiva da minha família. Uma *pruquê* eles não tiveram culpa, mesmo se eles tiver raiva de mim, mas eu não tenho raiva. Eu entrego tudo nas mãos de Deus. Deus resolve tudo. Mas meu sofrimento foi triste”.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

a) Acordeom: A entrevistada Acordeom, ao ser questionada sobre sua história de vida, verbaliza que nasceu na zona rural de Caruaru, o que pode gerar conexões de sentidos entre ela e o interlocutor que nasceu ou residiu na zona rural. Logo, o imaginário do destinatário pode conduzir a imagens de uma família simples, agricultora, e que realiza grandes percursos quando precisa se dirigir à zona urbana do município.

Ainda, a participante aduz que sua infância não foi tão boa, já que não possuía muitos bens materiais e que a partir de seus 12 anos já começou a ser tratada com preconceito.

⁴⁸A entrevistada Viúva Negra se refere às pessoas que a violentaram com o uso da palavra “adversários”, a fim de não identificá-los.

Como já descrito na metodologia deste trabalho, entre os critérios de inclusão das entrevistadas está a violência doméstica e familiar. O caso de violência de Acordeon envolve seu núcleo familiar consanguíneo, onde a vítima sofreu preconceito racial, sendo direcionada como “macaca” pelo agressor, assim como, discriminação de gênero, onde ele insinuava que ela era lésbica, difamando sua honra perante vários familiares.

A sexualidade e o consequente erotismo das mulheres é um dos catifeiros das mulheres apontados por Lagarde (2005), que explica:

A sexualidade feminina tem dois espaços vitais: um é o de procriação e outro é o erotismo. Essas áreas de sexualidade são a base da especialização sociocultural da mulheres. A maternidade é construída em torno da procriação como experiência vital básica, “natural”, como conteúdo da vida de todas as mulheres, como centro positivo de sua feminilidade, de sua “natureza” (tradução nossa) (LAGARDE, 2005, p. 202).⁴⁹

É através dessa perspectiva que podemos entender a sexualidade das mulheres definidas pela maternidade e pela erotização ao homem. Por isso, o reconhecimento de que a mulher possa se relacionar afetivamente com outra mulher rompe o sistema patriarcal, na medida em que biologicamente essa relação não garante a maternidade e afasta a mulher como símbolo do poder sexual masculino. É o que discute Lagarde (2005, p. 241):

Há um erotismo cujo nome é lesbianismo, reconhecido por todos como erotismo entre as mulheres, transgressor da ordem da sociedade e do cosmos. Se a relação normal é entre mulheres e homens, se naturalmente indivíduos de sexos diferentes se atraem, as mulheres que se relacionam diretamente eroticamente umas com as outras são anormais; diante da natureza, fonte de todo destino inalienável, são contra a natureza; da ética são perversas; doentes e loucas quando se trata de saúde e pecadoras diante do poder de Deus, que consagra a heterossexualidade como único meio para alcançar a graça (tradução nossa).⁵⁰

⁴⁹ Tradução original: La sexualidad femenina tiene dos espacios vitales: uno es el de la procreación y otro es el erotismo. Estos ámbitos de la sexualidad son la base de la especialización sociocultural de las mujeres. En torno a la procreación se construye la maternidad como experiencia vital básica, “natural”, como contenido de vida de todas las mujeres, como centro positivo de su feminidad, de su “natureza”.

⁵⁰ Tradução original: Hay un erotismo cuyo nombre es lesbianismo reconocido por todos como erotismo entre mujeres, transgresor del orden de la sociedad y del cosmos. Si la relación normal es entre mujeres y hombres, si naturalmente los individuos de sexos distintos se atraen entre si las mujeres que se relacionan directamente de manera erótica entre ellas, son anormales; frente a la naturaleza, fuente de todo destino irrenunciable, son contranatura; desde la ética son perversas; enfermas y locas por lo que se refiere a la salud y pecadoras ante el poder de Dios, que consagra la heterosexualidad como único medio para realizar la gracia..

Na ordem social consagrada pela heterossexualidade, as mulheres lésbicas são vistas como doentes ou loucas e não dignas das graças de Deus. Essa cultura ainda permanece nos dias atuais, e no caso de Acordeom, o agressor utilizava a sexualidade como forma de violentá-la em sua honra subjetiva e objetiva (quando a agredia na presença dos familiares).

Esta reflexão não significa colocar a participante na caixa da heterossexualidade ou da homossexualidade, mas entender como o controle sobre a sexualidade das mulheres é uma forma de violentá-las.

Outra violência presente no seio familiar de Acordeom é o racismo, crime tipificado através da lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que estabelece que praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional tem pena de reclusão.

Além dessas percepções, na fala da participante, é possível identificar que ela foi criada pelos avós, e que teve acesso à educação. Ainda, a fé da locutora é perceptível, onde ela direciona sua criação às graças de Deus.

É nesse sentido que o interlocutor pode ter a percepção do *ethos* de Acordeom como uma mulher criada de forma simples na zona rural, aos cuidados dos avós, de grande religiosidade e que conheceu a violência desde cedo, aos 12 anos de idade.

b) Beija-flor: Já a participante Beija-flor traz informações diferentes para a performance de seu *ethos*. Quando questionada sobre sua história, a locutora externou que tem duas mães, uma por adoção à brasileira⁵¹ e a outra que é sua genitora. Sendo assim, criada por duas famílias diferentes.

A entrevistada Beija-flor relatou que a partir dos 15 anos “começou a entender o que era a vida”, o que era trabalhar e ter que sustentar um lar. Percebe-se a carga que ela recebeu quando era adolescente, tendo a responsabilidade sobre sua família e seu trabalho. É interessante perceber que a construção patriarcal familiar fez com que ela associasse os trabalhos domésticos como inerentes à sua vida.

Beija-flor informou que foi mãe pela primeira vez aos 18 anos e que teve 7 filhos, mas 2 faleceram. Ela não mencionou os motivos do falecimento, mas pode-se presumir que foram assassinados. A pausa que a participante faz em sua fala

⁵¹ A adoção à brasileira é uma forma ilegal de adoção, onde a genitora ou família biológica entrega a criança para outra pessoa que a registrará como seu próprio filho, sem processo legal de adoção.

quando menciona os filhos conduz à percepção de que de alguma forma isso ainda dói, tanto que a deixou momentaneamente sem palavras.

Em relação à violência, a entrevistada disse que passou por dois processos de violência. Quando se refere a processos, ela está dizendo que foi vítima de violência por dois agressores diferentes. Mas seus filhos são frutos do relacionamento com o agressor mais recente.

Assim como Acordeom, Beija-flor também sofre com os cativos das mulheres, compreendendo pela fala da participante que desde os 15 anos é acometida com tarefas do lar, e aos 18 anos teve seu primeiro contato com a maternidade, cumprindo seu papel social estabelecido pela heteronormatividade.

A entrevistada beija-flor performa o *ethos* de dona de casa e mãe, assumindo sua condição de vítima de violência.

c) Estrela: Outra participante que também traz reflexões sobre a violência vivida é a Estrela. Entre as informações sobre a sua vida, a locutora relatou que não é nordestina e que nasceu em São Paulo. Que as vivências de violência começaram em seu ciclo familiar, onde seus pais brigavam muito, assim como seus vizinhos. A entrevistada Estrela relatou que via a escola como “escape” das brigas em casa.

Estrela conheceu seu esposo em Recife/PE, e seu matrimônio durou mais de 20 anos. A entrevistada externou que sofreu violência dentro de casa achando que era normal, que era culpada pelas violências que sofria, e foi esperando que o tempo melhorasse, mas as violências pioraram com o passar do tempo.

Cabe mencionar que Estrela foi abrigada pela rede estadual de proteção às mulheres, em um serviço exclusivo para mulheres em risco de morte por violência doméstica e familiar, na Casa Abrigo. A entrevistada veio residir em Caruaru/PE após o desabrigamento.

A fala de Estrela sobre como a violência estava presente em sua vida desde quando residia com seus pais conduz reflexões sobre como a violência manifestada na infância pode trazer conseqüências manifestas para a vida adulta.

Estrela via a relação dos seus pais como agressiva, podendo ser, na via do inconsciente, norteadora dos seus futuros relacionamentos. A família é um espaço de aprendizado para vida em sociedade, que compreende segurança e amor. Mas ela também pode trazer contradições sobre o que é o amor. É o que discute Lagarde (2005, p.752):

Os sujeitos aprendem nestas circunstâncias a sobreviver na família, no mundo dentro do doméstico. Paradoxalmente é o espaço da humanização, do aprendizado para a vida em sociedade, ideologicamente é o espaço da segurança, do amor, do não perigo do bem-estar. No entanto, a esfera doméstica é perigosa: há contradições nela e é o mundo do amor agressivo (tradução nossa).⁵²

Não queremos dizer que o exemplo familiar foi determinante para que Estrela fosse vítima de violência de seu companheiro, e também não estamos justificando a violência doméstica como reflexo da criação familiar. Essa é apenas uma reflexão que surge com no contexto da família patriarcal, em que as mulheres são criadas para exercerem a maternidade e os homens para o domínio do lar.

No contexto da família patriarcal, “São boas mulheres que toleram a infidelidade, abuso, deterioração de sua própria saúde ou violência, e não se divorcie ou mesmo separe do cônjuge para manter a família unida "pelos filhos (tradução nossa) (LAGARDE, 2005, p.795) ”⁵³.

Esse tipo de criação é perigosa porque pode colocar a violência como algo suportável para que se consiga alcançar o bem maior: a família unida. Percebemos o medo de ser julgada socialmente como algo que impediu que mulheres rompessem o ciclo da violência.

É nesse sentido que Estrela pode conduzir ao *ethos* de uma mulher que demorou a entender os significados e os reflexos da violência, por sempre colocar a família em primeiro lugar, até que percebeu que a violência só aumentava, e então, buscou ajuda nos mecanismos de proteção do Estado.

d) Fênix: Também percebemos os reflexos da criação familiar e violência de gênero no relato da fala da entrevistada Fênix. Ela externou que sua infância e adolescência foram marcadas pela “caracterização dessa cultura da minha geração”, onde explica que foi educada em um colégio de freiras e disciplinada para silenciar, casar, ser mãe e obedecer.

⁵² Tradução original: Los sujetos aprenden en esas circunstancias a sobrevivir en la familia, en el mundo hacia adentro de lo doméstico. Paradójicamente es el espacio de humanización, del aprendizaje para la vida en sociedad, ideológicamente es el espacio de seguridad, de amor, de no peligro de bienestar. Sin embargo, el ámbito doméstico es peligroso: en él hay contradicciones y es el mundo del amor agresivo.

⁵³ Tradução original: Son buenas mujeres las que toleran la infidelidad, los malos tratos, el deterioro de su propia salud, o la violencia, y no se divorcian o ni siquiera se separan del cónyuge para mantener a la familia unida "por los hijos".

A Fênix trouxe uma fala segura sobre o que ela entende como cultura machista e patriarcal, que ensina às mulheres que seus lugares sociais são privados, não públicos. Ela ressaltou a palavra “disciplinada”, o que é diferente da educação, trazendo uma percepção de comandos de ordem.

A participante Fênix rememorou que teve cenários de abusos sexuais de seu pai e violência física da mãe, mas que isso nunca foi trabalhado, já que era um tabu. Na concepção de Saffioti (2015), o pai biológico é o adulto no qual a criança (menor de 18 anos) mais confia, e isso reflete na magnitude do trauma. O abuso sexual com os filhos não ocorre somente nas camadas sociais mais baixas, sendo uma prática que também acomete famílias de classes sociais altas.

Como exposto pela entrevistada Fênix, falar sobre violência familiar era um tabu, e sobre violência sexual era algo inimaginável quando se tratava de famílias que seguiam os preceitos da religião e da sociedade. Nesse sentido, podemos entender que muitas meninas foram silenciadas em relação aos seus sofrimentos ocasionados por violências familiares.

Outra exposição que chama bastante atenção no discurso da Fênix é sobre a necessidade de uma discussão de gênero ou recorte em direitos humanos. Para a participante, isso teria sido fundamental em sua infância e adolescência. Destacamos que a entrevistada é do campo dos Direitos Humanos e com pós-graduação em andamento, talvez por isso verbalizou essa questão.

É nesse sentido que Fênix performa seu *ethos* em uma mulher que vivenciou a violência doméstica e familiar desde a infância, mas que hoje reconhece os padrões impostos socialmente às mulheres e visualiza na educação uma forma de ruptura dessas violências.

e) Viúva Negra: Por conseguinte, a última análise sobre a segunda pergunta é a retórica da Viúva Negra. A entrevistada começa a responder que nasceu e “foi criada” na zona rural, seja em Caruaru ou em outros municípios, já que se criou “em mudança pelo mundo”.

A carga histórica de quem nasceu e cresceu em zona rural sem acesso à educação formal é perceptível através de sua fala, que em diversos momentos verbaliza as palavras “*pruculá*”, “*pruquê*”, evidenciando um linguajar natural de quem viveu no campo.

A participante externou ter vivido uma infância terrível, não teve amigos, não estudou e não teve proteção familiar. A Viúva Negra revelou que a única proteção que teve foi a de Deus, e reforça isso ao longo de sua fala, conduzindo ao interlocutor a percepção de que se trata de uma mulher que possui muita fé em Deus.

A entrevistada também relata que se tivesse tido proteção familiar não teria passado pelo sofrimento que passou. Como já mencionado neste trabalho, a Viúva Negra foi vítima de violência sexual de seu genitor desde sua infância. Segundo esta entrevistada, ele tinha o apoio de sua genitora nos atos de violência.

Diante disso, a entrevistada assumiu uma postura contrária à da sua criação, afirmando que protege seus filhos, diferente de seus pais. Realizando conexões sobre a influência da criação dos pais nas relações dos filhos, podemos compreender que a Viúva Negra rompeu o ciclo da violência e se comprometeu em não reproduzir o comportamento de seus pais sobre seus próprios filhos.

Outro fato interessante da sua fala é que mesmo diante de tanta violência, a entrevistada revela que não odeia seus agressores e nem sua família, mas que entrega tudo nas mãos de Deus. Reforçando ainda mais sua fé em Deus.

O *ethos* performado pela entrevistada na segunda indagação conduz a outra percepção sobre ela, já que quando escolheu o nome Viúva Negra associou a si uma imagem de poder, vingança e segurança, e nessa oportunidade se associa a fé em Deus e evidencia a falta de zelo de seus pais, se colocando enquanto protetora de seus filhos.

As falas das entrevistadas conduziram reflexões diversas, inclusive considerando as realidades plurais por elas experienciadas. As mulheres que nasceram e cresceram na zona rural trazem elementos que podem gerar identificações com os interlocutores que também vivenciaram essa realidade.

Algo que todas as participantes têm em comum são as projeções sociais do que deve ou não ser suportado por uma mulher, do que é o seu papel dentro da sociedade patriarcal. E diante de todo o contexto de criação familiar perceberam a violência no início de suas vidas, seja na infância ou adolescência.

É por isso que consideramos importante destacar o que as participantes entendem como violência, já que essa percepção é subjetiva. A violência tem sido descrita por homens ou mulheres acadêmicas, havendo a necessidade urgente de

construção de epistemologias feministas através das falas das mulheres que vivenciaram a violência.

Na tabela abaixo constam a pergunta e as repostas de cada participante:

Tabela 5: Respostas da terceira pergunta.

3. O que é violência para você?
a) Acordeom: “Violência para mim é tudo. Já a partir do preconceito, acho que já é um fato de ser violência já. E a forma como começa o preconceito, isso pra mim já é um tipo de violência”.
b) Beija-flor: “Violência doméstica é pra mim é... <i>(pausa)</i> tudo que eu vivi, <i>né</i>. Agressões verbais, físicas, violências psicológicas, é...<i>(pausa)</i> agressões que às vezes não deixam marcas, hematomas, é... <i>(pausa)</i> uma pessoa tocar no seu corpo sem sua permissão, e muito mais, porque às vezes a gente falando assim parece que tá vivendo aquele momento, mas, é..., <i>(pausa)</i> com a ajuda de profissionais que a gente encontra no meio do caminho, <i>né</i>, a gente supera tudo. Embora que, nessa fase que eu passei ainda não superei tudo não, mas eu ainda vou chegar lá”.
c) Estrela: “Bom, hoje eu já tenho uma visão bem diferente do que é violência. Antes eu achava que violência era só violência física, <i>né</i>? Aqueles empurrões, aqueles machucados, puxões. É... <i>(pausa)</i> mas... <i>(pausa)</i> depois que eu fugi... <i>(pausa)</i> é... <i>(pausa)</i> fugi literalmente tive o acolhimento do estado, e depois do Centro de Referência da Mulher em Caruaru, eu percebi que eu sofria todos os tipos de violência. Então... <i>(pausa)</i> a violência... <i>(pausa)</i> a pior é a psicológica”.
d) Fênix: “Hoje eu consigo ter essa compreensão, mas antigamente se confundia com um... <i>(pausa)</i> com a especificidade da violência física. Mas hoje a gente entende que é todo ato que negue a nossa existência”,
e) Viúva Negra: “O que é violência? Como eu fui vítima de violência, é uma coisa pesada. É... <i>(pausa)</i> pela violência que eu passei... <i>(pausa)</i> é 38 anos em cárcere privado. Hoje eu <i>num</i>...<i>(pausa)</i><i>num</i> posso ver uma pessoa sofrendo, <i>num</i> gosto de ver ninguém sofrendo, é mãe batendo em criança pequenininha, ou então homem batendo em mulher, homem que bate em mulher é um covarde. É um covarde traidor, <i>pruquê</i> só bate em uma mulher <i>pruquê</i> não tem coragem de bater em <i>políça</i>, <i>pruquê</i> quando um <i>caba</i> é brabo procura outro brabo que nem ele, pra os dois, como diz o ditado, desculpa, com todo respeito, mas os dois emendar os

bigode, *né*. Ou emendar as fradas da camisa, das tripa uma com a outra, que é o mais certo, mas o *caba* bater em mulher eu não concordo. E tem mulher que é igual, galinha de raça, pra baterem homem. Isso eu também não aceito. Cada qual tem que ter seu limite. É...(pausa) casal viver brigando igual a cão e gato, isso não é convivência, é...(pausa) tem que se respeitar um ao outro, *pruquê* ninguém é saco de pancada para ta apanhando.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

a) Acordeom: Apesar de uma fala curta, a entrevistada repetiu duas vezes a palavra “preconceito” para se referir ao conceito de violência, o que pode levar a reflexões sobre o preconceito como a maior expressão de violência em sua vida.

Apesar de não expor o tipo de preconceito que sofreu em sua fala, já foi mencionado nesta pesquisa que a participante foi vítima de preconceito racial e de gênero.

É importante destacar que o racismo é considerado crime na legislação brasileira, mas o preconceito racial ainda apresenta perigosas taxas de violência. Na concepção de Carneiro (2019, p.137), “o racismo elege um grupo racial superior a outro, provocando a desumanização de grupos humanos, justificando opressões e discriminações”.

O racismo atinge de forma opressora as mulheres negras, rememorando que no Brasil a sociedade colonial foi responsável por perpetuar o colorismo, colocando categorias para cada “cor”, onde as mulheres brancas eram direcionadas ao cuidado do lar e do marido, às “mulatas” foi dada a erotização da sexualidade, e cabia às mulheres retintas o trabalho escravo. É nessa problematização que Carneiro reflete (2019, p.169), “o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe (...)”.

Percebe-se que assim como Acordeom, muitas mulheres são vítimas de racismo, inclusive com agressores dentro de suas próprias famílias. No ano de 2018 os homicídios cometidos contra mulheres caíram 9,3% entre 2017 e 2018. Mesmo com a diminuição da taxa, quando se coloca o descritor de mulheres negras, os dados apontam um aumento de 12,4% (FBSP; IPEA, 2020).

Outro dado a ser exposto, é que em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras (FBSP; IPEA, 2020, p.37). O que significa que a problemática da raça é necessária no debate da violência de gênero.

Acordeom colocou em sua fala a urgência do diálogo sobre o preconceito quando tratamos sobre violência contra as mulheres, o que conduz o interlocutor ao *ethos* de uma mulher que conhece a violência através do preconceito.

b) Beija-flor: Por conseguinte, a participante Beija-flor externou que violência pode ser entendida como agressões verbais, físicas, psicológicas e tocar em seu corpo sem permissão. Ainda, relatou que violência é “tudo que eu vivi”, levando ao interlocutor a percepção de que ela provavelmente já sofreu violência de diversos tipos.

A lei Maria da Penha elenca cinco tipos de violência contra as mulheres: física, moral, psicológica, patrimonial e sexual. Na fala de Beija-flor, podemos identificar que ela compreende a violência física, moral, psicológica e sexual, não mencionando a violência patrimonial.

Em outro momento, a participante trouxe um elemento importante para a análise, relatando que “com a ajuda de profissionais que a gente encontra no meio do caminho, *né*, a gente supera tudo”. Essa fala reforça a necessidade de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Para Beija-flor, o apoio do CRMMBC tem sido fundamental em sua trajetória de enfrentamento da violência, apesar de informar que ainda não superou tudo, mas que tem esperança de que irá conseguir.

Nesse sentido, a entrevistada Beija-flor pode provocar reflexões ao interlocutor sobre os tipos de violência, assim como enfatiza a importância de ajuda profissional para enfrentar a violência e acredita que irá superá-la.

c) Estrela: A entrevistada começou sua fala relatando que possui uma visão diferente do que é violência, já que antes pensava que a violência se manifestava apenas de forma física. E externou que depois que fugiu de casa e teve o acolhimento do Estado e do CRMMBC tem novas percepções do que é violência.

Apesar de uma fala breve, Estrela demonstrou reflexões através das pausas, o que pode levar ao entendimento de que externar aquela situação a faz rememorar as violências sofridas.

Para concluir, a participante informa que percebeu que sofreu todos os tipos de violência (ela se refere aos tipos elencados na Lei Maria da Penha), e que entende a violência psicológica como a pior.

Quando Estrela coloca a violência psicológica como a mais grave, pode conduzir reflexões sobre o ciclo da violência, já detalhado neste trabalho⁵⁴, onde o agressor faz uso da violência psicológica para manter a vítima dentro do ciclo, sob seu controle e manipulação.

Na primeira resposta de Estrela, ela expôs que viveu cerca de vinte anos em um relacionamento abusivo, o que pode ter sido ocasionado justamente pela manutenção do ciclo da violência através da violência psicológica.

A partir dessa perspectiva, Estrela pode levar ao interlocutor a percepção de um *ethos* de uma mulher que passou a entender melhor o que era violência depois do acolhimento do Estado e CRMMBC.

d) Fênix: O fato narrado por Estrela, que antes não conseguia compreender a violência e que hoje consegue, também é relatado pela Fênix. Ela respondeu a indagação com rapidez, e informou que entendia a violência como física, mas que hoje entende que é todo ato que negue a nossa existência.

Nesse sentido, a Fênix sai dos tipos de violência elencados pela Lei Maria da Penha e traz um contexto mais complexo, conduzindo ao interlocutor reflexões pessoais sobre quais são os atos que podem negar a sua existência. Que a violência contra as mulheres pode ir além das dispostas através da Lei Maria da Penha.

O *ethos* performado pela Fênix condiz com o nome escolhido, que simboliza sabedoria, força e ressurgimento. Destacamos mais uma vez que a participante tem experiência no trabalho com os Direitos Humanos, inclusive academicamente.

e) Viúva Negra: Quando questionada sobre o que é violência, a participante externou que passou 38 anos em cárcere privado, e por isso, conhece muito bem a violência.

Logo em seguida, a Viúva Negra deu alguns exemplos do que ela considera como violência: Uma pessoa que sofre, uma mãe que bate em criança e homem que bate em mulher.

⁵⁴Vide página 60 sobre o ciclo da violência.

A entrevistada foi criada na zona rural, relatado por ela na resposta da segunda pergunta, e por isso, carrega um vocabulário próprio, principalmente quando se relaciona com a falta de educação formal.

Nessa perspectiva, Viúva Negra expõe que um homem que bate é uma mulher é um covarde e traidor, porque ele não tem coragem de bater em um policial e vai bater em mulher. Além dessa fala, a participante enfatiza que quando um *caba*⁵⁵ é brabo procura outro brabo.

Essa expressão utilizada pela Viúva Negra é característica do sistema patriarcal, que coloca o homem como detentor da força, e sua força é proporcional à sua masculinidade, ou seja, quanto mais forte, mais homem. Utilizando esse contexto machista, quando um homem bate em uma mulher, ele está batendo em um ser fisicamente mais fraco que ele, o que tornaria essa disputa desigual. O que não condiz com a realidade, já que existem mulheres dotadas de muita força física e homens com ausência dessa força.

Nesse seguimento, Viúva Negra continua sua fala, utilizando outra expressão nordestina e conhecida na zona rural “como diz o ditado, desculpa, com todo respeito, mas os dois emendar os bigode, *né*. Ou emendar as fradas da camisa, das tripa uma com a outra, que é o mais certo”. A participante reforçou que a utilização da força masculina deve ser com outro homem.

A mesma frase pode conduzir outras reflexões ao interlocutor, quando a entrevistada diz “desculpa, com todo respeito” está assumindo a possibilidade de que ela não agrade com o que irá falar, mas não se importa e continua sua resposta.

Mais adiante, da mesma forma que afirma que homem que bate em mulher está errado, a participante faz questão de expor que existem mulheres que batem em homem, que ela denomina como “galinha de raça”⁵⁶, e também não aceita isso.

A Viúva Negra expressa em sua fala que não é para um casal viver brigando, que é necessário haver o respeito “*pruquê* ninguém é saco de pancada para tá apanhando”.

⁵⁵ Redução da palavra “cabra”, utilizada no nordeste do Brasil para se referir a um homem, substituindo o nome da pessoa. Alguns exemplos de expressões utilizadas: cabra-safado, cabra da peste, cabra-macho. Mais informações no site: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/caba/266/>. Acesso: 31/03/2022.

⁵⁶ As galinhas de raça são comumente utilizadas de forma ilegal em combates e brigas com outras galinhas. Geralmente são criadas em cativeiro e fomentadas a serem agressivas. Quando a entrevista utiliza a expressão “galinha de raça” para se referir à mulheres, está querendo dizer que são mulheres bravas e agressivas.

A partir das reflexões provocadas por sua fala, a entrevistada reforça a performance do *ethos* de agressividade, poder e segurança.

Podemos perceber que 3 das 5 mulheres entrevistadas externaram que entenderam o conceito da violência após serem acolhidas pelas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, sinalizando a importância do fortalecimento dessas políticas para a conscientização da violência de gênero.

5.2.2 Análise e interpretação: o *pathos*

Para esta pesquisa a análise do *pathos* das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar também é importante, compreendendo que a AD não explora a emoção como uma realidade concreta vivenciada pelo sujeito, mas estuda o processo discursivo que as emoções podem manifestar através das trocas comunicativas.

Nesse sentido, Charaudeau (2007) considera necessária a diferenciação da noção de “sentimento” e “emoção” na abordagem do *pathos*, onde o sentimento está ligado à ordem moral e a emoção à ordem do sensível. Para o autor, “É pelo fato das emoções se manifestarem em um sujeito “em função de” alguma coisa que esse sujeito se faz representar enquanto tal (CHARAUDEAU, 2007, p.241)”.

A imagem construída pelo enunciatário através da encenação do *pathos* depende da pessoa a quem o discurso é destinado, compreendendo que o interlocutor não apenas recebe as informações do locutor, mas constrói e interpreta a partir de suas próprias vivências. É o que dispõe Fiorin (2004, p.71):

Este trabalho tem o propósito de analisar como se constrói a imagem do enunciatário, isto é, este ator da enunciação, que não é uma instância abstrata e universal, o *tu*, pressuposta pela existência do enunciado. Ao contrário, é uma imagem concreta a que se destina o discurso. Por outro lado, é preciso considerar que o enunciatário não é um ser passivo, que apenas recebe as informações produzidas pelo enunciadador, mas é um produtor do discurso, que constrói, interpreta, avalia, compartilha ou rejeita significações.

É relativa à forma como os conhecimentos são relatados ao sujeito, as experiências diversas entre o locutor e os interlocutores, assim como os valores e as

crenças que eles possuem, e por isso, Charaudeau (2007) considera que as emoções estão ligadas às crenças.

Nessa perspectiva que o analista de discurso pode investigar como os efeitos do *pathos* discursivo são encenados, as estratégias utilizadas e como a emoção repercutiu em seus interlocutores. O *pathos* é a disposição do sujeito para ser isto ou aquilo. Por conseguinte, bem argumentar implica conhecer o que move ou comove o auditório a que o orador se destina (FIORINI, 2004, p. 71).

É importante dissociar o *pathos* ligado ao fazer-como-ver persuasivo de Aristóteles, já que a encenação do *pathos* não implica certeza de que vai causar sentimentos ao interlocutor. Em contrapartida, existe o processo dramatização, que significa provocar adesão passional do interlocutor. Sobre essa eficácia visada pelo locutor, discorre Fiorin (2004, p. 74):

A eficácia discursiva está diretamente ligada à questão da adesão do enunciatário ao discurso. O enunciatário não adere ao discurso apenas porque ele é apresentado como um conjunto de idéias que expressam seus possíveis interesses, mas, sim, porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas também um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação. O discurso, ao construir um enunciador, constrói também seu correlato, o enunciatário.

Quando apontamos a eficácia visada estamos falando prioritariamente de discursos em que o locutor tem um público almejado e possui a intenção trazer a identificação do interlocutor para uma imagem de si. Podemos citar como exemplos o discurso midiático ou de políticos.

Nesta pesquisa, não faremos a análise de um *pathos* intencionado a um público específico, mas de emoções autênticas do locutor. Para Charaudeau (2007, p.242), “uma emoção sentida é autêntica, ocorre como um surgimento incontível e nenhum discurso nada pode diante disso”.

Para a realização da análise do *pathos* das mulheres participantes, que não apresenta um sentindo intencional sobre o interlocutor, é preciso um olhar para a materialidade discursiva em sua totalidade, ou seja, no assunto abordado, na linguagem utilizada, no ritmo, até mesmo no não dito, na enunciação no enunciado. É o que argumenta Fiorin (2004, p.75):

Onde se encontram, na materialidade discursiva da totalidade, as marcas do *pátrios* do enunciatário? Dentro dessa totalidade, procuram-se recorrências em qualquer elemento composicional do discurso ou do texto: na escolha do assunto, na construção das personagens, nos gêneros escolhidos, no nível de linguagem usado, no ritmo, na figurativização, na escolha dos temas, nas isotopias etc. Em outras palavras, as marcas da presença do enunciatário não se encontram no enunciado (o dito), mas na enunciação enunciada, isto é, nas marcas deixadas pela enunciação no enunciado (o dizer).

Na tentativa de categorizar os efeitos patêmicos, Charaudeau (2007) traz o que denomina de “tópicas do *pathos*”, mencionando a tópica da “dor” e seu oposto, o “prazer”, tópicos da “angústia” e o oposto “esperança”, relevando cenários de emoções ao interlocutor.

Para uma melhor compreensão sobre como o *pathos* intervém no discurso, principalmente no político, Charaudeau (2007) revela alguns questionamentos. Escolhemos algumas reflexões que podem ser aplicadas nesta pesquisa: “Quem lança essa fala? Ela é endereçada a quem?(...), e sobre qual legitimidade ela se fundamenta? (CHARAUDEAU, 2007, p. 247).

Os discursos a serem analisados foram proferidos pelas participantes da pesquisa, que necessariamente se enquadram ou se enquadraram na vivência de violência doméstica e familiar. As falas de cada entrevistada foram endereçadas à entrevistadora, que fez a leitura do Termo de Compromisso e dos objetivos da pesquisa antes de iniciar os questionamentos.

Nesse sentido, a legitimidade que todas possuem é a situação de vítimas de violência doméstica e familiar, além de terem sido usuárias dos serviços do CRMMBC, e especialmente participado do Grupo reflexivo As Marias.

Reforçamos que esta pesquisa tem como um dos principais norteadores fomentar o diálogo sobre violência doméstica e familiar construído a partir das próprias vítimas. Nesse sentido, a análise do *pathos* será através da quarta pergunta, a qual as participantes foram questionadas sobre quando perceberam que sofreram violência. Seguem as transcrições das respostas:

Tabela 6: Respostas da quarta pergunta.

4. Quando você percebeu que sofreu violência?
a) Acordeom: “No primeiro momento que eu não...(pausa) assim...(pausa) não era chamada pelo meu nome mais...(pausa) e...(pausa) tipo...(pausa) era <i>bullying</i>⁵⁷ direto... (pausa) era... (pausa) preconceito na escola...(pausa) era com pessoas da família... (pausa) eu já percebi quando eu fui ficando tipo assim...(pausa) de 12, 13, 14,15 anos, que eu já fui entendendo já, que não era mais uma coisa normal, isso já era uma violência”.
b) Beija-flor: “Quando eu percebi? Ah... (pausa) quando eu quis terminar um relacionamento que não dava certo, mas a pessoa insistia, insistia em não me deixar em paz...(pausa) e...(pausa) porém, esse tempo de 8 anos...(pausa) e mesmo assim eu não consegui ter paz... (pausa) porque mesmo prestando as queixas, os boletins, é... (pausa) as medidas protetivas, o monitoramento, o acusado ainda não me deixou em paz”.
c) Estrela: “Justamente... (pausa) primeiro, a violência física estava ficando séria... (pausa) cada dia eu estava correndo risco mesmo, né... (pausa) de morte... (pausa) é... (pausa) a... (pausa) então diariamente era muito perigoso ficar junto lá dele e eu tive que fugir... (pausa) e ... (pausa) quando eu percebi isso... (pausa) mais ainda sobre a violência... (pausa) foi justamente quando eu tive acesso ao conhecimento mais específico dos tipos de violência... (pausa) né... (pausa) que foi justamente no acolhimento do Estado e no Centro de Referência... (pausa) meu Deus como eu sofria violência sem... (pausa) sem... (pausa) ou acreditar ou aceitar na verdade”.
d) Fênix: “Bem... (pausa) que eu senti o constrangimento desde sempre, mesmo sem entender que aquilo era violência. Quando eu sofri abuso do meu pai, abuso sexual, ele dizia que aquilo era cuidado, e que o pai podia fazer aquilo com a filha, então era confundido com carinho. Das vezes que eu sofri violência física da minha mãe, (pausa) e patrimonial dos dois, que até hoje eu pago dívidas dos dois... (pausa) no meu nome, eles diziam que tinham direito sobre os filhos. E no casamento, quando eu era humilhada, ou... (pausa) estuprada, no sentido do sexo anal, porque eu não sei fazer e era cobrada. O meu ex marido dizia que marido

⁵⁷A palavra *bullying* é de origem inglesa, derivada do radical “bully” que traduz o termo valentão. Significa uma prática sistemática e repetitiva de violências, que podem ser física, verbal ou psicológica, e geralmente ocasionam danos sérios na ordem física ou psicológica da vítima.

tinha direito sobre o corpo da esposa. E eu só vim entender aquilo como violência, embora sempre tivesse sentido constrangimento, em 2007 quando Penha esteve aqui em Caruaru no curso de direito. Que aí ela nomeou, né. São as cinco formas de violência elencadas no artigo 7º da Lei Maria da Penha”.

e) Viúva Negra: “Eu tinha 9 anos de idade, mas eu não tinha pra onde me defender, apesar...(pausa) *nois* morava num sítio, dentro dos matos, não tinha a quem pedir um socorro, só a Deus, e quando a família aparecia ninguém defendia o outro. Achava que era tudo normal, e às vezes tinham até medo”.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A quarta pergunta do roteiro de questionamentos traz uma indagação sobre quando a participante percebeu que sofreu violência. Muitas vezes a vítima não consegue identificar que o fato configura violência, ou até mesmo entende que seja, mas não visualiza nenhuma forma de cessar a agressão. Por isso, consideramos importante a reflexão sobre como e quando se dá o entendimento de que determinado ato é violento.

a) Acordeom: O *ethos* performado pela participante ajuda o interlocutor a construir uma imagem de uma mulher rural e que traz suas raízes nordestinas através de sua música. Além disso, conforme já exposto neste trabalho, a entrevistada sofreu violências relacionadas ao gênero e raça/etnia, que sempre reforça em suas falas.

Questionada sobre quando percebeu que sofreu a violência, a entrevistada demonstrou insegurança ao iniciar a fala, tentando encontrar as palavras mais adequadas, percebemos isso no trecho: “No primeiro momento que eu não... (pausa) assim... (pausa)”.

A participante fez duas longas pausas antes de dizer que percebeu que sofreu violência quando não era mais chamada pelo nome. Relatar que você não é chamada pelo seu próprio nome pode remeter a uma carga sentimental de tristeza e desumanidade, já que o nome faz parte da constituição do sujeito.

Assim que alguém nasce é comum o registro rápido da Certidão de Nascimento com o nome e sobrenome. Essa certidão assegura ao cidadão os direitos Constitucionais de todos os brasileiros natos, e dota aquele ser de personalidade social. Na medida em que alguém tira o seu nome, consequentemente quer tirar um pouco dos seus direitos de personalidade.

Essa fala de Acordeom, principalmente pelas pausas realizadas pela locutora, pode despertar ao interlocutor *pathés* de tristeza e de pesar.

A entrevistada também externou que sofria preconceitos na escola e por sua família, o que ela caracteriza enquanto *bullying*. Essa questão levantada sobre o preconceito na escola pode conduzir lembranças de reconhecimento do destinatário na fala do locutor, caso tenha passado por situações semelhantes.

Acordeom trouxe mais detalhes, disse que começou a perceber que sofria violência na faixa etária de 12 a 15 anos, ou seja, no início da adolescência, e percebeu que aquilo não era normal, e por isso era violência.

A encenação do *pathos* da participante é composta por pausas dramáticas, que podem conduzir ao destinatário a sensação que ela está buscando palavras para se expressar e que falar sobre aquilo rememora as violências vividas. O *pathos* de tristeza é identificado enquanto performance na fala de Acordeom.

b) Beija-flor: A participante também usou pausas longas ao responder o questionamento. Externou que percebeu que sofreu violência quando quis terminar seu relacionamento e seu companheiro não aceitou.

Quando a entrevistada relatou: “insistia em não me deixar em paz... (*pausa*) e... (*pausa*), porém, esse tempo de 8 anos... (*pausa*) e mesmo assim eu não consegui ter paz... (*pausa*)”, trouxe uma carga emotiva em sua fala, onde essas pausas podem indicar que estava rememorando algumas situações de violência que vivenciou.

A frase proferida também demonstra um lapso temporal, quando no início Beija-flor informa que ele insistia em não a deixar em paz e logo em seguida externa que passou 8 anos dessa forma, e apesar de tanto tempo lutando, não conseguiu a paz que desejava. Isso pode despertar ao interlocutor a percepção de que de fato ela estava refletindo sobre sua história quando fez as pausas em sua fala.

Ainda, a entrevistada explicou que prestou queixas, “os boletins”, teve medida protetiva, monitoramento eletrônico, e mesmo assim seu agressor não lhe deixou em paz.

Essa informação pode levar ao destinatário a sensação de injustiça, já que a vítima procurou a delegacia, fez o registro necessário, teve a medida protetiva deferida, e mesmo assim o acusado não cumpriu, o que ocasionou o monitoramento eletrônico, que também não foi suficiente para coibir o acusado.

A fala da participante é performada pelo *pathos* de dor e pelo *pathos* de injustiça. A retórica de Beija-flor pode conduzir reflexões sobre a ineficácia da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

c) Estrela: No começo de sua fala, a entrevistada externou “primeiro, a violência física estava ficando séria... *(pausa)* cada dia eu estava correndo risco mesmo, né... *(pausa)* de morte... *(pausa)* é... *(pausa)* a... *(pausa)* então diariamente era muito perigoso ficar junto lá dele e eu tive que fugir... *(pausa)*”.

Percebemos que a entrevistada também realizou pausas longas em sua fala, e a que chama mais atenção é: “cada dia eu estava correndo risco mesmo, né... *(pausa)* de morte... *(pausa)*”. Estrela afirmou que estava correndo risco de morte, e por isso fugiu de sua casa.

A violência foi tão severa que a participante acreditou que o agressor fosse matá-la, e quando chegou neste ponto, resolveu fugir de casa. Não são todas as mulheres que conseguem ter essa percepção sobre a violência e sair do ciclo antes que ocorra o feminicídio. No caso de Estrela, quando relata que tomou essa decisão, evoca o sentimento de medo e também de coragem.

Contrária à fala de Beija-flor, a participante Estrela reforçou a importância dos equipamentos de proteção do Estado para o reconhecimento da violência que sofria: “foi justamente quando eu tive acesso ao conhecimento mais específico dos tipos de violência... *(pausa)* né... *(pausa)* que foi justamente no acolhimento do Estado e no Centro de Referência... *(pausa)*”.

A fala de Estrela relatou a importância da rede de enfrentamento à violência contra a mulher para o auxílio quanto reconhecimento da violência sofrida. No caso da entrevista, ela compreendeu os tipos de violência no acolhimento do estado e no CRMMBC, e antes só conseguia identificar a violência física.

Ao concluir sua resposta, a entrevistada fez um desabafo: “meu Deus como eu sofria violência sem... *(pausa)* sem... *(pausa)* ou acreditar ou aceitar na verdade”. Essa fala pode comover o interlocutor, conduzindo ao *pathos* de sofrimento.

Como já exposto nas respostas dos outros questionamentos, Estrela revelou que sofreu violência de seu companheiro por quase 20 anos, e confessou que não acreditava ou aceitava. Esta é a realidade de muitas mulheres, que não conseguem identificar o ciclo de violência, o que é reforçado pela falta de apoio de amigos e familiares.

Isto reforça a necessidade de uma política pública comprometida, que auxilie na identificação da violência e possa traçar estratégias com a vítima para rompê-la de forma segura.

d) Fênix: A entrevistada não fez o uso de pausas longas em sua fala, apenas algumas pausas pontuais, o que reforça a segurança já externada nas respostas das perguntas anteriores. A Fênix conduz ao interlocutor a percepção de transparência e firmeza em suas falas.

Quando questionada sobre o momento em que percebeu que sofreu violência externou que sempre sentiu o constrangimento com atos violentos, mesmo sem identificar que era violência. Relatou que quando sofreu abuso sexual do pai, ele dizia que tinha o direito de fazer aquelas condutas com a filha, o que fez com que ela confundisse com carinho.

No tocante à violência patrimonial do pai e da mãe, a participante afirmou que paga as dívidas até hoje: “(pausa) e patrimonial dos dois, que até hoje eu pago dívidas dos dois... (pausa) no meu nome, eles diziam que tinham direito sobre os filhos”.

Percebemos o quanto é problemática a fala de que os pais possuíam direitos sobre os filhos. Essa é a retórica do patriarcado, onde o chefe do lar impõe seu poder externando que é possuidor dos filhos, da esposa, e,consequentemente, de todos os seus direitos.

Conforme já destacado nesta pesquisa, na seção “Elementos legitimadores da violência: gênero e patriarcado”, o poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2001, p.15-16).

É possível perceber o contexto patriarcal em que a participante Fênix foi criada, onde desde a infância seu pai enfatizava sua autoridade sobre o corpo da filha, e quando adulta, sobre seu dinheiro.

Ainda, a entrevistada reforçou que os cenários de violência não aconteceram somente no âmbito familiar a envolver pai e mãe, mas também em seu casamento. Relatou algumas das violências que sofreu em sua relação conjugal: “E no casamento, quando eu era humilhada, ou... (pausa) estuprada, no sentido do sexo anal, porque eu não sei fazer e era cobrada. O meu ex marido dizia que marido tinha

direito sobre o corpo da esposa”. A retórica da participante pode conduzir ao interlocutor o *pathos* de dor.

A Fênix trouxe outra reflexão importante, a violência sexual. Por muito tempo era entendido socialmente que o matrimônio dava ao homem o direito sobre o corpo da mulher, e que ela deveria estar sempre disponível para satisfazer a lascívia do companheiro, como um pacto nupcial. As legislações reforçavam essa condição à mulher.

O Código Civil de 1916 considerava, principalmente em aspectos matrimoniais, a mulher como relativamente incapaz, onde era defendida a existência de uma chefia na sociedade conjugal, que competia ao homem. O advento do Estatuto da Mulher Casada (lei nº 4.121/62) foi estabelecido no sentido de emancipar a mulher dentro do lar, e colocá-la enquanto sujeita de decisões dentro do casamento.

Em relação ao caso da Fênix, ela confessou que só foi entender o abuso sexual enquanto violência doméstica e familiar no ano de 2007, quando teve oportunidade de participar de um evento onde Maria da Penha palestrava. Na ocasião, Maria da Penha falou sobre as cinco formas de violência elencadas na lei nº 11.360/2006.

Com essa fala, Fênix reforçou que o relato individual de uma mulher pode transformar a percepção de outra mulher. Quando Maria da Penha externou as violências que sofreu, a participante Fênix se reconheceu nelas, e percebeu que sofria violências que antes não conseguia identificar.

e) Viúva Negra: A entrevistada também foi breve em sua fala, e só realizou uma pausa longa ao responder o questionamento. Assim como a participante Fênix, Viúva Negra sustenta a performance do seu *ethos* de segurança.

A participante externou que percebeu que sofreu violência quando tinha 9 anos de idade, mas não tinha como se defender. Informou que morava em um sítio, rodeado de mato, e que por isso não tinha a quem pedir ajuda ou socorro, só a Deus (reforçando sua fé).

A Viúva Negra relatou que quando sua família aparecia não a defendia, já que achavam que o que acontecia era normal. E quando não entendiam como normal, tinham medo.

Nesse contexto Saffioti (2015) revela os resultados de uma investigação que realizou no tocante a abusos sexuais cometidos contra crianças:

Retomando resultados da investigação mencionada, todos os agressores sexuais eram homens e, entre eles, 71,5% eram os próprios pais biológicos, vindo os padrastos em segundo lugar e bem distantes dos primeiros, ou seja, representando 11,1% do universo de agressores. Em pequenos percentuais, compareceram avós, tios, primos (SAFFIOTI, 2015, p. 20-21).

É possível perceber os altos índices de abusos sexuais pelos pais, o que pode ser “normalizado” pela cultura machista e patriarcal, onde os corpos das mulheres e meninas são objetos de poder. No caso da Viúva Negra, podemos identificar essas conexões, que foi vítima de abusos paternos durante mais de 30 anos. Violações que ocorriam com o consentimento de sua mãe.

Ainda nessa perspectiva, Saffioti (2015) entende que nas camadas sociais economicamente desfavorecidas é comum que o genitor faça o uso de revólver ou faca junto à cama, para ameaçar a vida de sua filha, podendo utilizar-se de força física rasgando-lhe suas roupas.

A partir da retórica da participante, e das reflexões trazidas através das conexões de sua história, podemos identificar a performance do *pathos* de sofrimento e do *pathos* da solidão, já que Viúva Negra externou que sempre buscou ajuda, mas ninguém a auxiliou, afirmando mais uma vez que só teve ajuda de Deus em sua trajetória.

Com as análises realizadas percebemos que a entrevistada Estrela ressaltou a importância da REVM para percepção da violência e para ruptura do ciclo de violência. Em contrapartida, identificamos que a participante Beija-flor não conseguiu a ruptura da violência mesmo com o apoio da REVM, inclusive com registro de Boletins de Ocorrência, Medidas Protetivas e Monitoramento Eletrônico.

Não podemos identificar quais foram as falhas das instituições e mecanismos da REVM através da fala de Beija-flor, apenas compreendemos que ela buscou ajuda na REVM, tendo sido atendida pelo CRMMBC, pela DEAM e pela VDVV, mas não resultou na ruptura do ciclo da violência.

Ainda, identificamos que as entrevistadas Acordeom, Fênix e Viúva Negra tiveram suas primeiras percepções do que é violência na infância e adolescência, sendo vítimas de violência no âmbito da família. Já as participantes Beija-flor e

Estrela relataram que identificaram a violência perpetuada a partir de seus companheiros.

O momento de identificação da violência é importante para traçar estratégias eficazes para a diminuição das sequelas da violência. Se a vítima identificar os primeiros sinais rapidamente, a possibilidade de conseguir romper o ciclo aumenta.

Por essa razão, as atividades do grupo Reflexivo nos anos de 2018 e 2019 buscavam fomentar a percepção individual do que era violência e fortalecer as participantes em busca do empoderamento.

5.3 PERSPECTIVAS DA NOÇÃO DE VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE SABERES A PARTIR DAS ÓTICAS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Conforme a metodologia desta pesquisa, foram realizadas as entrevistas com 5 mulheres que participaram do grupo reflexivo As Marias e cumpriram os critérios de inclusão. Todas já vivenciaram situação de violência doméstica e familiar e foram atendidas pelo CRMMBC.

A partir da fala das participantes da pesquisa foi possível construir o *ethos* e o *pathos* encenados, considerando que Charaudeau (2019) entende que o saber que os protagonistas da linguagem constroem não é ligado apenas às referências ou experiências vividas por cada um deles, mas depende igualmente dos saberes que tais sujeitos comunicantes supõem existir entre eles.

É justamente esses saberes comunicados que podem auxiliar na compreensão sobre a violência. Nesse sentido, identificamos que a política pública é um mecanismo essencial para o enfrentamento à violência contra as mulheres, e por esta razão iremos apresentar as análises acerca da ótica das entrevistadas sobre o resultado da experiência no grupo e o que aconselhariam à outra mulher vítima de violência.

O grupo consistia em reuniões onde as participantes tinham a oportunidade de encontrar outras mulheres vítimas de violência e realizar trocas de sentidos e experiências. As atividades eram conduzidas para incentivar a percepção individual sobre a noção e o conceito de violência.

Entre as perguntas das entrevistas, total de 14 perguntas, selecionamos a que questiona se houve alguma mudança após as experiências vivenciadas no grupo reflexivo As Marias.

As perguntas de número 7 ao número 12 são específicas para avaliar a política pública do CRMMBC, que também são de grande valia para esta pesquisa. Mas como buscamos sanar nossos objetivos e identificar se houve mudança comportamental ou sentimental nas mulheres participantes após a experiência na política pública do grupo reflexivo as Marias, escolhemos a 13ª pergunta.

Para tanto, seguem transcritas abaixo as respostas das entrevistadas:

Tabela 7: Respostas da décima terceira pergunta.

13. Mudou algo depois da sua experiência no Grupo?
a) Acordeom: “Muito. Porque como eu te falei, fiquei atualizada em tudo. Sobre violência. E quando eu vejo tipo assim... <i>(pausa)</i> uma pessoa, uma mulher sendo agredida ou verbal, ou fisicamente, eu já fico de alerta, e fico com mais força ainda para lutar. E não desistir”.
b) Beija-flor: “Notei. Eu fiquei mais calma. Me tornei uma pessoa muito mais calma, mais tranquila”.
c) Estrela: “Sim, mudou. Mudou sim. Eu vejo a importância da questão do grupo para nós mulheres, né. Porque uma escutando a outra, isso fortalece. Então... <i>(pausa)</i> o que mudou... <i>(pausa)</i> é... <i>(pausa)</i> o sentimento de não continuar fraca, mas de... <i>(pausa)</i> buscar uma força com a outra e buscar força dentro de nós. Isso mudou”.
d) Fênix: “Mudou muito. Porque eu tive chance de ressignificar a ausência dos meus filhos, que até hoje estou sem eles... <i>(pausa)</i> fez... <i>(pausa)</i> com muito cuidado também, a transferência da minha maternidade, a usurpação da minha maternidade, para o cuidado com outras filhas de outras mães. E... <i>(pausa)</i> entender também outros saberes que... <i>(pausa)</i> equivocadamente nós usamos da arrogância de achar que academia é o único espaço que valida o conhecimento, <i>né</i> . Lá, a gente aprende muito com outros saberes que não são ensinados na escola”.
e) Viúva Negra: “Não. Pra mim não mudou nada. É... <i>(pausa)</i> uma coisa que eu sinto falta é de tá todas reunidas. Disso ai eu sinto falta. Pra fazer as coisas boas tudo de novo”.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

a) Acordeom: A participante Acordeom, ao iniciar sua resposta, fez o uso do advérbio de quantidade/grau “muito” para se referir à mudança que ocorreu em sua vida após a experiência no grupo.

Ao continuar sua fala, a entrevistada externou que ficou atualizada sobre a violência, e que depois das experiências vivenciadas no grupo esteve mais alerta ao ver uma mulher vivenciando a violência. Por fim, reforçou que foi fortalecida para lutar e não desistir.

Percebemos que quando Acordeom afirma que ficou mais alerta sobre a violência quer dizer que agora consegue perceber as nuances da violência de forma mais rápida.

Outro ponto favorável é quando a participante revela que o grupo fez com que ela tivesse mais força para lutar e não desistir. Isso pode conduzir a reflexão de que o contato com outras mulheres e a realização de dinâmicas lúdicas fizeram com que ela se fortalecesse, o que era um dos objetivos do grupo.

b) Beija-flor: Já a entrevistada Beija-flor contou que ficou mais calma e que se tornou uma pessoa mais tranquila. Essa fala simples e objetiva conduz a percepção de que a participante externava o nervosismo com frequência, possivelmente como consequência da violência, e o grupo a auxiliou para a sensação de calma e tranquilidade.

Não podemos identificar o que calma e tranquilidade significam para Beija-flor, mas entendemos ser algo positivo, que permite que a vítima consiga ser mais racional e paciente com o seu processo individual de empoderamento e ruptura do ciclo da violência.

c) Estrela: A participante Estrela reforçou que a experiência do grupo mudou algo em sua vida, isto fica evidente nas duas primeiras frases proferidas: “Sim, mudou. Mudou sim”. E logo em seguida, passou a explicar porque notou essas diferenças, externando a importância de uma mulher escutar a outra como forma de fortaleza.

Quando foi explicar o que de fato mudou, Estrela verbalizou o sentimento de não continuar fraca, mas de buscar sua força com a outra mulher e também dentro de si. Percebemos a noção do cuidado com a outra, da empatia em se colocar no lugar da outra, compreendendo suas dores e se fortalecendo com elas.

As reflexões colocadas por Estrela conduzem a percepção de que o contato com outras mulheres que também vivenciaram a violência foi importante para o seu fortalecimento individual, que as trocas de experiências e saberes de certa forma a fortaleceu.

c) Fênix: Também percebemos a importância das dinâmicas com outras mulheres no relato da Fênix. A entrevistada externou que teve a chance de ressignificar a ausência dos seus filhos nas reuniões do grupo. Que teve a oportunidade de transferir sua maternidade com o cuidado com outras filhas de outras mães.

Identificamos uma carga muito forte de sentimentos de tristeza e solidão no relato da Fênix, que informou que estava sem seus filhos até o dia da realização da entrevista. Para a entrevistada, esses momentos em contato com outras mulheres proporcionavam a ela o performar do cuidado e do amor com a outra.

Ainda, a Fênix conduziu outras reflexões quando relatou que passou a entender outros saberes que “equivocadamente nós usamos da arrogância de achar que academia é o único espaço que valida o conhecimento, né. Lá, a gente aprende muito com outros saberes que não são ensinados na escola”.

Nessa fala a participante trouxe a necessidade do olhar atento para as epistemologias diversas, entendendo que há outros saberes fora da academia que precisam ser validados. Fênix conduziu a percepção que aprendeu com os saberes diversos das outras mulheres que também participavam do grupo.

e) Viúva Negra: Diferente do relato das outras entrevistadas, a Viúva Negra iniciou sua fala informando que para ela as experiências do grupo não mudaram nada em sua vivência. Apenas externou que sentia falta de se reunir com as outras mulheres “pra fazer as coisas boas tudo de novo”.

Percebemos que a Viúva Negra sempre foi segura de si em suas falas, e que deixou evidente que não iria falar nada apenas para agradar a entrevistadora desde sua resposta da primeira pergunta, onde ela escolheu o codinome: “me desculpa, se não gostar também não tem problema”⁵⁸. Essa segurança dela não adveio com a experiência no grupo, mas com suas vivências individuais.

⁵⁸Vide Tabela 3.

Nesse sentido, a entrevistada conduziu a reflexão de que o grupo foi importante apenas pelo contato com outras mulheres, e que as reuniões proporcionavam momentos e dinâmicas que ela considerava boas.

Percebemos que a Viúva Negra não considerou os aprendizados compartilhados nas reuniões do grupo, apenas a vivência com outras mulheres. O que pode levar a uma percepção que a entrevistada não frequentava as reuniões para se fortalecer, mas para participar de momentos felizes com outras mulheres. O que também é importante e significativo na constituição do grupo reflexivo As Marias.

Cada mulher se identificou de uma forma diferente com a experiência de ter participado das reuniões do grupo. Percebemos que Acordeom se fortaleceu em sua luta, Beija-flor sentiu-se mais tranquila, Estrela ficou mais forte, Fênix aprendeu novos saberes com as outras mulheres e a Viúva Negra gostava do contato e das dinâmicas com as participantes.

Nesse contexto, surgiu o questionamento em como cada participante ressignificou a violência sofrida. Com o objetivo de compreender como elas visualizam situações de violência e formas para enfrentá-las, formulamos uma pergunta que questiona qual o conselho dariam para uma mulher que vivencia a violência. Seguem as transcrições:

Tabela 8: Respostas da décima quarta pergunta.

14. Qual conselho você daria para uma para uma mulher que sofre violência?
a) Acordeom: “Independente se for família ou for companheiro, que ela desista dessa pessoa. Tipo assim, “independente” entre aspas, se for um companheiro ela desista, porque a partir o momento em que ela é agredida uma vez, aí tem, como se diz, a segunda chance, aí dá aquela chance, aí pessoa não muda na vida, aí continua agredindo, continua com as humilhações, é melhor a mulher desistir, e seguir a vida diferente, porque a vida dela tá com risco muito grande. Ela pode perder a própria vida por uma pessoa que não vale a pena”.
b) Beija-flor: “Eita, agora você me pegou nessa, viu. Ah, no momento assim. No momento ainda, minha mente ainda está pensando assim, de que... <i>(pausa)</i> não adianta é prestar queixa, fazer boletim, porque às vezes a gente encontra dificuldade dentro da delegacia da mulher mesmo. E às vezes, por a gente

encontrar essas dificuldades de fazer um boletim, é... *(pausa)* a gente acha que a delegacia não é da mulher, é do homem, é do acusado. Então a gente acha isso. Eu daria o conselho, que assim, antes de denunciar, pelo menos procurasse um lugar pra ficar, *né*, e que não voltasse mais pra o local de que vivia, porque se voltar você nunca mais vai ter sossego. Porque a gente chama a polícia hoje, o acusado corre, amanhã chama de novo, o acusado corre, entendeu? E pela lei, assim, a lei exige, *né*, a lei exige prova em flagrante, e nem todo acusado deixa provas, entendesse? Eu aconselharia que primeiro, que não ficasse sofrendo as agressões, claro, jamais...*(pausa)* que procurasse logo é... *(pausa)* a polícia, ligasse, denunciasse, e pedisse para um vizinho denunciar, ou um parente, entendeu? Mas que também procurasse um lugar para viver, *né*. Porque as vezes por não ser pego em flagrante o acusado fica com mais raiva, fica mais agressivo, e...*(pausa)* fica importunando, entendeu? O conselho que eu daria era que denunciasse logo, *né*. Mas que pensasse bem em questão de flagrante, porque não é todo acusado que deixa flagrante, não é todo acusado que deixa hematoma, entendeu? Que quando vem deixar hematoma já é quando tá perto de querer matar mesmo. Porque... *(pausa)* sabe que vai preso, paga fiança, entendeu? Que tem essas burocracias que a vítima encontra dentro do caminho, *né*. Mas eu ainda aconselharia que denunciasse, que não ficasse apanhando, nem sofrendo violência psicológica, nem física, nem moral, não”.

c) Estrela: “Primeiro que ela não aceite de jeito nenhum qualquer tipo de violência com ela. E ela que tem que tomar a atitude de... *(pausa)* de buscar ajuda. Que às vezes a gente não tem força realmente só, umas conseguem sozinhas, outras não. Somos diferentes, mas que nessa diferença ela não pode aceitar nenhum tipo de violência e humilhação. Nenhum tipo de humilhação de ninguém, muito menos de uma pessoa que a gente tem um relacionamento, tem um sentimento por essa pessoa. Então que a gente não aceite, não perca tempo, se liberte o quanto antes, que a cada dia que se passa a violência fica mais pesada, mais difícil, a gente fica mais isolada e mais fraca. Então o quanto antes buscar ajuda, o quanto antes fugir do ciclo, dizer basta, é melhor. Eu demorei muito para perceber e hoje eu digo que eu devia ter feito isso há muito tempo”.

d) Fênix: “*(Suspiro)*... Que a culpa não é dela, e do tamanho que for a luta, vale lutar para resgatar a dignidade humana”.

e) Viúva Negra: “Pras *mulé* que sofrem violência o conselho que eu dou é que elas procurem a delegacia da mulher, se for os covardes, na delegacia dos homens, se a abusada não puder sair pra se defender, procure uma amiga, procure uma pessoa da família para desabafar, procure seus direitos que hoje encontra. Cadeia não só ficou...(pausa) com o respeito da palavra... (pausa) pra bandido não. Ficou pra homem safado também e pra mulher, *pruquê* eu sou mulher, eu não faço nada de errado, mas ninguém num venha fazer comigo não, *pruquê* eu num foi aguentar um beliscão, dois beliscão e eu me garantir de eu aguentar até chegar o ponto final, não. Eu tenho que me defender. Mas que procure seus direitos, que hoje encontra. Na época que eu tinha 9 anos num tinha essa justiça pras pessoas tomar as providências sobre o tempo que eu passei, não teve os meus direitos, mas em 2006 com a Lei Maria da Penha e com a Lei Maria da Penha primeiramente Deus, nós temos cobertura. A questão é procurar se defender. Mas ainda tem muita *mulé* sem vergonha que apanha de dia e a noite vai dormir com o homem, pra elas ta igual a um saco de pancada, um saco de fava quando tá batendo”.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

a) Acordeom: A participante iniciou sua fala destacando que a violência pode ocorrer por parte da família ou do companheiro, e que a vítima desista dessa pessoa independente de quem seja. Acordeom externou um pouco sobre como ocorre o ciclo da violência⁵⁹, onde a vítima é violentada, perdoa, é violentada novamente, perdoa, e o ciclo continua.

A entrevistada aconselha que “é melhor a mulher desistir da relação” e siga sua vida, porque “a vida dela tá com risco muito grande. Ela pode perder a própria vida por uma pessoa que não vale a pena”.

Nessa última frase Acordeom alertou sobre o risco do feminicídio, enfatizando que se a vítima continuar dentro de uma relação violenta pode acabar sendo vítima de homicídio por conduta de seu agressor.

Percebemos que Acordeom entende que a violência doméstica pode ocorrer tanto no âmbito de relações afetivas como no seio familiar. A participante também compreende como ocorre o ciclo da violência e o feminicídio como consequência.

b) Beija-flor: A entrevistada demonstrou surpresa ao receber o questionamento externando: “Eita, agora você me pegou nessa, viu”. Logo em

⁵⁹Vide página 60 sobre o ciclo da violência.

seguida, começou suas reflexões afirmando que em sua concepção pessoal não adianta “prestar queixa” porque encontrou dificuldades na delegacia da mulher e concluiu: “a gente acha que a delegacia não é da mulher, é do homem, é do acusado”.

A violência institucional é percebida nos relatos de muitas mulheres vítimas de violência, que buscam o apoio das delegacias para registrar o Boletim de Ocorrência e não recebem o atendimento humanizado que deveriam.

Recentemente, no dia 31 de março de 2022, foi publicada a lei nº 14.321, que caracteriza o crime de violência institucional. Foi a primeira vez que uma matéria legislativa reconheceu a violência institucional como crime e normatizou punições para os agentes que praticaram.

Não seria necessária uma lei que punisse essas violências se as delegacias seguissem suas Normas Técnicas. As Delegacias de Atendimento à Mulher também possuem uma Norma Técnica de Uniformização que enfatiza a necessidade do atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência e seus filhos.

A violência institucional pode resultar na desistência da realização da queixa por parte da vítima, considerando que sofreu violência por agentes de uma instituição que deveria protegê-la.

Apesar de possivelmente ter vivenciado uma situação de violência institucional, Beija-flor aconselhou que antes de denunciar a vítima procure um lugar seguro para ficar, porque se voltar para o mesmo lugar “nunca mais vai ter sossego”. Nessa frase a participante provavelmente falou de algo que passou, já que se implicou na sequência “Porque a gente chama a polícia hoje, o acusado corre, amanhã chama de novo, o acusado corre, entendeu? E pela lei, assim, a lei exige, *né*, a lei exige prova em flagrante, e nem todo acusado deixa provas, entendesse?”.

Nesse contexto, entendemos que a entrevistada não possui confiança no trabalho da Polícia, e relatou que já acionou a Polícia algumas vezes e seu acusado fugiu, não resultando em sua detenção, mas em raiva e vingança por parte do agressor.

Beija-flor também trouxe outro ponto importante, que “nem todo acusado deixa provas”, nessa perspectiva ela apresentou que possivelmente já sofreu violências invisíveis aos olhos dos agentes, e que não foram consideradas como violências. Situação que ela reforçou mais adiante em sua fala “O conselho que eu

daria era que denunciasse logo, *né*. Mas que pensasse bem em questão de flagrante, porque não é todo acusado que deixa flagrante, não é todo acusado que deixa hematoma, entendeu?”.

A entrevistada demonstrou mais uma vez uma preocupação sobre a prova do crime, aconselhando que antes de denunciar a vítima perceba se tem como comprovar a violência. Ainda, relatou que quando o agressor deixa hematoma é porque já está querendo matar.

Ao concluir sua fala, Beija-flor reforçou as “burocracias” que encontrou na REVM, mas que mesmo diante disso aconselha a denúncia para que a vítima não sofra violência física, psicológica ou moral.

Percebemos que assim como na resposta da quarta pergunta, na Tabela 7 desta pesquisa, a entrevistada externou desconfiança com a delegacia de atendimento à mulher, reforçando mais uma vez que buscou apoio e registrou queixa, contudo, não alcançou a paz que almejava.

Apesar da sua vivência, concluiu sua resposta aconselhando que a vítima de violência faça a “denúncia”. Isto pode conduzir a percepção de esperança, que mesmo não tendo funcionado no caso dela, pode funcionar para outra mulher.

c) Estrela: Ao ser questionada sobre qual conselho daria a uma mulher vítima de violência, a participante foi objetiva e externou que ela não aceite nenhum tipo de violência contra ela.

Ao continuar suas reflexões, Estrela disse que a vítima precisa tomar uma atitude e buscar ajuda, enfatizando que muitas mulheres não conseguem sozinhas. Provocou que a vítima não pode aceitar nenhum tipo de humilhação, principalmente se for ocasionada por alguém que ela nutre sentimento.

Estrela aconselhou que a “a gente não aceite, não perca tempo, se liberte o quanto antes, que a cada dia que se passa a violência fica mais pesada, mais difícil”. Percebemos que ela se implicou no processo da violência quando usou o “a gente”, e colocou suas experiências individuais, quando relatou que quanto mais tempo passar, mais difícil será romper o ciclo da violência.

Ainda, a entrevistada enfatizou a importância de buscar ajuda, e confessou que demorou muito para perceber a violência, e que hoje entende que deveria ter denunciado há muito tempo.

A fala de Estrela foi objetiva, sem muitas pausas (não sabemos se é porque estava concentrada ou porque não houve desvio em seus pensamentos), e aconselhou que as vítimas sejam rápidas em buscar ajuda para enfrentar a violência doméstica e familiar.

d) Fênix: A participante Fênix também foi objetiva em sua resposta, apesar do suspiro antes de iniciar a frase. Externou que aconselharia uma mulher vítima de violência dizendo que a culpa não é da vítima, e que independente do tamanho da luta, vale a pena lutar “para resgatar a dignidade humana”.

Identificamos que a Fênix relaciona o enfrentamento da violência com o resgate da dignidade. A entrevistada conduz reflexões sobre como a violência pode fazer com que a vítima anule sua percepção enquanto sujeita de direitos. Fênix trouxe em sua fala que lutar contra a violência é lutar pela humanidade.

e) Viúva Negra: A participante Viúva Negra iniciou sua resposta aconselhando que as mulheres que sofrerem violência procurem a delegacia da mulher. E também deu conselho aos homens “se for os covardes, na delegacia dos homens”.

Em seguida, a entrevistada orientou que se a vítima não puder sair para se defender, que procure uma pessoa da família ou amiga, incentivando a rede de apoio como importante para ruptura do ciclo da violência.

Externou que hoje em dia as mulheres possuem direitos, e que a “cadeia não só ficou... *(pausa)* com o respeito da palavra... *(pausa)* pra bandido não. Ficou pra homem safado também e pra mulher(...)”. Compreendemos que ela diferenciou a violência contra as mulheres dos crimes que comumente observamos e entendemos como fatos criminosos.

Viúva Negra também rememorou a violência que sofreu, relatou que na época em que tinha 9 anos não havia justiça para “tomar as providências” pelo que passou, e que somente após a Lei Maria da Penha as mulheres possuem a garantia dos seus direitos.

De forma contraditória ao que falou, a entrevistada termina sua fala reforçando que existem mulheres “sem vergonha que apanha de dia e a noite vai dormir com o homem”. Com isso, a fala da Viúva Negra é uma das falas mais comuns do patriarcado, que justifica a violência contra as mulheres e atribui a culpa da violência à própria vítima.

Percebemos que a participante aconselhou a vítima a procurar a delegacia da mulher e denunciar, ao mesmo passo que também externou que existem mulheres que aceitam a violência, sendo “saco de pancada” em suas palavras.

Desde a análise do *ethos* identificamos performances duais na entrevistada, quando em um momento escolhe um nome que representa uma figura forte, segura e predadora, e logo em seguida performa uma mulher devota a Deus. Encoraja a denúncia para mulheres vítima de violência e depois assume a possibilidade da violência ocorrer com a permissão da vítima.

Compreendemos o empoderamento individual da vítima, que em vários momentos externou que não aceita mais a violência. Contudo, Viúva Negra ainda não tem percepções sobre como o patriarcado violenta as mulheres, só de forma individual, como tal acusado violenta tal vítima.

Essa percepção da Viúva Negra é diferente das outras entrevistadas, que demonstraram empatia e afeto com as outras mulheres vítimas, inclusive utilizando palavras como “a gente”, “nós” para se referir às vítimas de violência, ou seja, se relacionaram com as histórias das outras.

Identificamos que o grupo foi importante para essa noção de empatia com as outras mulheres vítimas de violência, considerando que 4 entrevistadas externaram que as experiências vivenciadas no grupo as fortaleceram e mudaram suas percepções da violência.

Podemos concluir que o conselho comum que todas as 5 entrevistadas proferiram é a denúncia como um mecanismo necessário à mulher que for vítima de violência. Apesar de 1 participante ter trazido indícios que sofreu violência institucional, ainda assim ela aconselhou a denúncia. Isto reforça a indispensabilidade de uma REVM fortalecida e qualificada para o atendimento da mulher vítima de violência.

Dessa forma, conseguimos compreender que as mulheres vítimas de violência entrevistadas nesta pesquisa construíram a noção de empatia a partir das vivências no grupo reflexivo As Marias.

Ainda, esta pesquisa evidenciou como as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres são essenciais para as participantes. A partir dessas reflexões faremos a seguir as considerações finais desta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observamos na seção “Elementos legitimadores da violência: gênero e patriarcado”, a violência doméstica e familiar contra a mulher é estruturada e reforçada pelo patriarcado, que se desenvolve a partir da opressão das mulheres. A sociedade patriarcal é fundamentada em valores sexistas que hierarquiza e discrimina as pessoas por condições de gênero e classe.

Nesse contexto, onde a violência é normalizada pela sociedade, uma mudança social pode contribuir com a ruptura do patriarcado e consequentemente com a valorização das vidas femininas. É por isto que esta pesquisa apresentou os conceitos de violência contra as mulheres, violência de gênero e o histórico das conquistas dos direitos humanos das mulheres.

A partir do momento em que a mulher é considerada sujeita de direitos foi possível a promoção das políticas para mulheres. Com o advento dos anos 1980 a agenda do processo de democratização do Brasil incluiu os primeiros programas voltados às mulheres (FARAH, 2004).

Contudo, a estruturação das Políticas Nacionais para as Mulheres só ocorreu nos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e de Normas Técnicas de Uniformização dos Atendimentos.

Compreendemos que a garantia dos direitos das mulheres só ocorre com o fortalecimento das políticas para as mulheres. Para uma formulação de políticas e legislações eficazes no enfrentamento à violência contra as mulheres é preciso a sensibilidade de ouvir a vítima.

As mulheres foram silenciadas por séculos, seja pela família, Estado ou Igreja, o que corroborou com que os homens fossem responsáveis pelo controle do Estado e das leis. Uma nova epistemologia feminista, que preocupa-se em colocar a mulher enquanto protagonista de sua própria história pode ocasionar resultados positivos no combate à violência.

Nessa perspectiva, Lagarde (2000) compreende que o partilhar de experiências e conscientização é fundamental para o fortalecimento e empoderamento das mulheres. Essas trocas de saberes permitem reflexões entre as mulheres e novas descobertas sobre si mesmas:

Na tradição feminista, compartilhar experiências e conscientização tem sido fundamental para as mulheres. Em pequenos grupos, as mulheres refletiram sobre suas vidas em um ambiente de confiança e encontro de gênero sem a interferência política que a presença dos homens significa. O pequeno grupo é uma descoberta que permitiu às mulheres olharem umas para as outras e se encontrarem sem mediações, ouvirem a própria voz, pensarem por si mesmas, duvidarem, aprenderem e se identificarem genericamente (tradução nossa) (LAGARDE, 2000, p.67) ⁶⁰.

A organização e dinâmicas desses grupos de mulheres que têm como objetivo a construção de novas percepções sobre a violência chamou a atenção desta pesquisadora, principalmente quando tive a oportunidade de trabalhar dentro dessas construções epistemológicas.

Com o objetivo de enaltecer e reforçar as perspectivas sobre a violência doméstica e familiar das mulheres que participaram desses grupos, realizamos entrevistas com 5 mulheres que preencheram os critérios de inclusão: vítimas de violência doméstica e familiar, residiram em Caruaru/PE e participaram das dinâmicas do Grupo reflexivo As Marias.

O grupo mencionado faz parte das ações de cunho educativo e preventivo da política municipal de Caruaru/PE do enfrentamento à violência contra as mulheres, e consistia em reuniões sistemáticas onde as mulheres refletiam sobre a violência e formas de ressignificação.

Para as análises das entrevistas utilizamos a Análise de Discurso, especialmente na performance do *ethos* e do *pathos*, considerando o aporte teórico de Maingueneau (2008, 2015 e 2020) e Charaudeau (2007, 2010 e 2019).

Ainda, na concepção de Lagarde (2005), o patriarcado firma a sociedade em valores sexistas que inserem as mulheres em cativeiros. Identificamos a presença dos cativeiros da mãe, da heterossexualidade e da submissão dentro da organização familiar nos relatos das entrevistadas.

Em relação ao resultado das análises das entrevistas, conseguimos identificar a performance de 5 *ethos* diferentes:

⁶⁰Tradução original: El la tradición feminista, compartir la experiencia y la conciencia há sido fundamental para las mujeres. Em pequeños grupos, las mujeres han reflexionado sobre sus vidas en um aambiente de confianza y de encuentro de género sin la interferencia política que signfica la presencia de hombres. El pequeño grupo es um hallazgo que há permitido a las mujeres mirarse y encontrarse sin mediaciones, oír su propia voz, pensar por si y para si, dudar, aprender e identificarse genéricamente.

a) Acordeom: A participante conduziu a percepção de uma mulher nordestina, sertaneja, que carrega força e simplicidade, além de uma religiosidade fervorosa que é comum no sertão.

b) Beija-flor: Foi performada a figura de uma mulher doce, delicada, dona de casa e mãe.

c) Estrela: A entrevistada pode conduzir ao interlocutor a noção que se trata de uma mulher que prioriza a família, mas que não esquece de si, externando destaque e luz.

d) Fênix: O *ethos* performado em todas as respostas levou a percepção de que é uma mulher forte, que ressignificou a violência, e que acredita na educação como uma arma revolucionária no enfrentamento à violência.

e) Viúva Negra: A participante direcionou o seu reconhecimento enquanto uma mulher poderosa, segura, mas também vingativa e agressiva. De forma contraditória também performou a percepção de carregar uma religiosidade forte.

Essas percepções se relacionam às manifestações do *pathos*; reforçamos, ainda, que a AD não explora a emoção como uma realidade concreta, mas como um processo discursivo em que as emoções se manifestam nas trocas comunicativas. Em relação ao *pathos*, identificamos como a violência pode impactar nas percepções sobre as emoções das participantes:

a) Acordeom: A participante performou a emoção de ser uma lutadora e externou que a vivência no grupo reflexivo As Marias a fortaleceu para que ficasse mais atenta ao observar os indícios da violência.

b) Beija-flor: A entrevistada conduziu a percepção que as dinâmicas do grupo a tranquilizaram diante das sequelas da violência. Contudo, mostrou-se indignada com a violência institucional e a impunidade do seu caso.

c) Estrela: Identificamos a performance de emoções ligadas à força e autoconhecimento.

d) Fênix: A entrevistada trouxe em suas falas as emoções de tristeza e solidão. Em decorrência da solidão, compreendemos que a participante também performou as emoções de afeto e cuidado quando direcionava a fala às outras mulheres que atuavam no grupo.

e) Viúva Negra: Em suas falas performou a emoção de solidão.

Quando questionadas sobre o momento que perceberam que sofreram violência, identificamos que a construção familiar onde elas estavam inseridas colaborou para que elas demorassem a identificar a violência. Inclusive, 2 participantes externaram que passaram a compreender melhor sobre os diversos tipos de violência após o acolhimento da REVM.

Foi possível perceber que as consequências da violência atingem cada mulher de forma diferente. Mesmo diante de uma situação de risco de vida e abrigo, Estrela demonstrou alegria e confiança na REVM. Inclusive, relatou que entendeu os tipos de violência contra as mulheres depois do acolhimento que recebeu da REVM.

Em contrapartida, Viúva Negra externou que nunca recebeu ajuda de ninguém enquanto vivenciou a violência, apenas de Deus (reforçando mais uma vez a sua fé). E por isso, performou a solidão em diversos momentos em suas falas.

Já Beija-flor relatou que buscou ajuda da REVM, denunciou, teve o auxílio de suas medidas protetivas de urgência, mas o agressor não a deixou em paz. O que evidencia a ineficácia da REVM.

Nesse contexto, identificamos que 2 mulheres não conseguiram romper o ciclo da violência com o auxílio da REVM, e 3 mulheres externaram que as políticas públicas foram essenciais na percepção sobre a violência e construção de mecanismos para o enfrentamento da violência.

Percebemos que o grupo reflexivo As Marias atuou de forma positiva para as 5 entrevistadas. Entre as participantes, 4 relataram que as experiências e saberes partilhados no grupo foram importantes para o fortalecimento diante das violências. Apenas 1 mulher externou que não viu mudança significativa, mas que sentia falta dos encontros, que eram momentos bons.

Essas análises conduzem a percepção que mesmo 2 mulheres apresentando a ineficácia da REVM, o grupo reflexivo As Marias apresentou resultados positivos em todas as entrevistadas. Isto reforça a importância da troca de saberes entre mulheres, e que essas trocas coletivas podem mudar percepções individuais e consequentemente atuar na construção de novas epistemologias sobre a violência.

É importante destacar que as dinâmicas do grupo utilizavam metodologias feministas, que para Lagarde é fundamental nesses diálogos. Como não são espaços de discussão ideológica, as oficinas não são para discutir entre nós as

nossas ideias. Trabalha a experiência trazida por cada mulher a partir de indicações precisas formuladas a partir dos eixos filosóficos e teóricos feministas (LAGARDE, 2000, p.70) ⁶¹.

Os resultados da pesquisa identificaram que o grupo atuou para o fortalecimento das mulheres vítimas de violência e na percepção do que é violência de gênero. Sendo assim, as participantes sentiram-se mais seguras e atentas em situações de violência.

Esta pesquisa alcançou o objetivo geral e os objetivos específicos, apresentando o que foi oculto pela cultura patriarcal e compreendendo o resgate individual e coletivo de cada mulher que vivenciou a violência e participou deste estudo. Identificamos que o impacto desse fortalecimento é justamente a empatia de acolher outra mulher que esteja em situação de violência, formando uma cadeia de empatia e autocuidado.

Nesse sentido, compreendemos que a Política Pública para as Mulheres deve ser pautada a partir das experiências e falas das mulheres vítimas de violência, promovendo ações e grupos que utilizem a metodologia feminista para fomentar mecanismos sociais que corroborem com as ações de combate à violência e ruptura do patriarcado.

Desejamos que a presente pesquisa contribua para novas reflexões acerca das vozes das mulheres subalternizadas, e da importância do coletivo para o empoderamento individual. Dessa forma, que as mulheres não sejam silenciadas, mas fortalecidas na luta contra a violência doméstica e familiar.

⁶¹ Tradução original: Como no son espacios de discusión ideológica, en los talleres no se trata de discutir entre nosotras sobre nuestras ideas. Se trabaja sobre la experiencia traída por cada mujer a partir de indicaciones precisas formuladas a partir de la filosofía y los ejes teóricos feministas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMORIM, Elba Ravane Alves. **Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica em Pernambuco**: sob a ótica das mulheres pós-desabrigadas. Dissertação de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos. Recife, 2015.

AMORIM, Elba Ravane Alves. Feminismo em caruaru: reflexão sobre administração pública e movimentos feministas de 2009 a 2016. Anais **XII CONAGES**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18485>>. Acesso em: 03/05/2022.

BAUER. M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Publicado no DOU dia 1º de agosto de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Publicado no DOU dia 13 de setembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal Brasileiro. Publicado no DOU no dia 07 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Estatuto da Mulher Casada. Publicada no DOU no dia 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm. Acesso em: 05/03/2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Publicada no DOU dia 07 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 01/02/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.** Lei que institui o feminicídio. Publicada no DOU dia 09 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 01/02/2022.

BRASIL. **Lei nº 14.321, de 31 de março de 2022.** Lei que tipifica o crime de violência institucional no Brasil. Publicada no DOU dia 31 de março de 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.321-de-31-de-marco-de-2022-390279314>. Acesso em: 01/05/2022.

BRASIL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito CPMI.** Com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Relatório Final, Brasília: Senado Federal, Secretaria Geral da Mesa, Secretaria de Comissões Coordenação das Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito. Publicado no Diário Oficial do Senado Ano 68, Supl. Ao nº 112, 16 de julho "A", de 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>. Acesso em: 07/01/2022.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. **Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.** Ministério da Justiça. Esplanada dos Ministérios; Brasília.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a violência contra a mulher.** Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres, 2005. p. 23-25.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/ Presidência da República, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari et alli. Direitos humanos e políticas públicas. **Caderno Pólis.** São Paulo, Pólis, 2001, p.05-16.

CAMPO, Freán. *El mito del ave Fénix em el pensamiento simbólico Romano.* **Studia historica: historia antigua:** v. 36, 2018, p. 165-186. Ediciones Universidad de Salamanca, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio e CANDAU, Vera Maria (Orgs).

Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Prefácio Conceição Evaristo, Apresentação Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARUARU. **Lei nº 6.791, de 30 de dezembro de 2021**. Institui o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Município de Caruaru dia 30 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/LEI-6791-PROJETO-9205-Plano-de-Enfrentamento-a-Violencia-contra-as-mulheres-no-Municipio-de-Caruaru.pdf>. Acesso em: 03/05/2022.

CARUARU. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Site oficial da Prefeitura de Caruaru**. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-politica-para-mulheres/>. Acesso em: 03/05/2022.

CASTAÑEDA, M.P.S. **Metodología de la investigación feminista**. Imprenta Evolution. Guatemala, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lucia (Orgs.). **As emoções no discurso**. v. 2. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 23-56.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso:** modos de organização. 2ª Ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, P. *Pathos* e discurso político. In: MACHADO, I.L.; MENEZES, W.; MENDES, E. (Orgs.). *As emoções do discurso*, v. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-251.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa**. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DINIZ, Roni. Descubra o simbolismo do Beija-flor. **Roni Diniz Ator, Fotógrafo e Desingner Gráfico**, 25/05/2021. Disponível em <https://www.ronidiniz.com.br/post/2018/03/06/descubra-o-simbolismo-do-beija-flor>. Acesso: 22/02/2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de políticas”. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, nov./dez. p. 956-979, 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, jan.-abr. p. 47-71, 2004.

FÊNIX: significado na psicologia e mitologia. **Psicanálise Clínica**, 07/07/2020. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/fenix/>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

FIORIN, J.L. O pathos de enunciatário. **Alfa**, São Paulo, n. 48, v. 2, p. 69-78, 2004.

FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: **Um Guia Para Iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Violência contra mulheres em 2021**. Coordenação de Samira Bueno. Projeto Gráfico; Oficina 22. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 05/05/2022.

FRANCISCO, EL HOMBRE. Triste, louca ou má. **Soltas bruxa**. São Paulo: Navegantes, 2016.

GALVÃO, Ianne. Ressignificação da violência: O grupo reflexivo “As Marias” sob as perspectivas das epistemologias do sul. **Revista Interitórios**, v 06, nº 10, 2020, p. 188-199.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

G1 Caruaru. Secretária de Políticas para Mulheres de Caruaru ressalta ações da pasta e faz balanço de atendimentos. **G1 Caruaru**, 08/03/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/03/08/secretaria-de-politicas-para-mulheres-de-caruaru-ressalta-acoes-da-pasta-e-faz-balanco-de-atendimentos.ghtml>. Acesso: 04/05/2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: Resultados preliminares**. Recenseamento 2010. Brasil. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/caruaru>>. Acesso 05/01/2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da Violência Doméstica**. Site do Instituto Maria da Penha (IMP), Fortaleza; Recife, 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Site do Instituto Maria da Penha (IMP), Fortaleza; Recife, 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2020**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2020.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 24 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LAGARDE, Marcela y De Los Ríos. *Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres*. In: BULLEN, Margaret Louise; MINTEGUI, María Carmen Díez (Coord.). **Retos teóricos y nuevas prácticas**. España: Ankulegi, 2008.

LAGARDE, Marcela y De Los Ríos. *Claves feministas para la autoestima de las mujeres*. **Cuadernos Inacabados**, 39. Madrid, Horas y Horas La Editorial, 2000.

LAGARDE, Marcela y De Los Ríos. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Ciudad de México: UNAM Posgrado, 2005.

LAGARDE, Marcela y De Los Ríos. *Por los derechos humanos de las mujeres: la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales** [em línea] 2007, XLIX, núm 200, PP. 143-165 (Mayo-Agosto). Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, Méxuco. ISSN 0185-1918.

LAGARDE, Marcela y De Los Ríos. *Vías para el empoderamiento de las mujeres. Guía para el empoderamiento de las mujeres*. *Agrupación para la igualdad en el metal. Proyecto Equal I. O. Metal. Acción 3*. 2002. Disponível em: <http://www.diariofemenino.com.ar/documentos/empoderamiento.pdf>. Acesso: 21/10/2021.

LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens/ Gerda Lerner; tradução Luiza Sella – São Paula: Cultrix, 2019.

LIMA, Ronielson. Mito: A Viúva Negra não mata o macho após acasalar. **Manual da Biologia**, 2022. Disponível em: <https://www.manualdabiologia.com.br/2021/08/mito-viuv-negra-nao-mata-o-macho-apos.html>. Acesso: 22/02/2022.

LISBOA, T. K. . O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8**, 2008, Florianópolis. Seminário Internacional fazendo Gênero 8. Florianópolis, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11–29.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. 1ª Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. 1ª Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

MARTÍN ROJO, Luiza. A fronteira interior — análise crítica do discurso: um exemplo sobre racismo. In: IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 206-257.

MATTOS, Patrícia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Grupo de trabalho Novas Sociologias: pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e queer**, 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php>.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. METODOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DE GÊNERO: ARTICULANDO PESQUISA, CLÍNICA E POLÍTICA. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006

NUNES, J. A. O resgate da Epistemologia. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Porto/ São Paulo: Cortez, 2010.

NUNES, J. A. Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o (s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, B. S.(Org.). **Globalização: fatalidade ou Utopia?**Porto. Rainho & Neves, Ltda./ Santa Maria da Feira, 2001.

OEA. Organização dos Estados Americanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Relatório Anual 2000. **Relatório N° 54/01**. Caso 12.051. Maria Da Penha Maia Fernandes. Brasil. 4 de abril de 2001. Disponível em:<http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso: 10/10/2021.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH**. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. Belém do Pará, Brasil, 1994. Disponível em:<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso: 10/10/2021.

OLESEN, Virgínia L. O feminismo e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvona. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 219-257.

OLIVEIRA, K. L. de, Jordão, M. P. S. D., Barros, A. M. de, & Silva, J. G. A. da. (2019). Pode ser poética a política pública de enfrentamento à violência de gênero?. **Conhecer:Debate Entre O Público E O Privado**, 9 (22), 2019, 22–44.

PINTO, Céli Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril/2014.

PORTO Editora – *estrela* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: **Porto Editora**. [consult. 2022-02-22 14:37:35]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/estrela>. Acesso em: 22/02/2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Prefácio [de] Antônio Cândido de Melo e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**/ Heleieth I.B Saffioti. São Paulo: Moderna, 2001.

SANFONA do povo. **Vagalume**: Música é tudo, 2022. Música Safona do povo de autoria de Luiz Gonzaga (1974). Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/sanfona-do-povo.html>. Acesso: 22/02/2022.

SANFONA e Acordeom: você sabe qual a diferença entre eles?.**Atelier de La Musique**, 30/07/2018. Disponível em: <https://atelierdelamusique.com.br/sanfona-e-Acordeom-voce-sabe-qual-a-diferenca-entre-eles/>. Acesso: 22/02/2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul. /dez. 1995.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. **A Escrita da história**: novas perspectivas/ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, nº 16, jul;dez 2006, p. 20-45.

VIEIRA, Gabriel. Entenda mais sobre a complexa personagem Viúva Negra. **Nerd Stickers**, 31/10/2019. Disponível em: <https://www.nerdstickers.com.br/entenda-mais-sobre-a-complexa-personagem-viuvia-negra/>. Acesso: 22/02/2022.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista

I DADOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Nome:

Idade:

Raça/Etnia:

Escolaridade:

Atividade Profissional:

Reside na Zona Urbana ou Zona Rural:

II POSSÍVEIS PERGUNTAS

1. Você não será identificada pelo nome. Assim, como você gostaria de se chamar? Você pode escolher algo com o que você se identifique (um objeto, uma planta, etc.).

2. Conte sua história de vida. Você nasceu e cresceu em Caruaru? Como foi sua infância e adolescência?

3. O que é violência para você?

4. Quando você percebeu que sofreu violência?

5. Você vivenciou a violência durante quanto tempo?

6. Alguém te acolheu ou ajudou?

7. Por que você procurou o Centro de Referência da Mulher Maria Bonita?

8. O que fez você participar das reuniões do Grupo Reflexivo As Marias?

9. Você pode falar sobre alguma dinâmica no grupo que te marcou positivamente ou negativamente?

10. Tinha contato com as outras mulheres que participava?

11. Como você se sentia em contato com as outras mulheres?

12. O que esses momentos representavam para você?

13. Mudou algo depois da sua experiência no Grupo?

14. Qual conselho você daria para uma para uma mulher que sofre violência?

Apêndice B – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TECLE)⁶²



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **GRUPO REFLEXIVO AS MARIAS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Ianne Raissa de Sousa Galvão, residente à Rua Padre Antônio Tomaz, 306, Maurício de Nassau, CEP 55012-630, telefone para contato (87) 9 9116-0450, email iannegalvaoadv@hotmail.com e está sob a orientação de Maria Virginia Leal, telefone (81) 9 9976-7830, email mariavirginialeal@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

➤ **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:**

O Grupo Reflexivo As Marias faz parte das ações de cunho educativo e preventivo do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru, e com isso, surge a necessidade de investigar se os saberes coletivos construídos nas reuniões atuam como condutores da quebra do ciclo da violência doméstica e familiar.

Com as entrevistas das voluntárias pretende-se compreender a violência doméstica e familiar sob a ótica das próprias vítimas, e com isso identificar se o grupo auxilia no fortalecimento das mulheres participantes. Para tanto serão realizadas 14 perguntas às participantes, que foram previamente estruturadas. A entrevista tem a duração mínima de 30 minutos.

➤ **RISCOS:**

considerando que as entrevistas serão realizadas por meio de ligação telefônica, os riscos de contaminação pelo COVID-19 podem ser considerados inexistentes. As entrevistas serão marcadas previamente no melhor dia e horário para as participantes, que não precisarão se deslocar ou ter contato com ambientes externos ao seu lar. Nesse sentido, o risco a ser pontuado é o possível abalo emocional/constrangimento das voluntárias ao serem entrevistadas sobre um tema tão sensível como a violência. Com o intuito de minimizar esse risco, a pesquisadora compromete-se a questionar se as participantes desejam ser entrevistadas com uma psicóloga na linha telefônica e se almejam acolhimento psicológico após a entrevista. Caso alguma participante solicite, a pesquisadora compromete-se em custear o acolhimento psicológico. Considerando haver necessidade de um acompanhamento psicológico contínuo em decorrência de possíveis abalos ocasionados pela entrevista, a pesquisadora se comprometerá em articular atendimentos pelo Centro de Referência da Mulher Maria Bonita. Como já demonstrado nos critérios de inclusão, as participantes das entrevistas são necessariamente atendidas pelo Centro de Referência da Mulher Maria Bonita, e nesse contexto, possuem acesso aos serviços prestados, que incluem acompanhamento psicológico gratuito. Cabendo a esta pesquisadora apenas a articulação da marcação de datas para esses atendimentos.

➤ **BENEFÍCIOS diretos/indiretos para as voluntárias:**

os benefícios da pesquisa são indiretos às voluntárias. Pretende-se que os resultados sejam norteadores de novas políticas públicas de acolhimento e fortalecimento às mulheres em situação de violência. Serão construídos novos saberes sobre a violência contra mulher a partir da ótica das próprias vítimas, que contribuem diretamente para uma nova perspectiva social e política sobre o tema. Considera-se também que os resultados encorajem as criações de novos grupos reflexivos que possam ressignificar as violências sofridas.

Esclarecemos que as participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação das voluntárias, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão

⁶² O título e os objetivos da pesquisa sofreram modificações após a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPE. A metodologia se manteve inalterada.

armazenados em *pendrive* pessoal sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 - e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).

Carla Reissa de Sousa Galvão
(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, *[assinatura]*, CPF *[assinatura]*, abaixo assinado, concordo e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **GRUPO REFLEXIVO AS MARIAS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data *Caruaru, 18 de agosto de 2021.*

Assinatura do participante: *[assinatura]*

Impressão
digital
(opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

Apêndice C – Termo de Compromisso e Confidencialidade⁶³

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Grupo Reflexivo As Marias: uma via de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres?

Nome Pesquisadora responsável: Ianne Raissa de Sousa Galvão

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Pós-graduação em Direitos Humanos pela UFPE/PPGDH.

Endereço completo do responsável: Rua Padre Antônio Tomaz, 306, Maurício de Nassau, Caruaru.

Telefone para contato: (87) 991160450 **E-mail:** iannegalvaoadv@hotmail.com

Orientadora: Maria Virginia Leal

Telefone para contato: (81) 9 9976-7830 **E-mail:** mariavirginialeal@gmail.com

O pesquisador do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco – CEP/UFPE e que os dados coletados serão armazenados pelo período mínimo de 5 anos após o término da pesquisa;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas as iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final da pesquisa;

Os dados coletados nesta pesquisa através de gravações e filmagens, ficarão armazenados em pendrive, sob a responsabilidade da pesquisadora Ianne Raissa de Sousa Galvão, no endereço Rua Padre Antônio Tomaz, 306, Maurício de Nassau, Caruaru, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Recife, 28 de Janeiro de 2021.


Assinatura Pesquisador Responsável

⁶³O título e os objetivos da pesquisa sofreram modificações após a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPE. A metodologia se manteve inalterada.

ANEXOS

Anexo A – Autorização de Uso de Dados



AUTORIZAÇÃO DE USO DE ARQUIVOS/DADOS DE PESQUISA

Declaramos para os devidos fins, que cederemos ao/a pesquisador/a **Ianne Raissa de Sousa Galvão**, o perfil das participantes do grupo e dados das reuniões (datas, quantidade de mulheres e temas das atividades) para serem utilizados na pesquisa: Grupo Reflexivo as Marias: uma via de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres?, que está sob a orientação do/a Prof/a. Maria Virginia Leal.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se o(a) mesmo(a) a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Caruaru/PE, em 28 / Jan / 2021.


 Nome/assinatura e ~~responsabilidade~~ responsável pela Instituição ou pessoa por ele delegada
 Políticas para Mulheres
 Prefeitura Municipal de Caruaru

Secretaria de Políticas para Mulheres
 Rua Padre Rolim, 40. Maurício de Nassau. Caruaru-PE
 Telefone: (81) 3719.0828

Anexo B – Carta de Anuência⁶⁴




CARTA DE ANUÊNCIA COM AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DADOS

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) Ianne Raissa de Sousa Galvão, a desenvolver o seu projeto de pesquisa Grupo Reflexivo As Marias: uma via de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres⁷, que está sob a orientação da Prof.^a Maria Virgínia Leal cujo objetivo é investigar se as práticas construídas no Grupo Reflexivo As Marias contribuem para a concretização dos Direitos Humanos e o empoderamento das mulheres, através do compartilhamento de vivências e construção coletiva de saberes, nesta Instituição, bem como disponibilizaremos o perfil das participantes do grupo e dados das reuniões (datas, quantidade de mulheres e temas das atividades), para serem utilizados na referida pesquisa.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Caruaru/PE, em 28 / janeiro / 2021.



 Nome do responsável pela Instituição
 Secretaria de Políticas para Mulheres
 Prefeitura Municipal de Caruaru

Secretaria de Políticas para Mulheres
 Rua Padre Rolim, 40. Maurício de Nassau. Caruaru-PE
 Telefone: (81) 3719 0628

Digitalizado com CamScanner

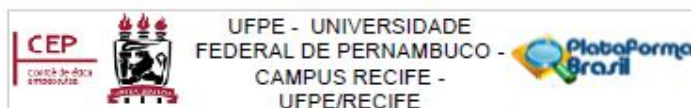
⁶⁴O título e os objetivos da pesquisa sofreram modificações após a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPE. A metodologia se manteve inalterada.

Anexo C – Parecer do Comitê de Ética⁶⁵

 CEP COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA	 UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAMPUS RECIFE - UFPE/RECIFE	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: GRUPO REFLEXIVO AS MARIAS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES DAS MULHERES VITIMAS DE VIOLÊNCIA		
Pesquisador: IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO		
Área Temática:		
Versão: 3		
CAAE: 42651321.5.0000.5208		
Instituição Proponente: Centro de Artes e Comunicação		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 4.660.829		
Apresentação do Projeto:		
Trata-se de uma projeto de dissertação do PPG em Direitos Humanos, da UFPE, Interessado em Investigar, a partir de entrevistas por telefone, que serão gravadas, com 05 participantes do Grupo Reflexivo As Marias (pertencente às ações do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita, de Caruaru, o qual recebe e atende mulheres vítimas da violência doméstica e familiar) como tais mulheres "se enxergam e se constituem diante das violências sofridas". A análise dos dados obtidos será feita por meio da "análise de discurso".		
Objetivo da Pesquisa:		
1) Apresentar a evolução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres no município de Caruaru; 2) Identificar as práticas educativas construídas no Grupo Reflexivo As Marias, através das epistemologias Feministas; 3) Compreender nos discursos das mulheres participantes em como elas se enxergam diante das violências sofridas.		
Avaliação dos Riscos e Benefícios:		
Foram descritos e estão adequadamente avaliados.		
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:		
Trata-se de uma proposta interessante para a avaliação de uma política pública de atendimento às mulheres vítimas de violência, em Caruaru.		
Endereço: Av. Professor Moraes Rêgo, nº 50 - 3º andar norte, Bloco B, antiga coordenação do curso médico. Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.670-901 UF: PE Município: RECIFE Telefone: (81) 2126-3743 E-mail: cep@ufpe@gmail.com		

Página 01 de 03

⁶⁵O título e os objetivos da pesquisa sofreram modificações após a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPE. A metodologia se manteve inalterada.



Continuação do Parecer: 4.600.028

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram todos apresentados e estão adequados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto adequado do ponto de vista ético.

Considerações Finais a critério do CEP:

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as Instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (Item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

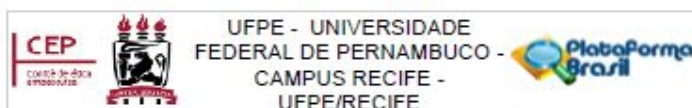
Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (Item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES BASICAS_DO_P ROJETO_1695755.pdf	15/04/2021 21:54:02		Aceito
Outros	RESPOSTASPENDENCIAS.docx	15/04/2021 21:50:33	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEPIANNE.pdf	15/04/2021 21:49:49	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aceito

Endereço: Av. Professor Moraes Rego, nº 50 - 9º andar norte, Bloco B, antiga coordenação do curso médico.
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.670-901
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-3743 E-mail: cepcupe@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.690.829

TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEREVISADO.pdf	15/04/2021 21:47:37	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito
Outros	ROTEIRODEENTREVISTA.docx	31/03/2021 22:41:49	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito
Folha de Rosto	foihaDeRostolanne2.pdf	01/02/2021 11:23:46	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito
Outros	Curriculovirginia.pdf	01/02/2021 11:05:56	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito
Outros	curriculolanne.pdf	01/02/2021 11:04:13	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito
Outros	CARTEANUENCIA.pdf	30/01/2021 11:13:28	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito
Outros	AUTORIZACAOPARAUSOEDADOS.p	30/01/2021 11:13:09	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito
Outros	ComprovantedeMatricula.pdf	30/01/2021 11:11:25	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito
Outros	TERMODECOMPROMISSOeconferend	30/01/2021 11:08:26	IANNE RAISSA DE SOUSA GALVAO	Aoito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 20 de Abril de 2021

Assinado por:
Gisele Cristina Sena da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Professor Moraes Rego, nº 511 - 3º andar norte, Bloco B, antiga coordenação do curso médico.
Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.670-901
UF: PE Município: RECIFE
Telefone: (81)2126-3743 E-mail: cep@ufpe@gmail.com